

Maura Leal da Silva

A (ONTO)GÊNESE DA NAÇÃO NAS MARGENS DO
TERRITÓRIO NACIONAL: “O projeto janarista territorial
para o Amapá(1944-1956)”

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

PUC/SP

São Paulo - 2007

Maura Leal da Silva

A (ONTO)GÊNESE DA NAÇÃO NAS MARGENS DO
TERRITÓRIO NACIONAL: “O projeto janarista territorial
para o Amapá(1944-1956)”

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca
Examinadora da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, como exigência
parcial para obtenção do título de MESTRE
em História Social, sob a orientação da Profa.
Doutora Marcia Mansor D'Alessio.

PUC/SP

São Paulo - 2007

Maura Leal da Silva

A (ONTO)GÊNESE DA NAÇÃO NAS MARGENS DO
TERRITÓRIO NACIONAL: “O projeto janarista territorial
para o Amapá(1944-1956)”

BANCA EXAMINADORA

PUC/SP

São Paulo - 2007

Aos meus genitores, *José Pereira da Silva* e *Josefa Leal da Silva* por todo o amor paterno e materno.

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar este trabalho, sinto-me realizada por ter conseguido concluí-lo, mesmo reconhecendo suas limitações, e agradecida por todas as pessoas que me ajudaram a escrevê-lo.

À minha orientadora Marcia Mansor D'Alessio que em muitos momentos foi mais que uma orientadora e soube me ajudar a pensar muitas questões deste estudo, compartilhando idéias, dúvidas e paixões.

Ao meu noivo William Tavares da Silva, de todas as pessoas com quem convivi nesse período, foi quem mais diretamente presenciou os conflitos, as dúvidas, as angústias, e soube ser extremamente paciente, carinhoso, companheiro, amigo e amável, tornando tudo mais leve.

Ao professor Doutor Antônio Gilberto Ramos Nogueira que leu as primeiras reflexões sobre este estudo. Suas críticas e sugestões foram essenciais para o resultado alcançado.

A todos os professores do Programa de Pós-graduação em História, em particular, o professor Dr. Antônio Pedro (Tota), com quem compartilhei idéias significativas sobre o período Vargas; à professora Doutora Yara Maria Aun Khoury; ao professor Doutor Maurício Broinizi Pereira, e à simpática e amável professora Doutora Estefânea Knotz Canguçu Fraga.

Às professoras Maria Helena Capelato e Vavy Borges Pacheco que fizeram parte da minha banca de qualificação, fazendo críticas fundamentais que contribuíram de forma decisiva para a finalização deste trabalho.

Ao governo do Estado do Amapá, à Capes, à Faculdade de Macapá e, em especial, ao professor Mestre Valdir Alves Godoy, pelo incentivo financeiro, que tornaram possível a realização deste trabalho. Sem estes apoios não teria a ajuda material necessária para bancar as despesas demandadas por uma pesquisa como esta.

Ao apoio oferecido pela Biblioteca Pública do Estado do Amapá, onde pude coletar a maioria das fontes pesquisadas. Apesar da grande dificuldade que este órgão enfrenta, seus funcionários, em especial Maria do Socorro Santos e Silva e Decleoma Lobato Pereira, não mediram esforços para fornecer todo o material

disponível, como o acervo pessoal de Janary Gentil Nunes que ainda não recebeu o tratamento adequado para ser posto à pesquisa pública.

Ao meu sobrinho Max Luam Figueiredo da Silva, sua ajuda foi valiosa para a catalogação digital dos números do jornal “Amapá”.

À minha prima e quase irmã Eliane Leal Vasquez pela ajuda dispensada em me representar junto a PUC em momentos que estava ausente.

Aos meus colegas de curso Márcia Ludimila, Paulo Marcelo Cambraia e Nivaldo, com os quais vivi muitos momentos inesquecíveis que tornaram mais leve a distância da família e do lar.

Aos outros amigos que fiz no programa, Simeí, Alan e, em especial, a Ana Karine que sempre me ajudou muito.

À Giselda Soares, Janaína Camilo, Mariana Gonçalves, Edinaldo Nunes, Rosilene Lopes, Guaraci Pastana, Márcio Monteiro, João Batista, Simone Maria de Jesus, Augusto Oliveira, colegas de profissão e amigos com quem compartilho a árdua tarefa de ser profissional da história em um Estado onde esta ciência se apresenta de forma embrionária. Em especial ao colega Sidney Lobato por ter amenizado a sensação de estar fazendo parte de um debate de surdos, dividindo a difícil tarefa de pesquisar um tema pouco estudado pelos historiadores locais até o presente, e ao mesmo tempo em “moda” na academia amapaense.

A todos os colegas da Faculdade de Macapá, que dentro do possível, buscaram ser pacientes e colaboradores, em especial os estagiários, Nelma e Thiago.

Aos meus orientandos Elisângela, Afrânio, Jônatas, David, Neuciane e Aline, que também estudam o período desta pesquisa.

Ao amigo Raimundo Barros que fez as correções textuais e soube ter a sensibilidade necessária para manter a alma do texto.

E para finalizar gostaria de agradecer à minha família, pessoas que me incentivam e com quem compartilho tudo, minhas realizações e frustrações e que jamais me faltaram. Aos meus pais, José Pereira da Silva e Josefa Leal da Silva. Muito do que está escrito neste trabalho é reflexo das suas próprias histórias. Aos meus irmãos, Patrícia Leal da Silva, Marco Antônio Leal da Silva, Luiz Antônio Leal da Silva, José Antônio Leal da Silva e Fernanda Leal da Silva. Aos meus sobrinhos Vitor Luyan Barbosa da Silva, e o ser especial Vinícius Ruan Barbosa da Silva. Também não poderia deixar de mencionar o meu futuro sobrinho ou sobrinha que

está chegando. Estas criaturinhas puras que enchem nossas vidas de afeto e de alegria e fazem tudo parecer mais fácil.

Ao meu cunhado querido e amado Alício Rodrigues da Silva Jr. que, com minha irmã Patrícia, acolheu-me em sua casa, dando-me a harmonia e a tranquilidade necessária para que pudesse escrever este trabalho.

Aos cunhados agregados Sabrina, Milia, Nilda, e Alex Robson Sales Menezes(*In memoriam*). Nestes dois anos de idas e vindas vocês estiveram à minha espera junto da minha família e me fizeram sentir muito amada.

Tenho certeza de que algumas pessoas importantes nesta trajetória não foram mencionadas. Desde já peço desculpas aos ausentes e deixo o meu muito obrigado a todos!

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	08
LISTA DE TABELA.....	09
RESUMO.....	10
 INTRODUÇÃO.....	 13
 CAPÍTULO 1: Integração, nacionalização e povoamento nos confins do Brasil	 22
1.1 A imagem (re)negada.....	23
1.2 Nacionalizar o vazio.....	34
1.3 Dividir para integrar.....	55
 CAPÍTULO 2: O imaginário fundador do Amapá	 70
2.1 A criação do Amapá	71
2.2 O Amapá e seu criador.....	84
2.3 Janary e Vargas: “dois homens e um ideal”.....	100
 CAPÍTULO 3: A invenção do Amapá	 115
3.1 Inventariando a região.....	116
3.2 Sanear, educar e povoar.....	139
3.3 A mística do Amapá.....	155
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 170
FONTES	172
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	176

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa apresentado por Rio Branco na segunda memória, com os limites já explicitados pelos franceses, como indo por uma paralela ao Amazonas até o rio Negro	42
Figura 2: Mapa da Faixa de Fronteira: pontos de trijunção internacional	46
Figura 3: Mapa da Faixa da Fronteira: Guiana Francesa/Oiapoque	47
Figura 4: Densidade demográfica dos municípios fronteiriços – <i>Fronteira Norte</i> (Pará – Amazonas – Acre)	48
Figura 5: Mapa: Os cinco novos Territórios Federais criados em 1943	56
Figura 6: Mapa da divisão do Brasil em áreas geo-econômicas	58
Figura 7: Programação do Primeiro de maio em 1950	93
Figura 8: Programação da Semana do Território em 1948	94
Figura 9: Desfile escolar em Macapá: Curso Normal Regional	95
Figura 10: Getúlio Vargas e Janary Nunes	101
Figura 11: A imagem de Vargas associada ao Sete de setembro	103
Figura 12: Nove anos de reconquista dentro do Território	105
Figura 13: Reportagem anunciando a decisão de Vargas em manter Janary no governo do Território do Amapá em 1951	114
Figura 14: Mapa do Território Federal do Amapá em 1943, com os limites territoriais	118
Figura 15: Fotografia: Conjunto de Habitações no Destacamento de Santo Antônio do Oiapoque em 1929	121
Figura 16: Mapa do Território do Amapá em 1943 de acordo com os municípios existentes	122
Figura 17: Mapa demonstrativo da extensão territorial do município de Amapá em 1943	125
Figura 18: Mapa do município de Macapá em relação ao Estado e sua capital em 1943	127
Figura 19: Mapa da extensão do município de Macapá em 1943	128
Figura 20: Mapa do município de Mazagão em relação ao Estado e a capital, em 1943	132
Figura 21: Mapa da extensão do Município de Mazagão em 1943	133
Figura 22: Mapa da Planta da Construção de Mazagão	134
Figura 23: Aulas de educação física do Grupo Escolar de Macapá, na década de 40, de acordo com o sexo	145

Figura 24: Posto Médico construído no município de Amapá	147
Figura 25: Construção de prédios de alvenarias destinados à moradia de funcionários da elite administrativa do Território	152
Figura 26: Hotel de Macapá, construído pelo governo territorial para atender a demanda de visitantes ao Território	152
Figura 27: Residência Governamental construída em 1944	153
Figura 28: Detalhes internos da residência governamental em 1944	153
Figura 29: Guarda-medicador em visita domiciliar	162
Figura 30: Agenda do VI Congresso Brasileiro de Higiene em 1947	163
Figura 31: Orientações de como adquirir uma vida saudável para aumentar o rendimento no trabalho	165
Figura 32: Reportagem do jornal <i>AMAPÁ</i> exaltando a ligação das imagens do Barão do Rio Branco e Cabralzinho	167

LISTA DE TABELA

Tabela 1: Resultado Geral das Eleições de 03 de outubro de 1950 no Território do Amapá	113
--	-----

RESUMO

O presente trabalho objetivou estudar a criação do Território Federal do Amapá como proposta para integração desta região à nação brasileira e, fundamentalmente demonstrar que esta autonomia política significou a conquista de uma identidade brasileira, até então inexistente. Como coube a Janary Nunes, na condição de primeiro governador territorial, a tarefa de efetivar esta integração, acabou por se tornar o “imaginário fundador” do Amapá. Como questões centrais desenvolvidas por este estudo estão: a imagem sobre a Amazônia como elemento condicionante para a construção do projeto que originou o Território amapaense; a pretensão da gestão de Janary Nunes em construir uma idéia de começo para o novo Território; a base da administração janarista condicionada aos ideais varguista de desenvolvimento para o país; e a busca em formar o cidadão amapaense-brasileiro como elemento fundamental na construção do Amapá desejado. Buscou-se pesquisar os arquivos do Estado produzidos durante o governo de Janary Nunes (1944-1956), para tanto foram utilizadas como fontes: os números dos jornais da imprensa oficial territorial, *AMAPÁ*, desse período; relatórios de governo; fontes do IBGE; correspondências oficiais; Anais da Assembléia Constituinte de 1946; livros e memórias da época.

PALAVRAS-CHAVES: Nação, identidade, fronteira, território, imaginário social.

ABSTRACT

This work has as objective to study the foundation of the Território Federal do Amapá as purpose to the integration of this brazilian region nation and fundamentally to demonstrate that this political autonomy meant the conquest of a brazilian identity. How it was up to Janary Nunes as first territorial governor, the task of accomplishing this integration, in this way he became the Amapá “imaginary founder”. As central questions developed by this work, they have the images about Amazony as conditional element to the construction of the project which originated the amapaense territory; the administration pretension of Janary Nunes in constructing a idea of the beginning to a new territory; the janarista administration base conditioned to the varguista ideals of development to the country; and the search in forming the amapaense brazilian citizen as fundamental element in the construction of the Amapá wondered. It was researched the files of the State produced during the Janary Nunes government (1944-1956) what it was used as sources: the newspapers of the territorial official press *Amapá* from this period; government reports; IBGE sources; official correspondence; Constituent Body Anals from 1946; books and memorials of this period.

Keywords: nation, identity, frontier, territory, social imaginary

INTRODUÇÃO

Os Territórios Federais foram criados pelo Decreto-Lei nº. 5.812, de 13 de setembro de 1943¹, como justificativa para garantir a proteção e a ocupação de regiões fronteiriças que apresentavam grandes “vazios demográficos”. Ainda nos últimos anos do “Estado Novo”, em plena Segunda Guerra Mundial, sob o discurso da “defesa nacional”², o Território Federal do Amapá surgiu como unidade federativa, com o desmembramento de parte do Estado do Pará. Neste estudo, a criação deste Território será analisada como proposta de integração do Amapá ao país.

A pretensão de pesquisar sobre a criação do Território Federal do Amapá surgiu de inquietações que estão relacionadas à nossa experiência de vida, e de como vimos refletindo acerca da identidade política da minha cidade. Percebemos que a ingerência do Estado no cotidiano dos amapaenses é muito forte, ditando normas e padrões de comportamentos. Isto demonstra que há uma atribuição de importância ao político pelos amapaenses e que carece de estudos para que seja compreendida com a devida atenção. Há de se considerar que a maioria da população, economicamente ativa residente em Macapá, capital do estado, trabalha no serviço público, podemos supor que esse campo de estudo é no mínimo instigante. Sobre esta questão René Rémond (1994) afirma que as instituições “não são neutras nem indiferentes, elas produzem efeitos, fixam regras, traçam sulcos, modelam as mentalidades e as sensibilidades”.

¹ RIO DE JANEIRO (Capital Federal). Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943. Dispõe sobre a criação dos Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguazu, com partes desmembradas dos Estados do Pará, do Amazonas, de Mato Grosso, do Paraná e de Santa Catarina, respectivamente.

² Por interesse da defesa nacional, para justificar a criação dos territórios, Océlio de Medeiros (1946) afirma que: “não significa, somente, realizar atos com objetivos militares, mas sim empreender medidas com o fim de preservar o país de ameaças de toda ordem; defender as fontes de tributação nas zonas de fronteira; salvaguardar riquezas contra a ação dispersiva das populações rurais; guardar as minas contra a obra inescrupulosa dos contrabandistas estrangeiros e sabotadores nacionais; enfim, assegurar a saúde das massas rurais pela realização de uma política de saneamento (...). Povoar, organizar, sanear e educar significam, por isso mesmo, desde que compreendam um programa a ser vencido, sob a mais estreita afinidade, pela União em cooperação com os estados, obras de defesa nacional, capazes de justificar o interesse que levaria o Governo Central a criar núcleos administrativos federais em parte desmembrar ou não dos Estados”. Temer (1975), no mesmo sentido, continua: “a adoção de medidas cujo objetivo seria o de preservar o país de ameaças de toda ordem; salvaguardar riquezas contra a ação dispersiva das populações rurais, realizar atos objetivos militares, enfim, tudo que subjetivamente, a União pudesse entender como relevante à preservação da unidade nacional.”

Como um Estado extremamente novo estabeleceu sua trajetória política? Como o brasileiro, que habita uma região que geograficamente e culturalmente se encontra distante do centro político do país, construiu a sua experiência política? Quando, e em que bases, os amapaenses construíram suas experiências de cidadania?

Essas inquietações se tornaram objeto de estudo de nosso interesse nas eleições estaduais de 1998³. Em 1999⁴, cursando pós-graduação “lato-sensu” e participando da militância no interior do Sindicato dos Professores do Estado, essas reflexões acabaram por resultar na elaboração de um projeto de pesquisa⁵ que problematizava a identidade política dos funcionários públicos federais do ex-Território, quando de sua criação em 1943. Elegemos como recorte da pesquisa os anos de 1944 a 1956, porque foi o período em que Janary Gentil Nunes – primeiro governador territorial – administrou o Amapá. Passamos a investigar como o processo de criação deste Território se gestava prioritariamente na formação do cidadão amapaense como elemento fundamental na construção do Amapá, ligado a um projeto político de amplitude nacional, decorrente do modelo vigente.

À época, tivemos acesso a uma vasta documentação da administração janarista, reproduzida em 11 anos de jornal. O *AMAPÁ*⁶, jornal criado em 1945, pela imprensa oficial, circulou sem interrupção durante toda administração e atuou como o principal veículo de informação e divulgação das ações da gestão janarista.

Esse periódico enfatizava as fotos e textos sobre a vida pública e privada, tanto do presidente Getúlio Vargas, quanto do governador Janary Nunes. Constantemente publicadas em primeiras páginas, com imagens dos encontros desses políticos.

³ Nas eleições estaduais de 1998, o governador João Alberto Rodrigues Capiberibe do PSB, disputava a reeleição para o Governo Estadual com Antônio Waldez Góes da Silva do PDT, principal candidato da oposição.

⁴ Em 01 de Janeiro de 1999, João Alberto Capiberibe é empossado como governador do Amapá, reeleito no segundo turno com 53,59% dos votos.

⁵ “Estas questões foram delineadas no interior do projeto de pesquisa, que teve como título: **“A legitimação política do Território Federal do Amapá perante o Servidor Público, no período de 1944 a 1956”**”, sobre a orientação do docente Ms. Mauro César Coelho, como requisito obrigatório para a conclusão do Curso de Especialização em História Historiografia da Amazônia, promovido pelo Departamento de História da Universidade Federal do Amapá, entre agosto de 1999 a dezembro de 2000”.

⁶ A primeira publicação desse jornal foi em 19 de março de 1945, com uma periodicidade semanal e uma tiragem média de mil exemplares. O jornal era impresso nas oficinas da Imprensa Oficial, em tipografia e circulou até 1976. Para efeitos de recorte só os jornais publicados entre os anos de 1945 a 1956 foram analisados por esta pesquisa.

Havia uma pretensão aparente em demonstrar a estreita relação entre Vargas e Janary como aliados políticos, mas, sobretudo, de enfatizar quem eram os mentores do desenvolvimento do Território do Amapá. Além de recorrências de matérias que acentuavam a atuação do governo no povoamento, no saneamento e na educação, bem como, daquelas que buscavam orientar e informar a população sobre como se alimentar, vestir, residir, tratar da saúde e exercer seus deveres e direitos.

Estava em evidência a construção de um projeto político para o Amapá que pretendia integrá-lo ao resto do país como medida prioritária para a construção da nação brasileira pós-30. Segundo o censo de 1940, aproximadamente 92% da população deste território vivia na zona rural, comparado às outras regiões brasileiras, principalmente o Centro-Sul do país, que vivia sob o estigma do discurso do progresso. A realidade amapaense estava muito distante do ideal de civilização que o projeto varguista defendia para o Brasil. Assim, Janary Nunes foi indicado para estabelecer as bases necessárias para a implantação dessa integração, que se projetou em diversos aspectos da política territorial, mas principalmente na promoção de hábitos e costumes similares aos grandes centros políticos do país.

Os discursos do presidente Getúlio Vargas, nos anos de 1938 a 1944, externam as pretensões do Governo Federal para a região amazônica. A criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), neste período, não ocorreu por acaso. Sua origem denota a necessidade de descrever minuciosamente o espaço geográfico do Brasil e o seu povoamento, como ação vital para o modelo de desenvolvimento varguista. Buscamos avançar com relação à importância que o IBGE desempenhou no conhecimento sobre a Amazônia, como impulsionador do projeto de desenvolvimento para região nos anos 40. Percebe-se que as publicações sobre a Amazônia começaram a acontecer logo após a fundação deste instituto, demonstrando os principais projetos do governo brasileiro com relação à região. Buscamos utilizar esses estudos para demonstrar as razões que condicionaram as criações dos Territórios, principalmente através de autores que debatem sobre a realidade amazônica e suas fronteiras, como Hélio Viana (1948), Teixeira Soares (1973), Teixeira de Freitas (1932) e Raja Gabaglia (1945).

Passamos a pensar a partir dessa problemática que o projeto de criação dos Territórios Federais esteve condicionado à preocupação com demarcações definitivas das fronteiras brasileiras como elemento prioritário para o desenvolvimento do território. O projeto de criação dos Territórios Federais esteve condicionado à preocupação com demarcações definitivas das fronteiras brasileiras como elemento prioritário para o desenvolvimento do território.

forneceu referenciais conceituais importantes quanto à formação da identidade nacional brasileira, partindo de um olhar sobre a fronteira como mito reforçador da nação.

No caso do Amapá, defendemos que a sua transformação em Território decorreu de razões próprias. Essa região era uma área estratégica para o território nacional, por fazer fronteira com terras francesas e de possuir uma reserva significativa do minério de manganês, matéria-prima muito utilizada durante a Segunda Guerra Mundial. Buscamos estudar os antecedentes históricos da delimitação da fronteira franco-brasileira para demonstrar que a soberania territorial foi condição imprescindível para que o Estado pós-30 pudesse colocar em prática o projeto de desenvolvimento para a região. Também evidenciamos que o processo de ocupação dessa região não decorreu somente de acordos diplomáticos, mas do povoamento de “brasileiros” que desenvolveram o sentimento de pertencimento e lutaram para garantir a permanência de sua nacionalidade. No entanto, diferentemente do que ocorreu em 1900, quando o país garantiu a posse definitiva de regiões pretendidas pela França, a transformação do Amapá em Território objetivava a integração dentro do próprio territorial nacional, através de ações nacionalistas e desenvolvimentistas.

Para tanto, utilizamos duas obras básicas. O livro **Rio Branco e as Fronteiras do Brasil: uma Introdução às obras do Barão do Rio Branco**, de A.G. de Araújo Jorge⁷, publicado em 1945, que nos ofereceu uma visão panorâmica da atividade política e diplomática de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco. Além dessa obra, o livro **Amapá: terra onde o Brasil começa** do Senador José Sarney e Pedro Costa, publicado em 2004, também foi uma fonte rica de informação sobre a questão. O livro contém imagens de mapas e transcrições de documentos do conflito pela região do “Contestado Amapaense”, comumente conhecido como “A Questão do Amapá”.

⁷ Artur Guimarães de Araújo Jorge nasceu a 9 de setembro de 1884, na Província de Alagoas. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais. Mudou-se para o Rio em 1905, onde inicia sua atividade diplomática, aos 21 anos. Em 1907 tornar-se auxiliar de gabinete do Barão do Rio Branco, de quem seria um dos mais próximos colaboradores. Foi embaixador brasileiro em Lisboa, onde exerceu esta função até abril de 1943, ápice de sua carreira. Aposentado ao deixar Lisboa, Araújo Jorge faleceu a 27 de fevereiro de 1977, aos 92 anos. Discípulo direto do Barão e profundamente interessado em nossa história diplomática, publicou numerosos trabalhos, notadamente os Ensaios de História Diplomática do Brasil no Regime Republicano (1912), Ensaios de História e Crítica (1916), a História diplomática do Brasil holandês (1640-1661).

A ausência de estudos historiográficos com relação à administração janarista, em primeiro momento, apresentou-se como grande dificuldade à realização da pesquisa. Quanto à criação dos Territórios, usamos como suporte três obras publicadas em períodos distintos, por autores de outras áreas. O livro **Territórios Federais**, do jurista acreano Océlio de Medeiros, de 1944, reside em um campo específico, pois foi a primeira publicação referente à legislação dos Territórios Federais, tema pouco debatido à época, acabando por se tornar uma fonte fundamental, considerando que a mesma foi publicada no calor da criação dos cinco Territórios Federais de 1943⁸. Apesar de o autor estudar fundamentalmente a experiência acreana, sua obra serviu de parâmetro para entender as condições da criação do Território do Amapá.

Outros estudos nos ajudaram a pensar sobre os Territórios e o Amapá nesse contexto. O trabalho pioneiro e de publicação recente, **Amapá: principais transformações econômicas e Institucionais - 1943 a 2000**, do geógrafo Jadson Porto, que trata sobre a experiência desse Território no federalismo brasileiro. O livro discorre sobre a experiência amapaense desde o período do Território até a sua estadualização em 1988⁹. E, a tese de doutorado de Michel Temer, **Territórios Federais na Constituição Brasileira**, de 1974, na qual inquiriu sobre o que representa a Unidade Território para um país como o Brasil.

Dois outros livros de historiadores, que tratam mais especificamente sobre o período do governo de Janary Nunes, fornecerem-nos pistas importantes para pensar a pesquisa. O livro **Território do Amapá: perfil histórico**, do historiador amazonense Arthur César Ferreira Reis, de 1946, acabou por se tornar uma fonte importante, pois demonstrou qual a visão da historiografia da época sobre o Decreto-Lei nº. 5.812, bem como os primeiros anos da administração de Janary Nunes.

⁸ O livro começou a ser elaborado, por iniciativa de Océlio de Medeiros, quando da criação do Território Federal de Fernando de Noronha, pelo Decreto-Lei n 4102 de 09 de fevereiro de 1942, cujos originais, por sugestão Ministro Ataúlfo de Paiva foi enviado como subsídio ao Presidente da República. Mas tarde, Medeiros descobriu que havia sido engavetado e era de total desconhecimento do Governo Federal, sem que se tornasse subsídio para as criações em 1943 dos outros cinco Territórios Federais. Felizmente sua publicação aconteceu um ano depois deste ato, e o livro passou a ser uma referência para os estudiosos sobre o tema.

⁹ A transformação do Amapá de Território Federal para Estado ocorreu com a edição da Constituição de 1988.

O segundo livro **História do Amapá: da autonomia territorial ao fim do janarismo (1943-1970)**, do historiador amapaense Fernando Rodrigues dos Santos, de 1988, que analisa toda a era do “janarismo¹⁰”, apresentou-se como referencial imprescindível para pensar o período. A obra que pode estar inserida no estudo de História Política, do gênero biográfico, define o estilo personalista do primeiro governador territorial, inaugurando uma nova fase da historiografia amapaense do período, suscitando possibilidades para que outros pesquisadores possam aprofundar esse tema, diante das diversas temáticas abordadas. Contém informações gerais da história do Território ligadas à trajetória desse político, em duas fases distintas: de 1944 a 1956, período do governo janarista; e, de 1962 a 1970, quando Janary Nunes foi deputado federal pelo Território. Contudo, percebemos que muitas questões são apresentadas pelo autor de forma genérica e, portanto, carecem de mais detalhamento, além do que são incipientes estudos que abordam esse período. Nessa direção passamos a buscar responder qual a importância do janarismo para a história do Amapá? Qual o significado que a administração de Janary Nunes possui para os amapaenses a partir da ótica da representação política?

Um trabalho que se propõe a estudar a origem do Amapá como Território não poderia vir dissociado do período da administração janarista e de todo o significado que essa gestão representou para a região. O nome de Janary Nunes é muito difundido entre os amapaenses. O caráter personalista de sua gestão é muito enfatizado, porém o julgamento sobre o período oscila entre a visão daqueles que atribuem a ele os méritos pelo desenvolvimento do Amapá e daqueles que o consideram maléfico para a trajetória desse Território. Para Baczko (1985, p. 296), “Os actores políticos, em especial os ‘chefes’, são julgados não só pelas suas competências, mas também pela imaginação política e social que lhes é atribuída ou recusada”. Para nós, essas opiniões oscilantes sobre um mesmo político está associada à imagem construída com base na visão de um mito, e acaba por representar uma pista para estudarmos essa trama, como diz Detienne (1987, p. 65) “O mito conta uma história, com palavras e frases, através dos quais seguimos o fio de uma intriga”.

¹⁰ O termo “Janarismo” foi empregado pelo historiador amapaense Fernando Rodrigues dos Santos para designar o período que corresponde aos anos de 1944 a 1970, quando o Amapá esteve pela influência de Janary Nunes, primeiro como governador e, posteriormente, como deputado federal.

O livro **Multidões em Cena: Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo**, de Maria Helena Capelato (1998), foi de fundamental importância. A autora explora um novo viés do estudo sobre a Argentina e o Brasil, ao destacar na esfera do imaginário coletivo, a importância dos símbolos e das imagens como elementos mediadores entre a política e a cultura, e entre estas e o poder, dentro da perspectiva sugerida por Baczkó. Da comparação entre o peronismo e o getulismo, Capelato (1998) evidenciou que a mesma mensagem de propaganda não tem o mesmo efeito em sociedades e contextos históricos díspares. Daí a importância dessa inquirição que busca, em uma realidade histórica diferenciada, uma leitura que confronta o nacional e o regional, abrindo um leque teórico que possibilitará o estudo das diferenças e semelhanças presentes na idealização das formas de propaganda política durante um dado momento no governo varguista para a Amazônia. Observa-se no período do governo Janary, através dos programas de rádio, transmitidos pela Rádio Difusora e pela imprensa oficial através do jornal *AMAPÁ*, que a administração territorial utilizava esses meios de propaganda como canal para construir a representação desejada da administração janarista entre a população do Território.

Outras publicações de Capelato nortearam esta pesquisa. *Ex vi* do artigo: *O Personagem na História. Perón e Eva: Produtos da Sociedade Argentina*, onde a autora ressalta a importância do líder político para a compreensão de uma dada realidade histórica. Capelato (1992) demonstra que a permanência dos líderes na história contemporânea indica que é um objeto de estudo pertinente, sobretudo, no Brasil, onde existe uma tradição de política personalista. A autora alerta para o fato da historiografia não poder ignorar os personagens que se destacam na cena da história, e o quanto suas presenças têm um significado que deve ser compreendido. Para nós, essa reflexão possibilitou pensar a importância de Janary Nunes para a compreensão da história política amapaense.

O livro **Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular**, do autor Jorge Ferreira (1997), foi importante por eleger como categoria de análise a relação que os trabalhadores brasileiros estabeleceram com Vargas. Essa abordagem nos orientou a refletir uma construção da história do período a partir de explicações que consideram outras dimensões dessa realidade, a da população.

O contato com os referenciais bibliográficos nacionais nos fez confirmar a suspeita de que uma historiografia dos reflexos do Estado Novo no Amapá ainda

está para ser construída, somente nas fontes poderíamos encontrar subsídios necessários para produzir uma historiografia que insira a região nesse debate. Sob a defesa de uma posição teórico-metodológica que, longe de ser “modelo”, é uma inspiração, Carlos Alberto Alves de Souza¹¹ foi uma orientação importante, pois o autor, sob a influência de Thompson¹², alerta para os riscos que corremos quando reduzimos os sujeitos sociais a conceitos pré-estabelecidos. Foi o diálogo com as fontes que nos possibilitou problematizar acerca de nosso objeto de investigação. Como bem diz Carlos Alberto (1997, p. 07), “A pesquisa, em meu entendimento, é que deve dar fôlego à teoria”.

Nossa principal dificuldade consistia em resolver alguns problemas que se apresentavam como decorrentes dos procedimentos teóricos e metodológicos da pesquisa. Como alcançar os objetivos propostos, por meio de fontes jornalísticas produzidas pelo discurso oficial?

Historiadores como Laura Antunes Maciel e Heloísa de Faria Cruz, que relataram suas experiências no manuseio de fontes impressas, foram fundamentais. A partir dessas autoras, percebemos a necessidade de reconhecer as especificidades da produção da fonte jornalística. Passamos a compreender o significado do conteúdo expresso como representação de um discurso e como gerador de controvérsias. É justamente a construção das informações implicadas que permitem a identificação do discurso. O que os textos oficiais não declaram explicitamente é que passou a ser objeto de nossa investigação.

Para Laura Maciel (2000, p. 15), essa não é uma tarefa fácil, exige um trabalho árduo para lidar com uma narrativa dos acontecimentos que se apresenta como o próprio acontecimento. Para tanto, é preciso considerar o lugar da produção dessas fontes, não simplesmente como expressão de fatos, mas detectar as razões e contextos históricos que a conceberam. Por fim, as relações políticas que caracterizam o espaço de circulação desses periódicos são compostas por outras variáveis que precisam ser consideradas. Delimitamos como método para inquirição dos jornais algumas variáveis que puderam permitir uma leitura ampla da fonte: comportamento eleitoral, tradição política, relações de lideranças políticas, posição e

¹¹ Ler SOUZA, Carlos Alberto Alves de. “Varadouros da liberdade”: empates no modo de vida dos seringueiros de Basiléia- Acre. Tese de Doutorado. PUC/SP, 1996.

¹² Ler THOMPSON, E.P. A miséria da teoria: ou um planetário de erros. Rio de Janeiro, 1981.

oposição, reações locais mediante acontecimentos estaduais e nacionais, temas de maior publicação e momentos de maior intensidade de publicação dos temas.

A partir do exercício com os jornais, foi adotado o mesmo procedimento para as outras fontes da pesquisa, considerando que no decorrer da análise da documentação nos deparamos com o mesmo problema, a origem oficial do material coletado. Assim, agrupamos as fontes pesquisadas numa única categoria, analisando-as como expressões do discurso de autoridades políticas e intelectuais que administraram o Território. Contudo, apesar do reconhecimento das limitações dessa escolha, não as vemos como a expressão de um universo único e harmonioso, mas como uma realidade conflitante e divergente, o que nos permitiu também localizar as contradições desse cenário.

Além do jornal *AMAPÁ* e das demais documentações, consideramos essencial destacar as fontes do acervo do CPDOC, em cujos arquivos encontramos correspondências entre Janary Nunes e Getúlio Vargas, sendo possível observar a dimensão da relação entre esses políticos: os preparativos da festa que seria oferecida pela administração territorial a Getúlio Vargas, por ocasião de sua visita ao Amapá em maio de 1954; e as imagens de duas das sete faixas que encontramos entre os documentos oficiais. A primeira exibia a foto de Getúlio Vargas com a seguinte saudação: “*O Amapá saúda Getúlio Vargas, o criador dos Territórios*”. A segunda era uma mensagem dos trabalhadores ao seu líder político: “*Os operários amapaenses recebem Getúlio Vargas em especial afeto*”.

O livro **Confiança no Amapá: impressões sobre o Território**, uma coletânea de artigos que Janary Nunes organizou e publicou em 1962¹³, permitiu-nos um contato com o discurso que o apresenta como “criador do Amapá” sete anos após o término de seu governo. Os textos que a compõe foram escritos por políticos, jornalistas, literários, educadores e juristas que visitaram ou exerceram cargos públicos no Amapá durante o período que fora governador.

O *Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá*, apresentado ao Presidente Getúlio Vargas, em janeiro de 1946, por Janary, forneceu informações detalhadas sobre as principais medidas tomadas pelo governador territorial, bem como um diagnóstico da região no período de implantação do seu

¹³ O objetivo dessa coletânea era exclusivamente de cunho eleitoral, pois em 1962 Janary Nunes foi candidato a deputado federal pelo Amapá.

governo. O relatório informou as ações realizadas entre 27 de dezembro de 1943 a 31 de dezembro de 1945. A partir dele, é possível se fazer um levantamento da realidade social, econômica e cultural do Território, assim como dos problemas de infra-estrutura que a região enfrentava. Inventariou ainda, o Amapá em todos os seus principais aspectos da realidade local, tais como: saneamento, habitação, saúde, alimentação, educação, transportes, estradas, comunicações telegráficas e economia. Na sua introdução, Janary Nunes esclarece que “O ano de 1944 foi essencialmente de levantamentos de dados, de estudo das possibilidades”. Foi somente a partir desse diagnóstico que se propôs o programa administrativo para governo territorial.

Uma das últimas fontes catalogadas foram os ANAIS DA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE de 1946, organizados pela redação de expedientes para o acervo da Câmara de Deputados. A partir de então foi possível perceber todo um debate político em torno dos Territórios Federais.

Com o manuseio das documentações, notamos que os temas da nacionalização e territorialidade foram questões centrais no direcionamento do programa de governo para a região. Dessa forma, a discussão proposta pela historiadora Marcia Mansor D'Alessio (2006), em *L'État brésilien(1930-1954) dans l'approche vilarienne de la question nationale*, para se pensar o projeto varguista como o momento de construção/consolidação do Estado-Nação no Brasil, foi essencial para avançar nesse sentido. Percebemos que estava em evidência uma proposta de construção da nação para o Território Federal do Amapá, na administração de Janary Nunes, segundo os ideais varguistas de modernização para o país. No entanto, esse projeto foi condicionado principalmente à realidade local, o que explica o inventário realizado no Amapá nos primeiros dois anos da gestão janarista, para subsidiar o programa de governo que estava sendo planejado.

CAPÍTULO 1:

**INTEGRAÇÃO, NACIONALIZAÇÃO
E POVOAMENTO NOS
CONFINES DO BRASIL**

1.1- A imagem (re)negada

Os primeiros anos do século XX consolidaram, entre os intelectuais brasileiros que debatiam a identidade nacional, uma imagem da Amazônia que se perpetuaria por muitas décadas, com recorrências no presente. Região de grandes vazios territoriais e demográficos, área de “sertão” dentro do espaço brasileiro. Essa é a representação da Amazônia para o resto do Brasil nos primeiros anos do pós-30, e que norteará a proposta política do Estado varguista para a região.

Janaína Amado (1995, p.145) sintetiza o termo sertão segundo o Estado brasileiro:

Sertão é, também, uma referência institucionalizada sobre o espaço no Brasil: segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), designa oficialmente uma das sobejarias nordestinas, árida e pobre, situada a oeste das duas outras, a saber: “agreste” e “zona da mata”.

Janaína Amado (*idem*, p. 146) demonstra que sertão é uma categoria socialmente construída, e bastante recorrente principalmente entre os historiadores que escrevem sobre a nação brasileira, no período compreendido entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, mais precisamente entre 1870 e 1940. Os historiadores reunidos em torno do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e identificados com a historiografia ali produzida, como Varnhagen, Capistrano de Abreu (1975 e 1988) e Oliveira Vianna (1991), utilizaram e refinaram o conceito. Outros historiadores importantes do período, como Euclides da Cunha (1954) e Nelson Werneck Sodré (1941), e, posteriormente, Sérgio Buarque de Holanda (1957 e 1986) e Cassiano Ricardo (1940), trabalharam de diferentes formas com a categoria “sertão”.

Segundo Janaína Amado, (*apud* Oliveira, 1998) no Brasil, diferente do que ocorreu nos Estados Unidos na conquista do Oeste, há dois espaços simbólicos: o sertão e a Amazônia. Associação do termo “sertão” à Amazônia está muita ligada ao desejo de incorporação e ocupação de “vazios demográficos”, ou seja, este é um momento em que havia duas idéias de “brasis”, um povoado moderno e desenvolvido e um outro inabitado e atrasado. Para Lúcia Lippi Oliveira (1998), sertão “para o habitante da cidade aparece como espaço desconhecido, habitado por índios, feras e seres indomáveis”. Isto denota, portanto, uma aproximação da idéia que se tinha do sertão com as terras amazônicas, que passavam a ser vista também como uma região despovoada e inóspita.

Neste estudo, utilizamos como fontes centrais, na tentativa de reconstruir o discurso com relação à Amazônia na década 40, alguns autores que escreveram sobre a região nas primeiras quatro décadas do século XX. O objetivo proposto foi conceber a leitura que se fazia da Amazônia na época, que acabou por condicionar a criação e a proposta de desenvolvimento do Território Federal do Amapá. Tem-se clareza da existência de uma variedade de estudos que buscam retratar esta região, mas como o objetivo é buscar através dessas leituras as idéias que nortearam o projeto desenvolvimentista varguista para a região, priorizamos aqueles que acreditamos terem contribuído para esta finalidade. Outros autores, que escreveram sobre o tema em um período posterior ao delimitado, serão citados no decorrer deste estudo, pois evidenciam a recorrência deste discurso.

Um dos autores que mais contribuiu para a imagem construída sobre a Amazônia, no período evidenciado por este estudo, foi Euclides da Cunha. Esse escritor veio para a região em 1904, para chefiar a equipe brasileira da *Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus*, que tinha como objetivo demarcar a fronteira entre o Brasil e o Peru. Escreveu alguns textos em que predomina a idéia de uma região desértica e incompleta, onde só podemos prever ruínas e destruição: “O paraíso, que tanto desejava encontrar, já tinha sido corrompido, e por isso se encontrava, talvez, irremediavelmente perdido”. Seus artigos e ensaios produzidos durante e depois desta viagem foram publicados essencialmente em *À margem da História*, em 1909, obra póstuma publicada um mês após a morte do escritor.

Quando se pretende discutir a Amazônia no contexto da formação da nação, no período getulista, os textos euclidianos não podem deixar de ser utilizados. Era Euclides da Cunha um dos maiores defensores, no início do século XX, da implantação de medidas governamentais que efetivassem sua integração definitivamente ao Brasil. Em **Confrontos e Contrates**, expressa sua indignação diante de vários momentos da história política do Brasil e revela sua percepção com relação à necessidade emergente de tornar a Amazônia uma região brasileira. Percebe-se claramente esta defesa por Euclides da Cunha (2000, p. 71) no seguinte trecho:

As novas circunscrições do alto Purus, do alto Juruá e do Acre devem refletir a ação persistente do governo em um trabalho de incorporação que, na ordem prática, exige desde já a facilidade daTc (c) Tj-0.07776 Tc (il) Tj0.130.07776 Tc

se opera agora uma seleção natural de energias e diante da qual o espírito de Humboldt foi empolgado pela visão de um deslumbrante palco, onde mais cedo ou mais tarde se há de concentrar a civilização do globo, a Amazônia, mais cedo ou mais tarde, se destacará do Brasil, naturalmente e irresistivelmente, como se despega um mundo de uma nebulosa - pela expansão centrífuga do seu próprio movimento.

Euclides aclamava, através da literatura,

distantes. Segundo o autor, várias foram as expedições que, desde os tempos coloniais, aventuraram-se na busca de desbravar seus territórios e explorar suas riquezas; entre elas, cientistas, bispos, e a coroa portuguesa, na procura de especiarias exóticas e na captura de aborígenes, almejando assim compensar as perdas da Índia. Contudo, a natureza imperava frustrando qualquer tentativa.

Esforços vãos. As partidas demarcadoras, as missões apostólicas, as viagens governamentais, com suas frotas de centenas de canoas, e os seus astrônomos comissários apercebidos de luxuosos instrumentos, e os seus prelados, e os seus guerreiros, chegavam, intermitentemente, àqueles rincões solitários, e armavam rapidamente no altiplano das “barreiras” as tendas suntuosas da civilização em viagem. Regulavam as culturas; puliam as gentes; aformoseavam a terra. Prosseguiam a outros pontos, ou voltavam as malocas, num momento transfiguradas decaíam de chofre, volvendo à bruteza original(...) Depois há o incoercível da fatalidade física. **Aquela natureza soberana e brutal**, em pleno expandir das suas energias, é uma adversária do homem (CUNHA, 1967, p. 21-22). (grifo nosso)

O homem amazônida euclidiano é um ser excepcional que abdica das melhores condições de vida para se aventurar na natureza diabólica e bucólica, tornando-se um escravo da sua própria sorte, “é o homem que trabalha para escravizar-se” (1967, p. 24). O seringueiro era o trabalhador amazônida que se generaliza em Euclides da Cunha, na maioria imigrantes nordestinos proveniente do Ceará, que abandonavam sua terra natal em busca de enriquecimento com a extração da borracha. No percurso migratório, o trabalhador já chegava ao seringal endividado. Via-se obrigado a comprar os víveres no barracão do seu patrão a preços exorbitantes, e recebia pela borracha que coletava preços ínfimos. Desse modo, não podia abandonar os seringais, pois acabava prisioneiro do sistema que ficou conhecido como “escravidão por dívidas”.

No livro **Os Sertões**, obra precursora para a evolução do pensamento nacional, principalmente entre as décadas de 30 e 40, Euclides da Cunha analisa um Brasil indiferente com o destino dos brasileiros “pobres”, dos excluídos, dos que foram banidos para a floresta, postos à margem, “expatriado dentro da pátria” (1994, p. 57). Essa realidade “dolorosa” do seringueiro foi percebida pelo autor de forma muito próxima, no território acreano, uma das regiões onde o cultivo da economia da borracha foi mais presente.

Apesar de Euclides da Cunha retratar a dimensão social, que deve perpassar qualquer discussão com relação à Amazônia, acaba por generalizar a vida das populações amazônicas às condições dos seringais. No Amapá, a economia da borracha não teve uma grande representatividade no mercado externo como no Pará e Acre. Sua presença mais marcante foi na divisa do Pará, entre os rios Jarí, Cajarí e Maracá. Contabilizando toda a produção no Estado, a coleta da borracha era baixa para as exigências da comercialização deste produto no exterior. Tanto que o Departamento de Produção e Pesquisas, órgão criado pelo governo territorial do Amapá em 1944 para organizar e fomentar a produção na região nos diversos ramos da economia, realizou uma maciça campanha para aumentar a produção da economia da borracha, com orientações do apelo feito pelo presidente Vargas em 1943 (NUNES. Relatório, 1946, p. 32).

Magalhães Barata, governador do Pará, no relatório enviado ao Governo Federal em 1944, já anunciava a visão negativa da literatura de Euclides da Cunha para a região.

Não é pequeno o número de pessimistas que atribuem a um clima desfavorável a causa da estagnação em que tem ficado o acervo mais pomposo do patrimônio nacional, num quadro de magnificências que constituíram sempre motivo de atração universal. Desse preconceito não fugiu Euclides da Cunha (BARATA. Relatório, 1944, introdução).

Magalhães Barata discordava da visão que atribuía à natureza o fracasso das tentativas do homem de viver dignamente na região amazônica, e defendia no relatório que somente a partir de uma política de incentivos financeiros fortes, seria possível o seu desenvolvimento.

É notória a influência euclidiana na literatura amazônica, principalmente nas primeiras quatro décadas do século XX. No depoimento do amazonense Walmik Ramayana Paula e Sousa de Chevalier, no discurso proferido na posse da 2ª cadeira da Academia Amazonense de Letras, em 1960, essa influência é reconhecida. 7gc () Tj0.048 Tc (é)2 Tj0.024 Tc (.) Tj/F1 .24 Tc () Tj0.048 Tc (2) T.Ac. rimr

Saciei-me na hispidez de sua condição mavórtica, inebriei-me com o poder miraculoso do seu estilo quando (*ilegível*), na refulgência dos seus símbolos, a esta Amazônia que tanto amo. (CHEVALIER, 1960, p.11)

Araújo Lima, autor do livro **A Amazônia: a terra e o homem**, publicada em 1945, teceu críticas aos autores como Euclides da Cunha, que construíram opiniões de viagens pela região, a partir do que compreendia como visão “precipitada, tumultuosa, claudicante pela deficiência de análise e observação”, que oscilavam “entre os arroubos de exaltação otimista e os libelos de um pessimismo fulminador” (LIMA, 1945, p. 76)¹⁴.

Para Araújo Lima a região amazônica era “mal vista, pouco conhecida, erroneamente interpretada” pelos viajantes. Isto acontecia em decorrência do fascínio, da sedução e do mistério que a região despertava nas primeiras impressões.

Para quantos ousam palmilhar a região, se não um erro de visão, certamente um distúrbio perceptivo se processa, à excitação do *tonus* da vida hiperativa, exagerada, intensa, com que toda natureza ambiente envolve os sentidos e os domina.

Por isso ficam os forasteiros perplexos ante o esplendor da natureza opulenta e grandiosa, que se esboça nas linhas imprecisas, mal definidas, fugidias da paisagem em seu conjunto panorâmico. E, ao assalto dessas sensações, irrompe a explosão lírica, inspirada pela fascinação do colorido, gerando um superlativismo contagioso, enfático, retórico, que contamina quase todos os descritores desses cenários (LIMA, 1945, p. 76).

Esta visão dos viajantes, para Araújo Lima, decorria da síntese de dois fatores, o histórico e filosófico, “correlacionada pela noção sedutora, fascinatoramente empolgante da antropogeografia”. O que acabou por divulgar entre os “sentenciadores apressados” um consenso quase unânime entre os que escreviam sobre a região no período que analisara. Perpetuava-se, segundo o autor, duas concepções de Amazônia, a otimista e a pessimista, com duas definições, Inferno Verde ou Paraíso Verde.

¹⁴ Araújo Lima escreveu **A Amazônia: a terra e o homem**, em 1931. Considerava-se um grande conhecedor da realidade e dos problemas da região por ter nascido e vivido como médico e administrador na região, durante quase toda a sua vida, e que se considerava um conhecedor. Devido a relação tão próxima do autor com a realidade que escrevia, o livro acabou por se tornar um clássico da literatura amazônica, o que justificaria sua premiação na época que escreveu o livro, pela Academia Brasileira de Letras.

O território amazônico era descrito, segundo Araújo Lima, pelos olhos errôneos dos escritores, em que “a magnitude da natureza contrapõe-se à pequenez humana”, assim afirmava

A riqueza, a opulência, a exuberância da terra são interpretados como expressões de uma natureza pródiga, perdulária, acessível a quantos lhe pretendem arrancar recursos da vida, para participarem de tão apregoada fartura. E à fecundidade dissipadora da terra opor-se-ia_ na interpretação de tais críticos_ a insignificância da capacidade humana, precária, exígua, periclitante.

A terra é farta, mas dificilmente penetrável, quase fechada ao homem; opulenta, mas bárbara; ubérrima, mas não dadivosa. E’ riquíssima, mas avara.

A floresta inculta e bruta_ *a selva selvaggia*_ é o teatro de uma vida hipertensa, febril, estrepitosa, em cujo turbilhão se debatem as espécies mais variadas e mais abundantes. (...)

A mata, a avaliar por sua fisionomia propriamente botânica, é um mundo florestal em pleno superpovoamento, incrementado pelos fatores extrínsecos, casuais de sua pujança e de sua agressividade, qual a temperatura e a umidade, a prevaleceram sôbre um solo eternamente humoso por ação de fertilizante da bacia potâmica, em flutuações periódicas e ritmadas. (...)

São as matas virgens típicas dos grandes vales, nas quais preponderam as hidrófilas, em excessiva riqueza de espécies vegetais, formando os bosques sóbrios, soturnos, cheios de silêncio e de mistério, nos terrenos alagadiços e brejosos (LIMA, 1945, p. 77-78).

Diante desta descrição, a penetração humana era quase impossível e o homem passava a ser visto como intruso e totalmente refém da natureza imperativa.

E’ a selva primitiva, rústica e selvagem, numa orgia de vida desordenada, estuante de fôrça bravia, sem método nem disciplina, ameaçando o homem, que se lhe aproxima, com a brutalidade de desproporção (...) O Homem, só, escoteiro, sem guia; sem saúde nem cultura; sem defesa nem proteção; sem preparo nem prévio trabalho adaptativo, o homem do Amazonas campeia naqueles cenários como um gigante, inconsciente da sua bravura, a afrontar, e a vencer, a natureza hostil e agressiva (LIMA, 1945, p. 79).

Essa visão deturpada da Amazônia, segundo Araújo Lima, decorria da forma que o tema era tratado pelos estudiosos. O homem e o meio não podem ser compreendidos isoladamente, ambos se complementam, formando um sistema de inter-relações recíprocas e dependentes. Deve-se considerar que, na atuação do meio sobre o homem, ocorre o despertar das potencialidades humanas, uma vez que, dadas as condições necessárias para que se desenvolva, como agente social é que é, o homem atua como modificador do meio (LIMA, 1945, p. 25).

Entre os estudiosos amazônicos, não se considerava a condição ontológica do homem, o de transformador do meio, pelo contrário, a natureza era vista como imperativa à espécie humana. Desta forma, desqualificava-se o homem amazônico em relação aos outros povos do Brasil, como indigno da grandeza da terra que se encontrava. Ali, diferente de outras regiões do país, era negado ao “homem civilizado” o direito de adaptar-se (LIMA, 1945, p. 80).

No entanto, Araújo Lima, não diferia dos outros estudiosos no que tange às razões que justificavam as dificuldades do homem de modificar o espaço amazônico. Embora considerasse que o homem era detentor do poder de adaptação e de transformação do seu meio, não o fazia pela sua reduzida quantidade numérica.

Da intensidade das excitações exteriores e da qualidade do estímulo interior, depende o fenômeno biológico da adaptação. E digo biológico, e não social, em tratando do meio amazônico, porque aí sente o homem, em torno de si, o vácuo aberto por uma sociedade rarefeita, desagregada, desarticulada, enfim. É ali o homem quase sempre um solitário (LIMA, 1945, p. 81).

A espécie humana na Amazônia vivia isolada, como se não existisse para o resto do mundo. Esse isolamento era o que o tornava inferior aos demais povos do planeta. Lima (1945, p. 120) defendia uma política de valorização deste homem através do ideal civilizatório, argumentando que

Instrução e higiene; educação e saneamento têm de ser os recursos transformadores de uma raça que se está desacreditando, à revelia da orientação e da assistência protetora, precisamente na idade de ouro da cultura e da espécie.

Para Lima (1945, p. 120), a inferioridade e a rudez do homem nativo do Amazonas eram decorrentes da ausência de erudição e da exclusão social, que impediam que os ideais de civilidade adentrassem na região, agravada pela “incultura física, a depreciação do organismo e a sua morbidez”. Assim, como Arthur Cezar Ferreira Reis (1944), acreditava que através de incentivos políticos e financeiros, que possibilitassem o desenvolvimento econômico e migratório da região, seria possível transformar a realidade amazônica, e tirá-la do atraso e vazio em que se encontrava decorrente daquilo que concebia como um “acidente sanável”.

O caboclo seria, portanto, o habitante intruso de Euclides da Cunha, que chega sem ser convidado, ou assumia uma visão depreciativa, em Araújo Lima, passando a ser visto como ignorante, atrasado, inferior, sem estudos, acomodado, preguiçoso, que se sujeita às piores condições de sobrevivência, sofrendo de moléstias de todo tipo, decorrentes das condições climáticas e geográficas. Como não há nada que possa fazer, aceita a sua condição e se acomoda, passando a viver à espera de um milagre que nunca chegará. A letra da música “Vida Boa” de Zé Miguel, artista amapaense, retrata bem esta visão.

O dia nos chega toda manhã,
com nuvens de fogo pintando o céu.
Um ventinho frio sopra assim, assim.
de vez em quando se escuta o canto do Japin.
A canoa balança bem devagar.
A maré vasou encheu é pré-amar.
O Zé vai pro mato apanhar açaí.
Maria pra roça vai capinar.
A vida daqui é assim devagar,
não precisa mais nada para atrapalhar.
Só do céu, o rio, e o mar, e o pirão de açaí com tamatá.
Que vida boa sumano, nós não tem nem que fazer plano,
Que vida boa soprimo, nós só tem fazer menino,
Eita que vida boa.¹⁵

O caboclo da Amazônia, quando não era visto com esta leitura depreciativa, adquire uma visão poética e romantizada. Este retrato é muito presente na literatura de João de Jesus Paes Loureiro¹⁶, poeta paraense. Para o escritor a cultura amazônica do caboclo é: “dinâmica, original e criativa, que revela, interpreta e cria

¹⁵ MIGUEL, Zé. Amapá: 1CD(ca.min) digital, estéreo, 2001.

¹⁶ João de Jesus Paes Loureiro nasceu em Abaetetuba, cidade paraense situada à margem do Rio Tocantins. Coursou a Faculdade de Direito e a Faculdade de Letras, Artes e Comunicação, na Universidade Federal do Pará. De 1964 até 1976, em decorrência de sua poesia, militância política e idéias democráticas, foi severamente perseguido e preso pela ditadura militar. No final da década de 70 tornou-se professor de Educação Artística na Escola Técnica Federal do Pará e de História da Arte, Introdução à Filosofia e, depois, Estética Cultura e Comunicação, na UFPA. Tornou-se Mestre em Teoria Literária e Semiologia, pela PUC de Campinas em 1984 e Doutor em Sociologia da Cultura pela Sorbonne, Paris, França, em 1990. A partir de 1983 exerceu as funções de Secretário Municipal de Educação e Cultura de Belém, Superintendente (e criador) da Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, Secretário de Cultura e Secretário de Educação do Pará e, atualmente, Presidente (e criador) do Instituto de Artes do Pará.

Fonte: <<http://www.revista.agulha.nom.br/jjp.html#bio>> Acesso em: 10/10/2006.

sua realidade. Uma cultura que, através do imaginário, situa o homem numa grandeza proporcional e ultrapassadora da natureza que circunda” (1995, p. 30).

Paes Loureiro (1995, p. 26-27), na tentativa de combater os mais sutis preconceitos que recaiam sobre as populações amazônicas, na busca de discutir e contestar a idéia de uma cultura inferior e pobre, ressaltando a sua originalidade, acabou por romantizar esta cultura. Para o escritor, o isolamento e a distância impediu o intercâmbio entre a “cultura cabocla”¹⁷ e as demais culturas do mundo exterior. Este isolamento acabou por criar uma cultura com profundas relações com a natureza, que perdurou, consolidou e fecundou poeticamente o imaginário desses indivíduos isolados e dispersos às margens dos rios. Além de demonstrar elementos desta cultura, não explorados devidamente, chama atenção para os estereótipos que são criados sobre o modo de vida que se difere das grandes metrópoles brasileiras, onde são vistos como ignorantes e incapazes de assimilarem os padrões de modernidade que a cidade oferece (1995, p. 33-34).

Qual a identidade do homem Amazônico? Cabocla ou indígena? Qual o lugar da Amazônia para o Brasil? Nas décadas 40 e 50, o olhar da “nação” sobre a Amazônia se intensifica. O poder público, mesmo considerando-a um espaço vazio e atrasado, assume uma postura otimista para a região. O discurso se modifica, a Amazônia passa a ser vista pelas suas potencialidades naturais.

Em 1955, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, dando prosseguimento ao seu programa de divulgação de trabalhos que retratam os aspectos mais expressivos da natureza e das realidades regionais, publica o livro **Solos do Território Federal do Amapá: contribuição ao seu estudo**, de Luis Rainho da Silva Carneiro. No prefácio da publicação encontramos a justificativa dessa iniciativa.

O estudo dos solos na Amazônia é um trabalho que se torna imprescindível para ter efeito produtivo à política de fomento às atividades agrícolas, objetivada pelo Primeiro Plano Quinquenal da Valorização da Amazônia. Os resultados desses estudos virão indicar as áreas propícias à agricultura, proporcionando o estabelecimento de colônias subvencionadas pelos recursos oficiais ou mediante a iniciativa de grupos particulares (CARNEIRO, 1955, prefácio).

¹⁷ O autor entende por cultura amazônica, aquela que tem sua origem ou está influenciada em primeira instância, pela cultura do caboclo.

Carneiro (1955, p. 37) realizou estudos e observações sobre o Território Federal do Amapá, entre os meses de novembro e dezembro de 1951, com recomendação do Ministro da Agricultura, objetivando estudar os solos equatoriais e lateríticos e tecer conclusões sobre o seu aproveitamento. Considerava que “atribuir o atraso de uma região ao homem do campo, ou é obliteração cerebral, ou maldade confessa, além de crassa estultícia sociológica”.

De todos os dados sobre o qual o livro discorre é interessante observar a visão apresentada sobre o homem amapaense, visto como nortista, em contraposição ao homem nordestino.

O caboclo nortista é trabalhador, resistente e resignado às diversidades ambientais que tem de enfrentar. Enquanto que o sertanejo nordestino se defronta com a questão da seca para execução de sua lavoura, o lavrador nortista se depara com o problema inverso do excesso de pluviosidade e umidade ambientais. São recentes os acontecimentos deste ano de 1953 nas duas grandes regiões do Brasil: Norte e Nordeste; nesta última o flagelo da seca assolou oito Estados, enquanto que na região norte grandes enchentes devastaram extensas áreas. São contrastes na climatologia da nossa terra (1955, p. 37).

Carneiro reconhece que tanto o sertanejo quanto o lavrador nortista enfrentam adversidades penosas e estão desamparados pelo poder público. Sofrem explorações dos grandes proprietários e possuem uma imagem negativa nos grandes centros, mas considera “estes heróis anônimos” “a selva da nossa economia e o pedestal de nossa independência econômica”.

Para ele, a Amazônia é uma região de incomparável beleza e de perene abundância, fascinante e hospitaleira, “como último lugar que oferece ainda, em proporções paradisíacas, o esplendor dos dias suaves, o imprevisto das paisagens deslumbrantes e a paz religiosa das águas e da floresta” (1955, p. 38). O homem amazônico passa de “ser” incapaz e acomodado para esforçado e produtivo, e a Amazônia, de terra hostil à próspera e promissora, propícia para o habitat deste homem.

1.2 – Nacionalizar o vazio

Em **Margem da História**, Euclides da Cunha acaba por colocar um Brasil possível, encontra nos confins da Amazônia abandonada, um tipo brasileiro, o amazônida, aqui caracterizado pelo sertanejo intruso e pelos índios hostis, que se transformam em metáfora para a idéia de nação. Mostra para o resto do país, um Brasil que era desconhecido. Nas cartas escritas para o amigo José Veríssimo, já reclamava: “esta pobre terra, esta pobre pátria esta misérrima pátria tão digna de melhores dias” (carta 3/20 jun.1892). Veio para a Amazônia em 1904 acreditando estar cumprindo um dever patriótico: “meu intuito de seguir para os remotos pontos de nossa terra que desejo ver de perto (...) é um meio admirável de ampliar a vida, o de torná-la útil e talvez brilhantíssima (...) Sei que farei muito (...) revelar os prodígios da nossa terra” (carta 24 jun. 1904).

Em Euclides da Cunha, temos uma das matrizes do olhar sobre os sertões. Nele fica evidente que o sertão comprova a existência de fronteiras internas como ameaças à nacionalidade. Na expedição que realizara em terras amazônicas, permitiu-lhe colocar para o resto do Brasil o contato com uma terra inacabada, imprópria à ocupação humana, adversária do homem. Como missionário do progresso, pode-se afirmar que desejava integrar o sertão à vida nacional. A divulgação do espaço amazônico, até então pouco ou nada conhecido para o resto do país, acabou por ceder lugar às ações organizadas e sistemáticas do governo nacional sobre a Amazônia. Desse modo, poderia ser visto como o precursor de projetos implementados anos mais tarde para a região (OLIVEIRA, 1998, p. 8).

O período varguista inauguraria um projeto nacional, que terá no Estado seu idealizador e executor. Este projeto se voltaria, nos últimos anos da década de 30 e nos primeiros anos da década de 40, para a defesa da construção da nacionalidade brasileira a partir da integração das áreas despovoadas e interioranas ao Brasil. A identidade nacional, dentre outras vistas, passava a ser a identidade territorial, sem a qual não poderia ser possível a construção do Estado Nacional. Esse projeto se efetivaria na Amazônia a partir da redivisão territorial e administrativa da região e das redefinições das ações políticas dos Estados-Membros.

Desde a independência, a preocupação com a preservação da grande extensão do território brasileiro tem sido uma constante na história brasileira. Segundo Marcia D'Alessio (2006), “A recente ex-colônia era um imenso continente fragmentado econômica e politicamente, e a precariedade das comunicações no século 19 isolava territorialmente as regiões, reforçando poderes locais e acentuando o caráter quase auto-suficiente das unidades econômicas”¹⁸. Essa fragmentação foi, durante todo o

¹⁸ Tradução de Marcia D'Alessio. Original: “La nouvelle ex-colonie était un immense continent, fragmenté économiquement et politiquement, d'autant plus que la précarité des communications durant le 19 siècle isolait les régions, tout en renforçant les pouvoirs locaux et accentuant le caractère presque autosuffisant des unités économiques” (D'ALESSIO, 2006, p. 106).

império e boa parte da primeira metade do Século XX, um dos principais entraves ao desenvolvimento industrial do Brasil. Como implantar um projeto de industrialização efetiva em um país fragmentado? Essa foi uma das questões que nortearia o projeto do Estado varguista para a nação brasileira pós 30-45.

No entanto, apesar de todas as dificuldades herdadas da colonização, “O período imperial foi marcado por um esforço de centralização administrativa resultante tanto da tentativa de manter a posse de um imenso território como dos temores e inseguranças das elites face ao abismo social do país”¹⁹. Mesmo considerando a mobilização do Estado Imperial para tentar contornar os problemas decorrentes de um país dividido, não se pode afirmar que houve, durante esse período, um projeto de nacionalização comparado ao “modelo clássico” da França Revolucionária; ao contrário, as fragmentações se acentuaram e as elites regionais se tornaram ainda mais fortes, disputando entre elas a hegemonia do país (D’ALESSIO, 2006, p. 107).

Durante a primeira república (1889-1930), observa-se no Brasil a permanência e, até a acentuação dos problemas decorrentes da fragmentação política e dos poderes regionais (D’ALESSIO, 2006, p. 106). No entanto, havia algumas ações estatais, ainda que restritas, no sentido de buscar a unidade territorial. Este é caso da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso, que foi construída nos anos finais do Império, 1900 a 1930, sob o comando do engenheiro-militar Cândido Mariano da Silva Rondon²⁰. Segundo Laura Antunes Maciel (1998, p. 72), essa comissão objetivava não só a construção de linhas telegráficas correspondente ao trecho Mato Grosso-Amazonas, mas atribuir ao telégrafo, com sua rede de fios e estações, a construção física da nação, como precursora da civilização, do desenvolvimento material, da integração do território e da promoção de uma cultura nacional.

Laura Antunes (1998, p. 38) demonstra que a nação brasileira, nos primeiros anos da república, encontrava-se em expansão para o Norte e o Oeste do país, “tentando transformar espaços vazios em territórios, e populações dispersas em brasileiros, produzindo uma população homogênea capaz de reconhecer como uma unidade e parte de uma comunidade nacional”. Na Primeira República, a idéia de nação como um grupo de pessoas reunidas, que descobrem ou criam convivências, identificações e cumplicidades, concretas e simbólicas, que as referenciam entre si

¹⁹ Tradução de Marcia D’Alessio. Original: “l’époque impériale fut marquée par les efforts de centralisation administrative, résultants à la fois de la tentative de maintenir la possession de l’immense territoire et aussi des peurs et du sentiment d’insécurité des élites face à l’abîme social existant dans le pays” (D’ALESSIO, 2006. p.106).

²⁰ Para uma leitura mais aprofundada sobre a “Comissão Rondon” ler MACIEL, Laura Antunes. **A Nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”**. São Paulo: EDUC, 1998.

(D'Alessio, 2006, p. 106) estava distante de ocorrer. A maior parte da população vivia excluída da participação e dos direitos políticos e distante de compartilhar identidades.

Para Lúcia Lippi Oliveira (1998, p. 4-5) foi a consciência do espaço, da territorialidade que forneceu as bases da integração necessárias à formulação de um projeto de nação. É exatamente isso que se observa durante as primeiras décadas do século passado: a busca em se conhecer profundamente todos os cantos do país como sinônimo para o desenvolvimento.

Para os intelectuais brasileiros, a questão nacional sempre se apresentou como um desafio, que acabou levando a um grande envolvimento político. Em muitos momentos da trajetória desses personagens, o sujeito “intelectual” e “político” se confundem, sendo difícil distingui-los. Muitos deles foram grandes expressões da administração pública, como Euclides da Cunha (1866-1909), já debatido anteriormente, Alberto Torres²¹ (1865-1917) e Oliveira Vianna²² (1883-1951).

Apesar de divergirem²³ em muitos aspectos, havia um consenso²⁴ entre Vianna e Torres: a modernização do Brasil só ocorreria com o conhecimento profundo dos reais problemas decorrentes da formação brasileira.

Empreendi desde então uma obra, árida às vezes, às vezes cheia de inefável encanto: investigar na poeira do nosso passado os germes das nossas idéias atuais, os primeiros albos da nossa psique nacional. O passado vive em nós, latente, obscuro nas células do nosso subconsciente. Ele é que nos dirige hoje com a sua influência invisível, mas inelutável e falta (VIANNA, Oliveira, prefácio, 1987- 1edição de 1920).

²¹ Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1885. Ingressando na carreira política, elegeu-se primeiramente deputado estadual (1892-1893) e em seguida deputado federal (1893-1896) pelo estado do Rio de Janeiro. A convite do presidente Prudente de Moraes assumiu a pasta da Justiça em 1896, permanecendo no cargo até 1897. De 31 de dezembro desse ano a 31 de dezembro de 1900, foi presidente do Estado do Rio. Em abril de 1901, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal. [Fonte: *Grande Enciclopédia Delta Larousse*. Rio de Janeiro: Delta S. A., 1977]-
http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_albertotorres.htm-acesso 24/10/2006.

²² Historiador, sociólogo e bacharel em direito, foi consultor jurídico do Ministério do Trabalho e ministro do Tribunal de Contas (1940), diretor do Instituto do Fomento do Estado do Rio de Janeiro (1926); membro do Conselho Consultivo do Estado; membro da Comissão Especial de Revisão da Constituição; membro da Comissão Revisora das Leis do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, além de membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. [Fonte: *Grande Enciclopédia Delta Larousse*. Rio de Janeiro: Delta S. A., 1977]-
<http://www.biblio.com.br/conteudo/biografias/oliveiraviana.htm> - acesso 24/10/2006

²³ Esta divergência foi assumida pelo próprio Oliveira Vianna: em **Instituições Políticas Brasileiras**: “Torres era antes de tudo um *pensador* e não propriamente um *sociólogo*, no sentido estrito que a moderna sociologia dá a esta expressão. Como estudioso de sociedades humanas, filiava-se ao garnde grupo dos que fazem da sociologia antes uma *filosofia social* do que propriamente uma *ciência social* (...) É aqui, neste ponto justamente, que se marca a diferença entre a obra de torres e a minha” (1987, p. 64, 1º edição de 1920).

²⁴ Evaldo Viera, em **Autoritarismo e Corporativismo no Brasil**, um estudioso de Oliveira Vianna ressalta a influência de Alberto Tomarcc (p) ,8 Tc .j-0.08448 Tc (anna) Tj O

Estudar o Brasil, eis o que deverá ser o lema do patriotismo e do zelo pela sorte de nossa terra. O destino de um país é função de sua história e de sua geographia. O Brasil não tem história (...) sua história ethnica, economica e social, só começará a formar-se quando mais estreita solidariedade entre os habitantes das varias zonas lhe der a consciência de uma unidade moral, vínculo intimo e profundo, que a unidade política está longe de realizar.

E' em sua geographia e no quadro da sociedade contemporânea que está a base do conhecimento de sua sorte (TORRES, 1938, p. 60- 1 edição de 1914).

A problemática da unidade nacional era a questão central que norteava o olhar desses intelectuais sobre o Brasil. Como um país tão extenso e com um território tão variado culturalmente poderia se unir pelo laço político da nacionalidade? Dizia Alberto Torres: “Formar o homem nacional é o primeiro dever do Estado moderno”. Para ambos, era necessária a implantação de um estado que conduzisse o país à modernização e ao desenvolvimento econômico. Em Oliveira Vianna, encontramos o modelo de Estado capaz de realizar tal façanha.

(...) dada a deficiência entre nós de fatores de integração coletiva_ de fundir, moralmente, o povo na consciência perfeita e clara da sua unidade nacional e no sentimento profético de um alto destino histórico.

Esse alto sentimento e essa clara e perfeita consciência só serão realizados pela ação lenta e contínua do Estado – um *Estado soberano, incontrastável, centralizado, unitário, capaz de impor-se a todo o país*(grifo nosso) pelo prestígio fascinante de uma grande missão nacional (1987, p. 249- 1ªedição de 1920).

Vianna e Torres consideravam os problemas do Estado não somente como simples especulação doutrinária ou filosófica, mas como objetivos vinculados à realidade cultural do povo, que não podiam ser resolvidos sem levar em conta as condições da vida cultural do povo. Para Torres, cabia ao Estado formar o povo e construir a nação, e à política formar a nacionalidade necessária e conferir organicidade à sociedade (SOUZA, 2005, p. 306-307).

Muitas propostas defendidas pelos intelectuais brasileiros, serão incorporadas no período varguista ao projeto de construção da nação. Não se trata de homogeneizar o discurso, ao contrário, consideramos que essa construção faz parte de uma esfera que reside em uma área de conflitos e divergências, mas, sobretudo, observamos nos discursos, quais eram as idéias defendidas que adentravam no espaço político de negociação.

O debate em torno da defesa da integração nacional, da construção de uma nacionalidade que atingisse todos os cantos do país, através de um Estado centralizador responsável pela modernização e desenvolvimento do Brasil, eram temas recorrentes entre alguns dos principais pensadores da nação, do início do século XX. Segundo Marilena Chauí (*apud* Laura Maciel, ano 1998, p. 24), a idéia de nação é uma prática política e social, posta pelas falas e pelas práticas sociais, pensadas a partir da ação do Estado sobre a sociedade, pelos grupos dirigentes em vários momentos da história do Brasil, desde a independência. No entanto, como afirma Marcia D'Alessio (2006, p.104), “A palavra encerra inúmeros significados, mas uma primeira aproximação remete certamente a idéia de grupo” ²⁵. No Brasil dos primeiros anos do século passado, não havia articulação do Estado com o “grupo-nação” ²⁶, isso só ocorreria em 1930 com Getúlio Vargas.

Para Marcia D'Alessio (2006, p. 108), o projeto político varguista foi uma proposta de modernização através da industrialização,

as críticas em relação à fragmentação do país e a defesa de um Estado que contemplasse todas as regiões e os interesses de grupos e classes que se consideravam excluídos da vida política (...) eram vozes que preconizavam uma transformação do Estado, e o faziam em nome da nação ²⁷.

Para a ideologia varguista, “a marcha para o oeste” simbolizava a fronteira econômica em expansão, em áreas de defesa do território nacional.

O período pós-30 inaugurou um novo olhar sobre as áreas de fronteiras do país, que modificou a prática política do Estado brasileiro com relação a esses espaços. É importante compreender qual a concepção de fronteira vigente no Brasil no momento que ocorreu esta mudança. Essa não é uma tarefa fácil, pois “caracterizar as noções de fronteira e limite, no contexto da teoria do Estado

²⁵ Tradução de Marcia D'Alessio. Original: “Le mot nation recouvre de nombreuses significations mais une première approche renvoie directement à l' idée de groupe” (D'Alessio, 2006, p. 108).

²⁶ Este termo foi utilizado por Marcia D'Alessio (2006) para afirmar que: as revoluções burguesas dos séculos 18 e 19 inauguraram uma forma de poder que articula o Estado ao grupo-nação, politizando o termo sem, no entanto, dispensar seus significados culturais nem tão pouco negligenciar seus usos ideológicos.

²⁷ Tradução de Marcia D'Alessio. Original: “les critiques portant sur la fragmentation du pays et la défense d' un État qui tient compte de **toutes** les régions ainsi que des intérêts de groupes et classes qui se **considéraient** comme exclues de la vie politique (...) ces voix **préconisaient** une transformation de l'État et elles le faisaient au nom de la nation” (D'Alessio, 2006, p. 108).

moderno, é muito difícil quando sabemos que passaram por muitas evoluções e que são usados numa variedade de sentidos” (MACHADO, 2002). A fronteira se tornou sinônimo de modernização a partir dos séculos XVIII e XIX, em que a concepção do território de um Estado como espaço limitado se tornou a tradução de soberania moderna, sob a proteção da administração governo nacional; isso só foi possível, após ter ocorrido a delimitação de maior parte dos limites internacionais (MACHADO, 2002).

No Brasil, as últimas delimitações territoriais²⁸ ocorreram diplomaticamente, por intermédio do Barão do Rio Branco²⁹ (VIANA, 1948). Sua atuação como diplomata, e as áreas que foram delimitadas sob a sua responsabilidade, foram assim resumidas pelo historiador Hélio Viana (1948, p. 189),

Antes de 1902, quando assumiu esse posto, sua ação fêz-se sentir em questões de importância das que tivemos com a Argentina, a propósito da zona de Palmas, imprópriamente chamada de Missões, e com a França, por motivo da posse da região do Amapá, na fronteira com a Guiana Francesa, além de ter escrito uma memória referente à questão dos limites com a Guiana Britânica. Durante aquela gestão, de quase dez anos, através de quatro presidências da república, resolveu pendências de vulto, com a do Acre, influiu na solução do caso da Guiana Inglesa, liquidou os dois limites com a Colômbia e o Peru, e coroou sua obra magnífica com a brilhante participação do Brasil na terceira Conferência Americana, no Rio de Janeiro, e na Segunda Conferência da Paz, na Hâia, e com a generosa cessão do condomínio da lagoa Mirim e do rio Jaguarão ao Uruguai.

²⁸ A delimitação do limite entre o Brasil e Argentina, pela posse da região de Palmas, situada nos atuais Estados do Paraná e Santa Catarina, foi definitivamente resolvido em 1895, sob o arbitramento dos Estados Unidos. De acordo com a decisão favorável ao Brasil os limites, na região de Palmas, foram estabelecidos pelos rios Perirí-Guaçu e Santo Antônio, e não pelos rios Chapecó e Chopim, como pretendiam os argentinos. O limite entre o Brasil e a Bolívia pela região do Acre, foi resolvido pelo tratado de Petrópolis, em 1903, mediante a modificação de pequenos trechos de fronteira, o pagamento de dois milhões de esterlinos e a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, ao longo dos cursos encachoeirados desses rios. O limite entre a Guiana Inglesa e O Brasil foi resolvido em decorrências das memórias deixadas pelo Barão do Rio Branco que traziam todas as informações necessárias para resolver o impasse. O limite com o Brasil e a Colômbia foi resolvido com a assinatura do Tratado de Limites de Navegação Fluvial firmado em 1907, e limite do Peru com Brasil em 1909, após a resolução dos limites com o Acre, onde foram julgadas todas as pendências com relação a esta fronteira. Fonte: A.G. de Araújo Jorge. **Rio Branco e as fronteiras do Brasil: uma introdução às obras de Barão do Rio Branco**. Brasília: Senado Federal, 1999.

²⁹ Barão do Rio Branco, político, diplomata e historiador fluminense (1845-1912), filho do visconde do Rio Branco, político de renome no Império. Nasceu no Rio de Janeiro e formou-se em Direito no Recife. Em 1869 elegeu-se deputado por Mato Grosso. Torna-se cônsul do Brasil em Liverpool, na Inglaterra, em 1876. Com a proclamação da República, assumiu a superintendência geral do Serviço de Emigração para o Brasil. Entre 1893 e 1900 é designado para resolver as disputas pelos territórios de Sete Povos das Missões - entre Brasil e Uruguai - e do Amapá. Assegura o domínio brasileiro nessas áreas e recebe o título de barão do Rio Branco (1888). Em 1902 é indicado para o Ministério das Relações Exteriores e participa, ainda, da disputa pelo Acre com a Bolívia e de questões fronteiriças com Venezuela, Colômbia e outros países. Membro da Academia Brasileira de Letras. Escreveu vários livros sobre história do Brasil. Fonte: Disponível em <<http://www.vivabrazil.com/baraodo.htm>> acesso em 26/10/2006.

No B

As dúvidas levantadas pelos portugueses e franceses, durante o período colonial, sobre os limites entre a Guiana Francesa e o Brasil, perduraram por muitos anos, principalmente porque havia uma discordância entre os dois países que dificultava qualquer acordo. Os franceses consideravam o *Oiapoque* e o *Vicente Pinzón* rios distintos, enquanto os brasileiros diziam que tais nomes faziam referência ao mesmo rio.

Houve várias tentativas de acordo, visando garantir a posse do Contestado Amapaense. Após o fim da Guerra da Sucessão da Espanha³⁰, em 1712, no congresso em *Utrecht*, uma das questões que entrou em pauta nas negociações de paz, entre os governos de Portugal e França, foi a definição dos limites da Guiana Francesa (Araújo Jorge, 1945). O *Tratado de Utrecht*, assinado em abril de 1713, reconheceu o direito aos portugueses (VIANA, 1948). A questão foi assim tratada no seu artigo oitavo:

A fim de prevenir toda ocasião de discórdia que poderia haver entre os vassallos da Coroa de França e os da Coroa de Portugal, Sua Majestade Cristianíssima desistirá para sempre, como presentemente desiste por este Tratado pelos termos mais fortes e mais autênticos, e com todas as cláusulas que se requerem, como se elas aqui fossem declaradas, assim em seu nome, como de seus descendentes, sucessores e herdeiros, de todo e qualquer direito e pretensão que pode ou poderá ter sobre a propriedade das terras chamadas do Cabo do Norte, e situadas entre o rio das Amazonas e o de Japoc, ou Vicente Pinzón, sem reservar ou reter porção alguma das ditas terras, para que elas sejam possuídas daqui em diante por Sua Majestade portuguesa, seus descendentes, sucessores e herdeiros, com todos os direitos e soberania, poder absoluto e inteiro domínio, como parte de seus estados, e lhe fiquem perpetuamente, sem que Sua Majestade portuguesa, seus descendentes, sucessores e herdeiros possam jamais ser perturbados na dita posse por Sua Majestade Cristianíssima, seus descendentes, sucessores e herdeiros³¹.

Mesmo após o *Tratado de Utrecht*, a briga pela posse do Contestado Amapaense se manteve. Durante o período do conflito, os franceses transitavam livremente em território brasileiro, estabelecendo com os indígenas o tráfico

³⁰ Portugal participou na guerra da Sucessão da Espanha ao lado da Inglaterra, Holanda e Áustria, contra Luís XIV, de França, e Filipe V, da Espanha. Fonte: A.G. de Araújo Jorge. **Rio Branco e as Fronteiras do Brasil: uma Introdução às obras do Barão do Rio Branco**. Brasília: Senado Federal, 1999.

³¹ Texto original do Tratado de Utrecht. Fonte: SARNEY, José & COSTA, Pedro. **Amapá: terra onde o Brasil começa**. Brasília: Senado Federal, 2004.

clandestino de mercadorias e de escravos (VIANA, 1948, p. 89), de contrabando de ouro, encontrado em abundância em terras amapaenses (SARNEY; COSTA, 2004).

A delimitação definitiva da fronteira com a Guiana Francesa decorreu do recurso arbitral, em 1900. Depois de esgotadas as possibilidades de acordo entre França e o Brasil, decidiu-se por chamar um terceiro país para avaliar a questão, nesse caso a Suíça, “Rio Branco desenvolveu uma profícua atividade, facilitando consideravelmente as negociações que deram origem ao *Compromisso Arbitral* de 10 de abril de 1897”. Também organizou uma memória justificando os direitos do Brasil na controvérsia, resolvendo definitivamente o conflito (Araújo Jorge, 1945). O mapa abaixo mostra a delimitação entre a Guiana Francesa e o Brasil.

Figura 1

Mapa apresentado por Rio Branco na segunda memória, com os limites já explicitados pelos franceses, como indo por uma paralela ao Amazonas até o rio Negro



Fonte: SARNEY; COSTA. 1999, p. 220

Assim sintetizou Araújo Jorge (1945, p. 78), ao tratar da sentença do Tribunal Arbitral do Conselho Federal Suíço, que deu ganho de causa ao Brasil:

A sentença proferida no dia 1º de dezembro de 1900 reconheceu o direito do Brasil ao limite do território marítimo, declarando que o rio "Japoc ou Vicente Pinsão" do Tratado de Utrecht é o rio Oiapoque que se lança no oceano Atlântico ao oeste do cabo de Orange e que o talvegue deste rio ficaria constituindo definitivamente a primeira parte da fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa.

A soberania territorial, ou seja, a “fronteira linear, precisamente delimitada”, foi elemento imprescindível para o surgimento dos Estados Modernos. A concepção moderna de fronteira passa a ser o limite dos Estados Nacionais, vinculada ao conceito de identidade nacional, como elementos cruciais para a modernização (MACHADO; STEIMAN, 2002), em outras palavras, fronteira era “o condicionamento resultante de uma política externa” (SOARES, 1973, p. 13).

É importante destacar que a definição de fronteira moderna, está ligada ao “processo de identificação do povo com o Estado (...) entre os quais sobressai a nação e o princípio da nacionalidade”. O compartilhamento da língua, cultura, tradições, história, que permite que pessoas se identifiquem, nasceu da necessidade dos países modernos serem reconhecidos e obterem vantagens econômicas frente a um mundo instável e diferente (MACHADO, 2002). Percebe-se que o elemento econômico passa a ser preponderante, a defesa de uma unidade nacional é o caminho para o desenvolvimento, a modernização e o crescimento. Como bem observa Márcia D’Alessio (2002, p. 166),

o espaço econômico da nação moderna é interno, unificado territorialmente e definido do ponto de vista de fronteiras, pois o tempo do Estado-nação foi historicamente o tempo da indústria que, para seu desenvolvimento, precisou interiorizar a produção e o consumo, portanto, o mercado.

No Brasil, a defesa da transformação do Estado em nome da nação surgiu com o movimento de 1930, que instituiu Getúlio Vargas no poder (D’Alessio, 2006, p.108). Nesse período, a soberania territorial brasileira havia sido alcançada, praticamente todos os limites territoriais estavam devidamente delimitados, mas a

modernidade ainda era um ideal anunciado e a nacionalização o caminho para que o país alcançasse esse objetivo.

Decorreu daí um discurso nacionalista que tinha por função colocar a população toda dentro de um projeto de poder que unificasse partes, uniformizasse diferenças, evitasse dissonâncias, em suma, reunisse todos em um *nós* indestrutível (D' Alessio, 2006, p. 108).

Por outro lado, ao assumir o poder em 1930, Getúlio Vargas encontrou um país delimitado, mais fragmentado. Grande parte das regiões fronteiriças estava isolada do centro dos Estados, e estes do centro político nacional, quer pela ausência de transporte e de comunicação, quer pela distância política e econômica. Esta era a análise getulista do Brasil: país fragmentado e desconhecido de si mesmo (D'Alessio, 2002). Fizemos essa leitura, a partir da entrevista de Vargas, em 22 de abril de 1938.

O sertão, o isolamento, a falta de contacto são os únicos inimigos temíveis para a integração do país. Os localismos, as tendências centrífugas, são o resultado da formação estanque de economias fechadas. Desde que o mercado nacional tenha sua unidade assegurada, acrescendo-se a sua capacidade de absorção, estará solidificada a federação política (VARGAS. Vol. V, p. 165).

A integração e a nacionalização do país, defendidos pelo Estado varguista como sinônimo de desenvolvimento econômico do país, são questões bastante debatidas, assim como outras, pela historiadora Marcia D'Alessio³². Segundo a autora, “os discursos varguistas mostram um projeto político que pretendia interiorizar a economia e desenvolver o mercado interno, promovendo a integração, vista como condição indispensável a essas realizações” (D'ALESSIO, 2002, p. 167-168). No que tange aos discursos de Vargas, nosso olhar se focou para o norte do país, buscando destacar a proposta pretendida para o Amapá.

Getúlio Vargas entendia o Brasil como dois países distintos e incoincidentes: um político e outro econômico.

As nações novas, formadas pela expansão colonizadora, apresentam, entre os fenômenos específicos de seu crescimento, a mobilidade de

³² Para uma leitura do Estado-Nação em Vargas ler: D' ALESSIO, Marcia Mansor. *Estado Nação e construções identitárias. Uma leitura do período vargas*. In: **Razão e Paixão na Política**. Jaicy A. seixas, Maria Stella Bresciani e Marion Brepohl(orgs). Brasília: UNB, 2002.

fronteiras. Não coincidem, nos primórdios da formação, as linhas de demarcação política e a extensão da apropriação econômica (...) o Brasil é, na atualidade, um dos países em que se registra o fato (...) todo o país sofre uma fragmentação nítida em que as etapas do desenvolvimento econômico são assinaladas de modo evidente. Uma faixa é agente e sujeito da economia nacional; a outra é, apenas, objeto, servindo como mercado de consumo de ³³manufaturas, em troca de matérias primas ou produtos extrativos. Naturalmente, a consequência mais imediata do fato é que uma parte dos brasileiros vive em condições de vida peculiares à fase colonial, e outra mostra uma evolução econômica acelerada (VARGAS. Vol. V, p. 163).

No trecho acima, Vargas chama atenção para a existência de um país dividido, onde uma parcela considerável do Brasil não atingiu a etapa de progresso esperado, comparada aos grandes centros do país.

As áreas de fronteiras eram uma das preocupações centrais do Estado varguista, vistas como princípio fundamental para o desenvolvimento econômico do Estado, e definidoras da territorialidade brasileira. Em 1940, no seu retorno ao norte do país depois de sete anos, Vargas expõe em Manaus essa inquietação.

Vim para ver e observar de perto, as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. Todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto do seu desenvolvimento (VARGAS, vol. VIII, p.79). ³⁴

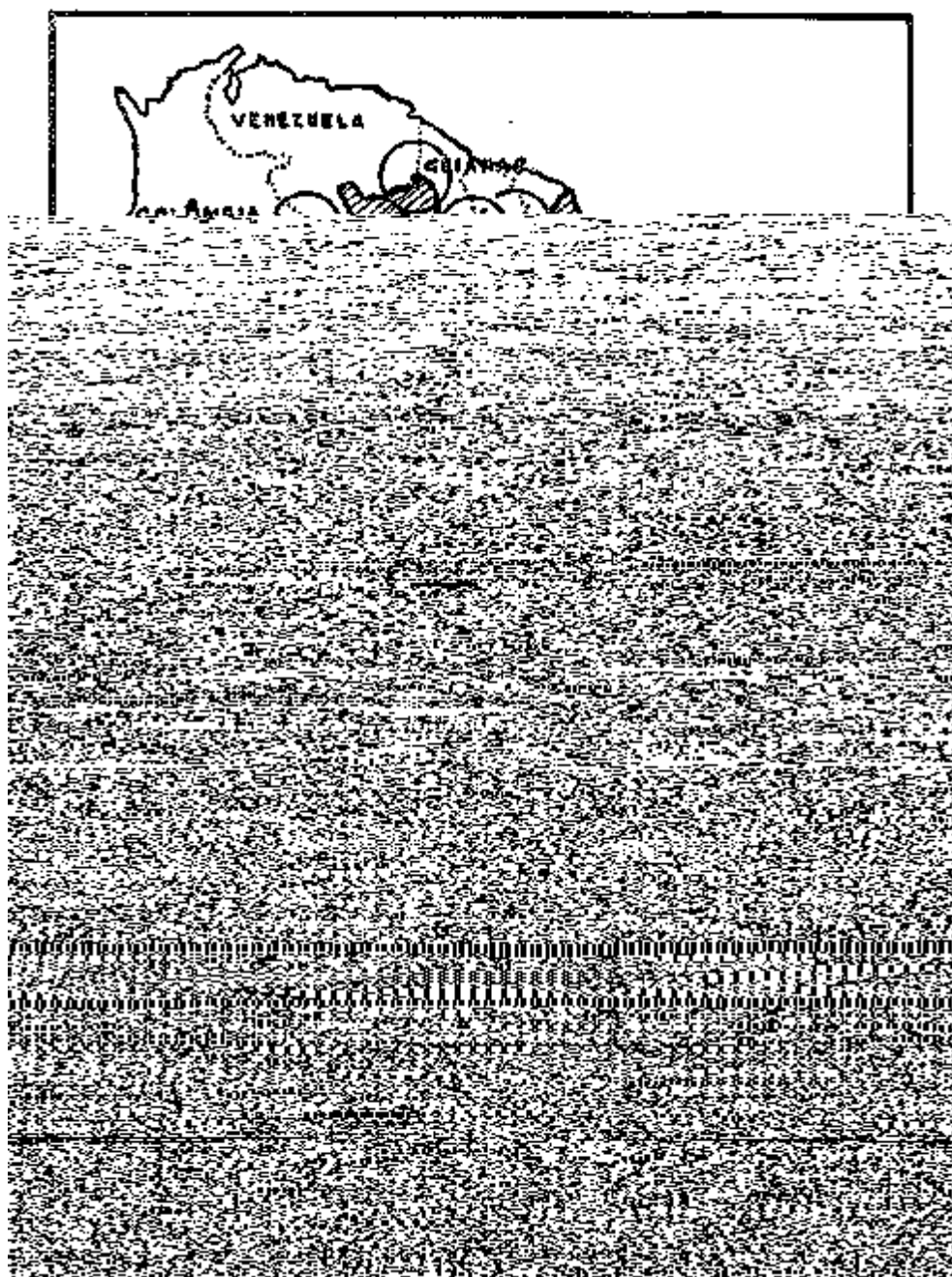
A maior parte do território limítrofe brasileiro se concentrava na Amazônia, região rica em recursos naturais e minerais, matérias-primas fundamentais para a indústria, o que explica as razões principais para que essa região passasse a ser objeto de interesse e atenção pelo projeto getulista.

O mapa abaixo mostra a zona de fronteira do Estado brasileiro no início da década 40. Permite-nos visualizar a questão colocada.

³⁴ Discurso pronunciado no “Ideal Club” de Manáos, agradecendo o banquete oferecido pelo interventor do Estado, em 09 de outubro de 1940.

Figura 2

— FAIXA DE FRONTEIRA —
PONTOS DE TRIJUNÇÃO INTERNACIONAL



Fonte: Revista Brasileira de Geografia, IBGE, Ano IV, n. 4, out. - dez. 1942.

O interesse pelo norte, pode ser justificado pela localização da Amazônia que favorecia a realização de um intercâmbio comercial entre diversos países dos continentes americano e europeu. Getúlio Vargas demonstrava ter clareza desta potencialidade com relação ao Estado do Amazonas:

As águas do Amazonas são continentais. Antes de chegarem ao oceano, arrastam no seu leito degêlos dos Andes, águas quentes da planície central, correntes encachoeiradas das serrarias do norte. É, portanto, um rio tipicamente americano, pela extensão da sua bacia hidrográfica e pela origem de suas nascentes caudatários, provindos de várias nações vizinhas. E, assim, obedecendo ao seu próprio signo de confraternização, aqui poderemos reunir essas nações irmãs, para deliberar e assentar as bases de um convênio em que se ajustem os interesses comuns e se mostre, mais uma vez, com dignificante exemplo, o espírito de solidariedade que preside às relações dos povos americanos, sempre prontos à cooperação e ao entendimento pacífico (VARGAS, vol. VIII, p. 80).

Neste ponto, a fronteira Oiapoque/Guiana fornece referenciais para se pensar a importância das áreas limítrofes para o Estado brasileiro no período Vargas. No mapa abaixo, temos um retrato geográfico dessa região.

Figura 3

Faixa de Fronteira: Guiana Francesa/Oiapoque



Disponível em: <<http://pub2.lncc.br/wrmkkk/guifres.html>>/
Acesso em 31/10/2006

A fronteira do território amapaense, que faz limite com o território francês, no início da década 40, era a única que ainda não havia sido demarcada, e juntamente com o Pará, as únicas fronteiras oceânicas e terrestres do Brasil na Amazônia. Além disso, estava localizada no divisor de águas entre o marco de trijunção das fronteiras do Brasil - Guiana Holandesa - Guiana Francesa (VIANA, 1945, p. 217). Como estava situada em uma área que não possuía os limites devidamente definidos, exigia atenção especial do Governo Federal.

Demograficamente, a fronteira Oiapoque/Guiana era vista como a região mais despovoada da fronteira do Brasil. Estudos do IBGE, de 1941, realizados por Moacir M. F. Silva (R. B. G. Ano IV, n.4, out./dez. 1942, p. 764), consultor técnico do Conselho Nacional de Geografia, apontavam que a densidade das cidades fronteiriças, situadas na região amapaense, era uma das mais baixas do país, no entanto, o Estado do Amazonas apresentava uma densidade ainda mais baixa, conforme demonstram os dados abaixo.

Figura 4

DENSIDADE DEMOGRÁFICA NOS MUNICÍPIOS FRONTEIRIÇOS

Fronteira norte

(PARÁ — AMAZONAS — ACRE)

ESTADO	Município	Área (km ²)	População (1940)	Densidade
Pará.....	Amapá.....	68 068	6 498	0,09
».....	Macapá.....	27 912	15 595	0,50
».....	Matagão.....	22 947	8 217	0,36
».....	Almeirim.....	95 399	5 111	0,05
».....	Monte Alegre.....	29 191	12 479	0,43
».....	Alenquer.....	18 884	14 995	0,80
».....	Óbidos.....	46 796	13 900	0,30
».....	Oriximiná.....	108 910	13 298	0,12
».....	Pau.....	23 850	6 297	0,27
Amazonas.....	Moura.....	109 183	3 046	0,03
».....	Boa Vista.....	170 581	10 585	0,06
».....	Barcelos.....	74 472	5 636	0,08
».....	São Gabriel.....	161 115	13 631	0,08
».....	Tefé.....	129 649	15 917	0,12
».....	São Paulo de Olivença.....	64 013	13 754	0,21
».....	Benjamin Constant.....	78 119	9 339	0,13
».....	Pôrto Velho.....	28 220	8 354	0,30
Acre.....	Cruzeiro do Sul.....	29 770	17 908	0,60
».....	Seabra.....	19 141	10 188	0,53
».....	Feijó.....	16 218	8 328	0,51
».....	Sena Madureira.....	29 453	12 831	0,43
».....	Brasília.....	10 235	7 102	0,69
».....	Xapuri.....	9 871	8 708	0,88
».....	Rio Branco.....	34 339	16 264	0,47

Fonte: Revista Brasileira de Geografia, IBGE, Ano IV, n. 4, out. - dez. 1942.

Vargas reconhecia no “imenso espaço vazio e despovoado”, o “grande inimigo” do progresso amazônico. No início dos anos 40, a proposta varguista para região consistia no seu povoamento e em torná-la produtiva.

E' tempo de cuidarmos, com sentido permanente, do povoamento amazônico. Nos seus aspectos atuais, o seu quadro ainda é de dispersão (...) O empolgante movimento de reconstrução nacional consubstanciado no regime de 10 de novembro não podia esquecer-vos, porque sois a terra do futuro, o vale da promessa na vida do Brasil de amanhã. O vosso ingresso definitivo no corpo econômico da Nação, como fator de prosperidade e de energia criadora, vai ser feito sem demora (VARGAS, vol. VIII, p.78).

Em 1940, em terras paraenses, Vargas externa sua visão da região, dizendo que

Ao primeiro contacto com a Amazônia, na sua parte oceânica, e reconfortante para o nosso sentimento de brasilidade contemplar o pórtico monumental do vale prodigioso que é a vossa cidade Belém. A sua simples visão desfaz, por completo, a afirmativa, tão vulgarizada como errônea, que qualifica de inassimiláveis ao esforço progressista do homem as terras equatoriais O Pará, toda a Amazônia, não conseguiu adaptar os seus métodos de trabalho essa renovação dos processos de aproveitamento dos recursos naturais. (...) O fato é que a Amazônia estacionou, se não regrediu. Os homens são os mesmos_ empreendedores, inteligentes, animosos. As condições econômicas é que variam, tirando-lhes, ou enfraquecendo, as armas de que necessitam para prosseguir no caminho auspiciosamente iniciado (VARGAS, vol. VIII, p. 55-56).³⁵

É notório em seu discurso o encantamento com a paisagem natural da Amazônia, que se desfaz ao perceber o tipo de ocupação que ali ocorreu: atrasada, inadequada, retrógrada.

Na década 40, a visão preponderante entre os grandes estudiosos da fronteira amazônica, como Hélio Viana (1948), Raja Gabaglia (IBGE, 1945), Lima Figueiredo (IBGE, 1942), Moacir Silva (IBGE, 1942), Brás dias de Aguiar (IBGE, 1944) não divergia de Vargas. As fronteiras do Norte e do Oeste possuíam realidades típicas, pois foram constituídas com muita audácia e pouca gente, como resultado de uma política de ação da Corte de Lisboa. Mas acima de tudo, a integração destas fronteiras ao país, foi resultante de um trabalho científico de gabinete (SOARES, 1973), que não permitiu desenvolvimento e prosperidade econômica.

³⁵ Discurso pronunciado no Palácio do Comércio, em Belém, em 06 de outubro de 1940.

Esse pensamento consensual, com relação à Amazônia, apesar de se aproximar do discurso dos autores que foram apresentados no item anterior do texto, como Euclides da Cunha e Araújo Lima, apresentam diferenças marcantes.

O Estado que se implantou em 30, conduziu uma mudança substancial no discurso com relação à Amazônia, que será fundamental para compreender qual o projeto político pretendido para a região. Se antes a natureza amazônica era considerada impenetrável, imprópria à ocupação, “adversária do homem”, como afirmou Euclides da Cunha, a era Vargas inaugurou um novo olhar sobre a Amazônia, que será sentido de forma mais evidente na década seguinte. Essa imagem é anunciada pelo próprio Vargas, em Manaus, quando da sua ida ao Norte, em 1940.

Até agora, o clima caluniado impediu que de outras regiões com excesso demográfico viessem os contingentes humanos de que carece a Amazônia. Vulgarizou-se a noção, hoje, desautorizada, de que as terras equatoriais são impróprias à civilização. Os fatos e as conquistas da técnica provam o contrário, e mostram, com o nosso próprio exemplo, como é possível, às margens do grande rio, implantar uma civilização única e peculiar, rica de elementos vitais e apta a crescer e prosperar (VARGAS, vol. VIII, p. 77-78)

³⁶

Getúlio Vargas, em discurso aos amazonenses, externou claramente o projeto do Governo Federal para a Amazônia, que constava de um

plano, já delineado de modo geral, compreende duas partes: saneamento e colonização. (...) O crescimento demográfico é evidente. E bastará cuidar dessas gerações, defendendo-as contras as moléstias, preparando-as física e culturalmente, dando-lhes educação moral e cívica para transformá-las em valiosos fatores do povoamento da região. É o que queremos fazer sem perda de tempo. A política povoadora será iniciada com grupos de nacionais que aqui se fixem e prosperem. Tal orientação também terá uma orientação técnica, tanto para a escolha das terras, como para a instalação dos colonos. Fundar-se-ão núcleos agrícolas, servidos de escolas rurais e aprendizados, onde os filhos dos colonos recebam instrução e conhecimento de lavoura (VARGAS, vol. VIII, p.87-88)³⁷.

³⁶ Discurso pronunciado no “Ideal Club” de Manáos, agradecendo o banquete oferecido pelo interventor do Estado, em 09 de outubro de 1940.

³⁷ Entrevista concedida à Associated Press, em Porto Velho, a 14 de outubro de 1940.

O geógrafo Fernando Antônio Raja Gabaglia³⁸, autor de um livro clássico sobre fronteira no início do século passado – **As Fronteiras do Brasil** (1918), foi fundamental para demonstrar o quanto as fronteiras brasileiras, principalmente no norte se encontravam fragilizadas. Gabaglia foi um dos maiores defensores da ciência geogl0 Tc (c) Tj0Tc (a) Tj2.424 Tc0.216 Tc (i) Tj0.0oa

Outro autor importante para esse debate foi Océlio de Medeiros³⁹. Seus estudos mostraram que esses espaços eram órgãos vitais dos grandes Estados, linhas de vigilância do ponto de vista estratégico. Medeiros (1944, p. 385) citando Francisco Campos evidenciou que

no Brasil(...)a audácia das entradas e das bandeiras colocou muito além das marcas fixadas nos textos escritos, é preciso criar o que poderemos chamar de consciência de fronteira(...) fazer com que a fronteira deixe de constituir somente um traço do mapa, para ser um sentimento, alguma coisa orgânica e inseparável da Nação. É preciso povoar a fronteira, impregná-la de brasilidade, vigiá-la(...) para aniquilar as tendências de decomposição e desnacionalização que as imensas distâncias poderiam favorecer.

Para Medeiros (1944, p. 371-372) em um país como o Brasil, com um imenso espaço inabitado,

“a noção de Estado brasileiro não pode deixar de se associar a uma idéia de *territorium*, impondo-se a necessidade de criação de uma consciência geográfica como realidade do Estado, aliada a conveniência de uma política do sentimento de nacionalidade”.

O conceito de território⁴⁰ para o autor não é simplesmente um espaço delimitado dentro do qual a atividade soberana do Estado se exerce, mas entra na composição do próprio Estado como elemento ativo, no sentido de autoridade exclusiva sobre o território.

Em Medeiros, encontramos a defesa de um Estado, no Brasil, com perspectivas amplas de poder e aumento de seu campo de intervenção política, pelo domínio de fato de suas “áreas mortas”. Através de núcleos de poder, o território passa a ser o meio institucional de garantia para a realização de um programa de

³⁹ Medeiros pode ser considerado um grande estudioso das questões territoriais do Brasil. Grande parte desses estudos está reunida nas obras: **Territórios Federais** (1944) e **Administração Territorial (Comentários, subsídios e novas leis)** (1946), em que o autor analisa os Territórios Federais no Brasil sob o enfoque do Direito Administrativo. Seu interesse pelo tema pode ser explicado pela sua origem e formação. Acreano, advogado desempenhou várias funções administrativas neste Estado³⁹, foi escolhido para elaborar teses que foram submetidas à Conferência dos Interventores do Norte, que acabou por despertá-lo para os estudos dos problemas da territorialidade brasileira, sobretudo nas regiões afastadas do grande centro político brasileiro.

⁴⁰ O conceito defendido pelo autor é de LIMA, Eusébio de Queiroz. Teoria do Estado. Rio de Janeiro: Livraria Edit. Freitas Bastos, 1943, p.177.

desenvolvimento econômico rentável, e até certo ponto, de solução para o problema da reorganização dos Estados. É justamente dessa descrição que surge o conceito de “fronteira móvel”, como tradução da obrigatoriedade da expansão de integração de todo o território ao sistema de produção nacional.

Evidenciava Medeiros, que as regiões do Norte e Oeste do país estavam dentro dessa descrição, e possuíam as potencialidades necessárias à execução de uma política gerida pelo Estado.

O ponto de partida para essa política está positivamente, em face das circunstâncias do momento, nas regiões norte e oeste, para onde se concentram interesses econômicos e militares determinados pela conflagração, e sua justificativa lógica reside no fato da existências de vazios que entravam o progresso desses meios, possuidores de indiscutíveis possibilidades de civilização (MEDEIROS, 1944, p. 372-373).

A campanha nacionalista de integração da Amazônia durante o primeiro governo vargas não pode ser compreendida somente como decorrência de ações políticas de interesses econômicos internos. Como se sabe, a Amazônia sempre despertou a cobiça de nações estrangeiras, desde os tempos de colônia esta região sempre foi alvo das investidas de vários países, principalmente da França, que buscava de alguma forma tirar proveito das potencialidades da região.

Segundo Arthur Cezar Ferreira Reis (1968, p. 226), o interesse sobre a Amazônia, no exterior, não se reduz a querer simplesmente conhecê-la como espaço exótico, é um interesse muito mais vivo que esconde outros propósitos de cunho político que é preciso dar a devida atenção.

O discurso nacionalista para a região durante o período Vargas, não pode ser interpretado apenas por uma perspectiva nacional, estando dentro de uma realidade internacional, de um mundo em guerra, que via a Amazônia como uma região rica em matéria-prima, capaz de contribuir para indústria bélica. Além dessas ações, outras merecem destaque, como a construção de uma Base Aérea⁴¹ no município do Amapá, ponto estratégico logístico para os Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, representando a concretização da aliança Brasil/Estados Unidos neste conflito (BARRETO, 1999).

⁴¹ Sobre a Base Aérea no Município do Amapá ler: BARRETO, Cassilda. **Pássaros Máquinas no Céu do Amapá**. Direitos Reservados a Víctor Hugo Del Castilho. Brasília- DF, 1999.

Para o historiador Antônio Pedro Tota (2004), não há como negar que a Segunda Guerra Mundial representou o estreitamento das relações entre Brasil e os Estados Unidos. Quando os geólogos visitavam as terras brasileiras, vinham para prospectar nosso solo e avaliar as potencialidades dos nossos recursos naturais, que eram vitais para alimentar a indústria americana. A Amazônia era o principal alvo dos estudiosos, na sua mata estava o “nervo da guerra”, a borracha natural”.

A amplitude do tema não nos permitiu relacionar a nacionalização e a integração da Amazônia durante o governo Vargas, ao contexto internacional. Nosso objetivo se limitou a estudar essas temáticas a partir da relação governo nacional e a Amazônia. A nosso ver esse é um capítulo da história do Brasil que precisa ser escrito.

1.3 – Dividir para integrar

Dispomos de vasto território e não ambicionamos um palmo de terra que não seja nossa(...)Não nos impele outro imperialismo que não seja o de crescermos dentro dos nossos limites territoriais para fazer coincidir as fronteiras políticas com as fronteiras econômicas.

O escasso povoamento de algumas regiões fronteiriças representa, de longo tempo, motivo de preocupação para os brasileiros. Daí a idéia de transformá-las em Territórios Nacionais, sob a direta administração do Governo Federal. Era essa uma antiga aspiração política de evidente alcance patriótico, principalmente dos militares que possuem aguda sensibilidade em relação aos assuntos capazes de afetar a integridade da Pátria e o sentido mais objetivo dos problemas atinentes à defesa nacional (VARGAS, vol. X, p. 269-270) ⁴².

Os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e Iguaçu foram criados pelo Decreto-Lei nº. 5.812, de 13 de setembro de 1943, com partes de regiões desmembradas dos Estados do Pará, do Amazonas, de Mato Grosso, de Santa Catarina e Paraná⁴³, respectivamente. A preocupação com o vazio demográfico e o abandono das regiões fronteiriças foi uma das justificativas, dentre outras, para a criação dos cinco Territórios. A medida objetivou garantir a defesa nacional, através do povoamento, e assim promover o desenvolvimento econômico desses espaços.

No mapa abaixo é possível observar que os Territórios Federais recém-criados estão em áreas de fronteira do território nacional.

⁴² No discurso de improviso agradecendo o banquete oferecido em Guaíra, no Território de Ponta Porã, a 27 de janeiro de 1944, Vargas fez um pronunciamento em defesa do ato de criação dos Territórios Federais.

⁴³ O Território de Ponta Porã e Iguaçu foram reincorporados aos seus antigos Estados, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso pela Constituição de 1946. Em 13 de setembro de 1962 o Território do Rio Branco passou a se chamar Território Federal de Roraima, e em 1988 foi elevado à condição de Estado. Em 1956, o Território do Guaporé passou a se chamar Território Federal de Rondônia, e em 22 de dezembro de 1981 foi criado o Estado de Rondônia, porém o Estado só foi instalado de fato em 04 de Janeiro de 1982.

Figura 5

Mapa: Os cinco novos Territórios Federais criados em 1943



Fonte: Revista Brasileira de Estatística. Ano IV, Out. –Dez, n. 16, 1943.

IBGE

O isolamento dos espaços fronteiriços, ressaltado pelo estado varguista, não era somente de ordem geográfica, mas, sobretudo, econômica e cultural, precisando ser superado para a efetivação da integração nacional, o que exigiu ações pontuais, destacando-se o conhecimento estatístico do espaço brasileiro: “Ninguém pode governar sem a existência de boas estatísticas” (VARGAS, vol. V, 1938, p. 227).

Ainda em 1939, o governo varguista realizou amplo debate com intuito de inventariar o território brasileiro, nas suas mais distantes regiões. Tendo como critério técnico, a divisão do Brasil em zonas geo-econômicas⁴⁴, promoveu-se com os interventores a Conferência Nacional de Economia e Administração, para debater os problemas peculiares de cada Estado. Na cerimônia de encerramento desse evento, Getúlio Vargas discursou defendendo esta diretriz.

Senhores interventores: Antes de encerrar esta sessão preparatória dos nossos trabalhos, quero congratular-me convosco pela soma de intensos e esclarecidos esforços nesta oportunidade empenhados no trato e no interesse de todos os problemas do país. As sucessivas sessões que aqui se realizaram, sob a direção dos Srs Ministros de Estado, com a colaboração de todos os Srs. Interventores, foram realmente importantíssimas, pelo muito que se examinou das questões capitais para o bem-estar e progresso de nossa Pátria. Os interventores nos Estados, alargando, assim, as vistas para além dos lindes de seus territórios, tiveram a visão do Brasil complexo, total, a visão das zonas em que se divide e nas quais a similitude da vida econômica se peculiariza de tal modo, que foram por nós consideradas zonas geo-econômicas (VARGAS, vol. VI, p. 139)⁴⁵.

Abaixo, conforme dados do IBGE, um mapa que mostra a divisão do Brasil em zonas geo-econômicas, em 1941.

⁴⁴ A fim de servir de base aos trabalhos da Conferência Nacional de Economia e Administração, o Conselho Técnico de Economia e Finanças organizou, em 1939, uma divisão do Brasil em “zonas geo- econômicas”, baseada em fatores econômicos. Fonte: GUIMARÃES, Fábio M. S. *Divisão Regional do Brasil*. In: Revista Brasileira de Geografia. Ano III, n.2, Abril-Junho de 1941.

⁴⁵ Discurso de Getúlio Vargs pronunciado no encerramento da Conferência Nacional de Economia e Administração, a 18 de novembro de 1939.

Figura 6

Mapa da divisão do Brasil em áreas geo-econômicas



São as seguintes as regiões (ver mapa anexo) :

- I Norte: Acre, Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí;
- II — Nordeste: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia;
- III Sudeste: Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Minas Gerais e São Paulo;
- IV Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;
- V Centro: Goiás e Mato Grosso.

Fonte: Revista Brasileira de Geografia- Abril- Junho de 1941

A necessidade do Governo Federal em realizar um diagnóstico da realidade brasileira, seria sentida na Amazônia no final de 1940, quando da vinda de Getúlio Vargas à região. Vargas assentou, “passou a época em que substituíamos pelo fácil deslumbramento, repleto de imagens e metáforas preciosas, o estudo objetivo da realidade” (VARGAS, 1940).

Com o objetivo de descrever minuciosamente o espaço geográfico do Brasil e o seu povoamento, foi criado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, como órgão vital para o governo Vargas. A Revista Brasileira de Estatística, de 1944, traz um histórico das razões que motivaram a criação do Instituto.

A idéia da criação desta entidade nasceu nos primeiros dias após a vitória da Revolução de 1930, através de um projeto levado ao exame do Governo da República por intermédio do Ministro da Educação, no sentido de criar-se o Instituto Nacional de Estatística e Cartografia. Em 1933, o então ministro da Agricultura, Sr. Juarez Távora, promoveu reunião, nesta capital, de uma comissão de técnicos, composta de um representante de cada Ministério, a qual sob a presidência do Sr. Léo de Affonseca e tendo como relator o Sr. M. A. Teixeira de Freitas, realizou exaustivos estudos sobre as deficiências da organização estatística então vigente no Brasil e conjugou num projeto _ para cujo preparo serviu de base o plano anterior _ os resultados de suas conclusões. (Fonte: **O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. R. B. E. Ano IV, nº.14. Abr./Jun. 1943).

A criação do IBGE foi uma ação planejada e ocorreu a partir de uma agência embrião, o Instituto Nacional de Estatística de 1934/1936, idealizado por Mário Augusto Teixeira de Freitas⁴⁶, após ter realizado exaustivos estudos sobre as deficiências da organização estatística no Brasil. Devido a esta atuação frente ao projeto de estruturação deste órgão foi indicado para o cargo de Secretário Geral do IBGE e diretor do Serviço de Estatística e Saúde.

⁴⁶ Mário Augusto Teixeira de Freitas nasceu na Bahia, em 1890. Ingressou, em 1908, na Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura, Viação e Obras Públicas, onde promoveu numerosas pesquisas estatísticas, até então inéditas no país. Graduou-se em Direito, em 1911, pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Em 1920, foi nomeado Delegado Geral do Recenseamento em Minas Gerais e sua notável atuação nesse cargo levou o governo mineiro a convidá-lo para reformar a organização estatística estadual. A frente deste órgão testou a aplicação, no campo da estatística, do sistema de cooperação interadministrativa entre as esferas de Governo Federal e estadual, onde lançou importantes trabalhos, entre eles o Anuário Estatístico do Estado, o Anuário Demográfico e o Atlas Corográfico Municipal de Minas Gerais. À convite do Governo Provisório de 30 transferiu-se para o Rio de Janeiro para colaborar na organização do Ministério da Educação e Saúde Pública, no qual passou a dirigir a Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação, até dirigir o IBGE. Fonte: Pioneiros do IBGE. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/65anos/default.htm> > Acesso: 08/11/2006.

Sobre os personagens e a trama que motivou a criação deste Instituto, Roberto Schmidt de Almeida e Vera Lucia (2004), no Artigo *O Pensamento Científico dos Pioneiros do Ibge*, esclarecem que

As articulações entre Teixeira de Freitas, Juarez Távora e Francisco Campos durante os primeiros anos da década de 30, geraram ações de grande importância para a criação de um sistema de planejamento centrado no gerenciamento de informações coletadas junto aos municípios. Essas informações englobariam um amplo leque que cobriria características físicas e ambientais, geodésico- cartográficas e estatísticas as mais diversas, abrangendo a produção, circulação e consumo, a infraestrutura econômico-social e o aparelho de estado em todas as suas instâncias. Juarez Távora em suas memórias (TÁVORA, 1974, pp. 96-98) explicou com clareza esse processo de aproximação entre suas necessidades de possuir um sistema estatístico de produção agrária e as idéias mais abrangentes de uma agência estatística nacional sonhada por Teixeira de Freitas. (2004, p.416)

Vejamos o que Everardo Backheuser⁴⁷, autor de **A Geopolítica Geral e do Brasil**, técnico do IBGE nesse período, afirmou sobre a importância deste órgão para o desenvolvimento da ciência geográfica no Brasil.

A geografia está atravessando no Brasil uma fase que, usando termo petrográfico e empregando-o nesse sentido técnico, poderíamos chamar de *efusiva* isto é, de extravasamento, de incandescente entusiasmo e de infiltração nas diversas camadas sociais do país. (...) Em qual a razão desse intenso movimento em torno da geografia? Há, pensamos duas importantes causas: os cursos de geografia (ou geografia e história) das faculdades de filosofia, de criação recente, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Nasceram as duas organizações quase ao mesmo tempo. Esta dá estímulo aos que freqüentam aquelas, e as faculdades são viveiros onde se abastece e abastecerá o Instituto. De mãos dadas, caminham” (BACKHEUSER, Everardo. *Tertúlias Geográficas*. Boletim do Conselho Nacional de Geografia. Nº. 2, Ano I. ma.1943, p. 5).

⁴⁷ Everardo Adolfo Backheuser um dos maiores geógrafos brasileiros, nasceu em 1879, em Niterói-RJ. Formado em Engenharia e Ciências, lecionou em vários e renomados estabelecimentos de ensino do país, tais como a Escola Politécnica, a Pontifícia Universidade Católica, a Escola Nacional de Engenharia, a Faculdade Católica de Filosofia e o Instituto de Pesquisas Pedagógicas, todos no Rio de Janeiro. Backeuser foi presidente da Comissão Nacional de Ensino Primário do então Ministério da Educação e Saúde e da Confederação Católica Brasileira de Educação; foi diretor do Instituto de Pesquisas Educacionais e idealizou a “Cruzada Pedagógica pela Escola Nova”, era membro de várias entidades histórico-geográfico-culturais do Brasil, entre as quais se sobrepõem, pela superlativa importância, a Academia Brasileira de Letras e a Sociedade Brasileira de Geografia. (Fonte: NETO SORIANO, Col. Manoel. EVERARDO ADOLFO BACKEUSER Escorço biográfico e pensamento científico. Centro de Documentação do Exército. Disponível em <<http://www.cdocex.eb.mil.br/hometextocel.htm>>. Acesso em 09 out.2006.

Ao IBGE coube a tarefa de propor os novos rumos da redivisão territorial para o país. Era consenso entre os precursores do Instituto que primeiramente fossem realizados estudo dos municípios brasileiros, que passaram a ser vistos como a “célula política da nacionalidade”⁴⁸. Esse levantamento, que não tinha sido realizado até então, visava alcançar uma visão da macro-nação, para posteriormente se alcançar a micro-nação. Regina Célia Acioli Oliveira demonstra que o Decreto-Lei nº. 311, de 02 de março de 1938, conhecido como a Lei Geográfica do Estado Novo, ou simplesmente Lei Geográfica, “dispunha sobre a divisão territorial do país e instituía uma sistemática para a divisão dos estados em municípios e dos municípios em distritos”. Esta lei surgiu em resposta à sugestão da Resolução nº. 26, de 15 de dezembro de 1937, da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, que “propunha ao governo da União a decretação de disposições orgânicas relativas à divisão administrativa e judiciária do território nacional (PENHA, 1993, p. 114)”, e considerava dois pontos básicos,

O primeiro dizia respeito à necessidade de unificação e racionalização do quadro territorial do país, o que incluía a premente determinação das áreas rurais e urbanas e o levantamento dos mapas municipais, igualmente urgentes, tendo em vista os trabalhos preparatórios do Censo de 1940 e os serviços gerais de revisão da Carta ao Milionésimo, a cargo do Conselho Brasileiro de Geografia. Já o segundo estava ligado ao domínio da estatística. Estudos estatísticos vinham revelando o enfraquecimento da organização municipal, tendo sido identificados um grande número de circunscrições de território insignificante e população reduzidíssima (OLIVEIRA, 2005, p. 76).

Além de estabelecer os conceitos básicos relativos à divisão territorial, a “lei geográfica” definiu os parâmetros para a criação de municípios e distritos, e das modificações de suas divisas, tornando obrigatório que todos os municípios possuíssem mapas, em consonância com os requisitos técnicos defendidos pelo Conselho Nacional de Geografia (OLIVEIRA, 2005).

Nas comemorações do quarto aniversário do IBGE, em 29 de maio de 1940, o instituto promoveu um grande evento para a inauguração dos mapas de todos os

⁴⁸ Termo utilizado por: Andrade Bezerra. *O papel do Município entre os elementos formativos do Espírito da nacionalidade*. R. B. E. Ano II. n.2. Abr./jun. 1940, p.243-252.

municípios do Brasil, que totalizaram 1574 cártulas⁴⁹. Na ocasião Vargas expressou seu entusiasmo com as publicações dos mapas municipais e sua expectativa com a divulgação das pesquisas que estavam sendo feitas para a conclusão do censo do Brasil, “O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística tem a sua organização baseada no recenseamento do Brasil, que é, como sabeis, uma fator de ordem capital para que nos conheçamos a nós mesmos” (VARGAS, vol. VII, p. 325).

No mesmo evento, o embaixador José Carlos de Macedo de Soares, presidente do IBGE, avaliou o momento com grande entusiasmo.

(...) contemplamos neste momento um panorama admirável de realizações. Mas realizações, não somente no terreno técnico, senão também no social, e ainda no próprio campo administrativo e político, tal como logicamente deve estar na finalidade dos órgãos de estática no Estado moderno.(...) Êxito integral. Desapareceram as anomalias, as incoerências, as aberrações, os casos teratológicos do parcelamento territorial da República no que interessa à divisão judiciária e administrativa. Não mais limites imprecisos ou indefinidos(...) Acabaram-se, também os casos de município envolvido por outro, bem assim, de modo geral, as ocorrências de unidades formadas por dois ou mais trechos de território não contínuo” (R. B. G.. Ano II, n.5. Jul. 1940, p. 448-461)

Tanto o conhecimento cartográfico, quanto o censo demográfico de 1940, eram resultados esperados pelo governo Vargas, para que pudesse conduzir os rumos políticos, econômicos, sociais e culturais da nação brasileira, no início dos anos 40. Ainda em 1938, Vargas deu o seguinte pronunciamento:

Todos conheciam a importância dos serviços de estatística, que alinhado, em números, os diversos fenômenos da vida política, social, econômica, financeira e comercial do país, sob todos os seus aspectos, nos fornecem o conhecimento desses fenômenos, como nos servem de orientação e guia na administração pública (VARGAS, 1946, p. 227).

Posto em discussão o problema da redivisão territorial do Brasil, preponderava entre os técnicos do IBGE, a proposta de Backheuser. Descendente de alemãesropo a

objetivo de rever a divisão territorial do Brasil e a mudança da capital do país⁵⁰. Backheuser foi o autor da proposta de redividir o país baseado no critério da equipotência, isto é, na ponderação entre o equilíbrio do fator superfície e do fator população, e de certo modo, no fator econômico, de tal sorte que o território fosse repartido em áreas mais ou menos iguais (R.B.G, Ano II, n.2. Abril-1940). Portanto, este princípio pretendia garantir em primeiro plano o desenvolvimento dos Estados em consonância com a extensão de seus territórios. Essa proposta foi decisiva para a criação dos Territórios Federais em 1943 (PORTO, 2003, p. 44).

Na Amazônia, esses critérios eram mais rigorosos, visto que as terras amazônicas eram consideradas as mais despovoadas e as mais extensas do país. Nesse momento, a explicação principal para o atraso dos extensos Estados despovoados, era a “falta de recursos para o seu desenvolvimento, acrescida das dificuldades que as distâncias acarretavam para ação direta do governo na capital, sobre as populações do interior” (R.B.G, Ano II, n.3, 1940).

Em 1941, o IBGE começou a divulgação dos levantamentos preliminares do recenseamento de 1940. Isso possibilitou, pela primeira vez, um estudo detalhado dos dados populacionais dos Estados fronteiriços do Amazonas, Mato Grosso e Pará, que em 1943 serão desmembrados e transformados em Territórios Federais.

Moacir Silva (R.B.G. Ano IV, n. 4, out./dez.1942, p. 749-769), consultor técnico do Conselho Nacional de Geografia, realizou, a partir dos resultados preliminares do censo de 1940, um estudo demográfico dos municípios situados na faixa de fronteira. Como critério para uma avaliação da densidade populacional, utilizou a classificação: 1 - *terras despovoadas*, para aquelas abaixo de um habitante por km²; 2 - *terras fracamente povoadas*, para as de um a cinco habitantes por km²; 3 - *terras semi-povoadas*, para mais de cinco até dez habitantes por km². Na fronteira norte (Pará, Amazonas e Acre), Moacir observou, de acordo com o critério estabelecido, que as terras eram despovoadas, confirmando a visão do vazio demográfico desses municípios.

Outro aspecto analisado pelo censo, de fundamental importância, correspondia à determinação das áreas rurais e urbanas, e as caracterizações urbanísticas das sedes municipais e distritais, quanto à fixação mínima de edificações e povoamento.

⁵⁰ A idéia de mudar a localização da capital do país havia sido firmada pela Constituição de 1891, no seu art. 3º, que previa no plano central, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados. Esta idéia estava sendo apenas retomada em 1933. *Fonte:* Antecedentes Históricos (1897-1945). Op.cit, p. 224.

Nesse último critério, deveria constar a delimitação para todas as sedes, segundo as situações dos domicílios, da zona de concentração - *urbana* - e da zona de expansão - *suburbana*⁵¹.

O censo de 1940 e os mapas municipais eram considerados, pelo Governo Federal e pelos técnicos de IBGE, a concretização da unificação e da racionalização do quadro territorial do país, uma vez que permitiu as correções das anomalias e incoerências da delimitação dos municípios, bem como precisar quais Estados apresentavam dificuldades de dotação de recursos das áreas interioranas, visando impulsionar o seu desenvolvimento (R.B.E, Ano II, n.6, out./dez. 1943).

Teixeira de Freitas foi o principal defensor do reajustamento territorial baseado na equivalência entre os Estados e na injeção de recursos como condição para o desenvolvimento econômico das regiões pobres e despovoadas. Suas idéias contribuíram de forma decisiva para a criação dos Territórios Federais em 1943. Em 1932 já argumentava que

A terra brasileira contém riquezas por tôda a parte seu potencial econômico é imprescível e enorme em qualquer longitude e em todas as latitudes (...) As zonas sujeitas às secas são fertilíssimas. E aquela contingência pode ser corrigida ou anulada nos seus efeitos, nisso podendo e devendo empenhar-se não apenas o governo regional, mas a própria união. As grandes áreas florestais, se são difíceis de povoar e um tanto hostis aos homens nos primeiros tempos, encerram preciosos cabedais e oferecem à agricultura uma formidável exuberância. Nas zonas de campo, aliás sempre proximamente alternadas com extensões de rincões de distante caracterização econômica, haverá as riquezas pastoris. E onde preponderam as terras lavradas, sugira a riqueza agrícola. As zonas pouco férteis, impróprias mesmo para a indústria pecuária, são em regra zonas de mineração, onde aflorarão outros cabedais. Tais desigualdades de riquezas, pois tanto quanto as de população não gerarão nunca hegemonias(...) E a atenuar ainda mais esta inelutável desigualdade, que não será nunca um mal, mas a necessária e a proveitosa diferenciação orgânica, sobreviria e se faria sentir a influência da solidariedade nacional, concorrendo para compensar o que faltasse aos mais atrasados e proporcionando-lhes os elementos de progresso indispensáveis.⁵²

⁵¹ Classificação conforme o IBGE. *Fonte:* Revisão da Divisão Territorial do país. Revista Brasileira de Estatística. Ano II. N. 6. Out./Dez., 1943, p. 751

⁵² Conferência proferida por Teixeira de Freitas, então Diretor-Geral de Informações, Estatística e Divulgação, do Ministério da Educação e Saúde pública, no IHGB, em sessão de 28 de outubro de 1932. *Fonte:* Antecedentes Históricos (1897-1945). Op.cit, p.190-223.

Teixeira de Freitas procurou demonstrar, através de inúmeros trabalhos, que a distribuição eqüitativa do território, em termo de justo equilíbrio entre as unidades da União era a condição “primária de sua permanência na história” e defendia o povoamento e desenvolvimento em regiões quase desertas. Em 1937 já anunciava, em um desses estudos, a criação de unidades territoriais decorrentes dos desmembramentos dos grandes Estados, conforme seu povoamento⁵³, que deveriam ficar

Na situação de semi-autonomia como províncias ou mesmo Territórios Federais, possivelmente sob govêrno militar com franco papel colonizador, essa condição, portanto, não implicando abandono, ou subordinação indesejável, mas sim uma situação especial de amparo pela comunidade nacional, de que seria conseqüência o direito correlato a uma assistência financeira tanto maior quanto menores seus recursos, de modo a lhes ser dado assim, em pouco tempo, pelo esforço enérgico do Govêrno Nacional, o potencial demográfico e econômico que lhes assegurasse o rápido acesso ao plano da autonomia política (R.B.G. Ano III, n.3. Jul./set. 1941)

Desde o período pós-independência, durante a primeira Constituinte do Império, já se discutia, a possibilidade de redivisão ou não do quadro territorial brasileiro. Em 1823, Antônio Carlos Andradas, foi o primeiro a propor uma nova divisão territorial para o Brasil. Vários outros autores do Império se identificaram com o tema, como: Evaristo da Veiga, Cândido Mendes, Sousa Franco e outros (R.B.G, Ano II, n.3, 1940). À época, já se cogitava as transformações das regiões menos prósperas, em Territórios, com organizações eM enders daende Tjj0.084 Tc (r) T

Federais, cuja administração será regulada em lei especial". Esses Territórios seriam compostos de áreas incorporadas à União, conforme as regras do direito internacional, provenientes da perda de autonomia dos Estados que revelassem incapacidade financeira para administrar-se, ou de áreas que pertencessem à direção dos Estados, mas que representassem interesse de defesa nacional.

A Constituição de 1937 definiu entre outras coisas que a administração dos Territórios seria regulada por lei especial e que todas as questões relativas à segurança nacional seriam estudadas pelo Conselho de Segurança Nacional e pelos órgãos especiais criados para atender possíveis emergências. O Conselho de Segurança Nacional seria presidido pelo Presidente da República e constituído pelos ministros de Estado e pelos chefes do Estado-Maior do Exército e da Marinha. Os Territórios, como os Estados, passariam a ter um governador territorial, que nesse caso seria um delegado da União.

Para o Jurista Michel Temer (1974), o espírito centralizador que conduziu os trabalhos de elaboração da Carta Magna, de 10 de outubro de 1937, refletiu nitidamente no poder conferido à União para desmembrar áreas de Estados, sem consulta às respectivas populações, sustentado no vago critério da *defesa nacional*⁵⁴. Segundo Temer, a pessoa política União reportava-se fatalmente ao Presidente da República, a quem a Constituição, conferiu enormes poderes (TEMER, 1974, p. 35). No entanto, para os idealizadores do projeto de redivisão territorial brasileira, a centralização política era estratégica e conveniente, pois impediria quaisquer manifestações contrárias dos Estados e das populações residentes que pudessem por em riscos sua execução. Teixeira de Freitas defendeu de forma contundente essa proposta: "a decisão plebiscitária de um determinado grupo, quanto ao destino a ser dado ao respectivo território, afeta de certa forma as condições da comunhão social e política em que esse grupo deva viver, não pode deixar de dividir a opinião pública".

A idéia da instituição da entidade territorial no Brasil foi inspirada no direito americano. Como o Governo Federal não sabia ao certo o que fazer com o Acre, quando da sua incorporação, resolveu transformá-lo em Território copiando o

⁵⁴ Para Michel Temer, por defesa nacional é possível entender a adoção de medidas cujo objetivo seja o de preservar o país de ameaças de toda a ordem.

modelo dos Estados Unidos. Pedro Calmon (*apud* MEDEIROS, 1944, p.87), esclarece que

A figura do Território nacional é norte-americana. De começo, os Estados eram apenas 13. À medida que os pioneiros ganharam o oeste, ou que o governo da União adquiriu por compra ou conquista, faixas territoriais que arredondaram a área geográfica da nação, foram sendo instituídos os "Territórios", e em seguida, tanto que se povoaram e enriqueceram, erigidos em Estado.

Contudo, nos Estados Unidos, a criação dos Territórios foi uma forma de incorporação à nação americana de regiões que não lhe pertenciam⁵⁵. No Brasil, com exceção do Acre, que se originou de terras bolivianas, todos foram desmembrados de partes de Estados brasileiros. Apesar de apresentar alguma semelhança com o regime administrativo dos Territórios Federais brasileiros, nos Estados Unidos a Constituição e as leis americanas previram o problema dos Territórios, sendo extensiva aos mesmos.

O estudo de Océlio de Medeiros, realizado em 1942, após a criação do Território de Fernando de Noronha, tomando como base a experiência acreana, demonstra que não existia uma legislação brasileira reguladora da administração da unidade territorial federal. Para ele (1944), as condições adversas quando da criação do Território do Acre, transparece claramente essa lacuna no direito brasileiro.

Esse território, diferente dos outros, originou-se de uma população flutuante, de nacionais em terras estrangeiras. Foi incorporado ao território brasileiro, depois de vários conflitos, que cessaram após acordo diplomático entre Brasil e Bolívia⁵⁶, e transformado em Território por uma medida, considerada por Medeiros extra-constitucional, pois a Constituição da época não previa essa possibilidade. Desde sua incorporação ao país, foi objeto de sucessivas experimentações administrativas, o que evidencia de certo modo, a falta de especialistas da administração territorial, e

⁵⁵ Os territórios nos Estados Unidos podem ser definidos como "uma porção de terra, não incluída dentro de Estado União, organizada com uma legislação separada, sob um govêrno e funcionários territoriais indicados pelo presidente e pelo Senado". *Fonte*: MEDEIROS, 1944, p. 483.

⁵⁶ O Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903 que garantiu a incorporação do Acre ao território brasileiro, foi assinado por intermédio da diplomacia do Barão do Rio Branco, ato que foi retificado pelo Decreto N. 5.161, de 10 de março de 1904. *Fonte*: MEDEIROS, 1944, p. 88.

consequentemente revelaram uma lamentável falta de espírito de organização (MEDEIROS, 1944, p. 87- 94).

Chamaram-nos atenção duas questões centrais que Medeiros aborda e que vemos como importantes para compreender a administração janarista no Amapá: a peculiaridade de um típico governo territorial e o desenvolvimento econômico dos Territórios. O próprio conceito de administração/governo territorial denota ambigüidades. Considerando todas as peculiaridades dos Territórios Federais, que tipo de administração ocorreu nessas áreas? Quais as limitações que se impuseram às gestões dos governos territoriais? O governador territorial, ao contrário dos Estados, não possuía autonomia administrativa, sua função era de delegado da União, sendo, portanto, do ponto de vista externo, uma forma de centralização política, de concentração de poder presidencial. No entanto, por motivos de enfraquecimento natural da própria linha de subordinação, decorrentes das próprias condições internas, foi atribuído ao governo territorial certo grau de *auto-administração*. “Trata-se, desse modo, de centralizações desconcentradas, que obedece a todas as etapas do processo centralizador (...) definido como um regime especial de autonomia administrativa” (MEDEIROS, 1944 pp.100-102).

O auxílio econômico fornecido pela União aos Territórios Federais, objetivava estimular as transformações das unidades em Estados-Membros, dando condições de exercer o direito de auto-administração. Todavia, como era de competência do Conselho Federal definir as leis dos Territórios, além de dependerem economicamente da União, como poderiam transformar-se em Estados-Membros?

Ao estudar a questão do direito referente aos Territórios, Medeiros pretendia fornecer ao Governo Federal subsídios para sua organização jurídica, o que não existia na época. No entanto, sua obra foi publicada somente após a criação das novas unidades administrativas, que se deram sem qualquer orientação legal. A carência de fundamentação e orientação jurídica ocasionou aos governadores territoriais dificuldades na administração dessas unidades federativas, obrigando os político e juristas a debruçar-se sobre a questão. As dúvidas giravam em torno dos seguintes questionamentos: O que é Território Federal? Para que foram criados? Quais suas funções? Como distingui-los dos Estados-Membros?

Um estudo detalhado sobre os Territórios Federais na história política brasileira, ainda precisa ser escrito. Procuramos, por uma questão de delimitação, nos deter à proposta de criação dessas entidades territoriais, objetivando compreender as

razões e justificativas que condicionaram a publicação do Decreto-Lei nº. 5.812/43, que originou o Território Federal do Amapá e que foi decisivol para o programa de governo da administração janarista para a região.

CAPÍTULO 2:

O IMAGINÁRIO FUNDADOR

DO AMAPÁ

1.1- A criação do Amapá

“A área que se estende da serra de Tumucumaque ao rio Amazonas representa para toda a Hiléia o mesmo que o Piemonte para a Itália. Quem a dominar terá a Amazônia em suas mãos.” (REIS, 1993, 2 ed. Prefácio)⁵⁷.

A defesa nacional como justificativa para criação dos Territórios, tinha no Amapá o seu mais forte fundamento. A questão da fronteira na região sempre se mostrou como um sério problema para o Estado brasileiro. Como sua área fronteira faz limites com a Guiana Francesa, desde seu descobrimento pelos portugueses a região do Amapá foi alvo permanente da cobiça de estrangeiros⁵⁸. O Senador José Sarney evidenciou essa singularidade.

Desde que cheguei ao Amapá interessei-me pela sua história. A rica história de uma região que foi disputada entre as grandes potências coloniais. Franceses, ingleses, holandeses e portugueses (...) O singular é que nasceu um sentimento nativista que foi a raiz de a região tornar-se brasileira (SARNEY; COSTA, 2004).

Ao contrário do que afirmavam os estudiosos das áreas de fronteira, como Teixeira Soares (1973), essa região não se tornou brasileira somente em decorrência de acordo diplomático e da astúcia de autoridades portuguesas, mas, sobretudo, do que Thompson considera “experiências construídas”⁵⁹, através de quatro séculos de ocupação, a população daquela região criou e recriou estratégias de sobrevivências, e estabelecendo relações identitárias.

⁵⁷ Trecho extraído do prefácio escrito pelo Conselheiro Silvio Augusto de Bastos Meira do Conselho Estadual de Cultura do Estado do Pará, quando da reedição em 1993 do livro **Limites e demarcações na Amazônia Brasileira: a fronteira colonial com a Guiana Francesa**, de Arthur César Ferreira Reis.

⁵⁸ Pelo Decreto- Lei n 5.812 a demarcação dos limites do Território Federal do Amapá foi o seguinte: noroeste e norte com a Guianas Francesa e Holandesa; a noroeste e leste com o Oceano Atlântico; a sul e sueste canal do Norte e o braço norte do Rio Amazonas até o foz do Rio Jarí; a sudoeste e oeste o Rio Jarí, da sua foz até as cabeceiras na Serra do Tumucumaque.

⁵⁹ Ver: THOMPSON, Edward. **A Formação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v.1, 1987.

Os historiadores Jonas Marçal de Queiroz e Flávio Gomes (2002), no artigo “*Amazônia, fronteiras e identidades: reconfigurações coloniais e pós-coloniais (Guianas – séculos XVIII-XIX)*”⁶⁰, demonstram que

Na região colonial do Brasil, no extremo norte, atualmente o Estado do Amapá, fugitivos – negros, índios e soldados desertores – foram protagonistas de uma original aventura, na qual reinterpretaram os sentidos da colonização. Com suas próprias ações, reinventaram significados e construíram visões sobre escravidão, liberdade, ocupação, posse, fronteiras e domínios coloniais. Inventaram a geografia de suas ações. Mais do que isto, marcaram as experiências da colonização e ocupação de vastas regiões amazônicas, principalmente aquelas das fronteiras coloniais internacionais. Colonos chegavam, navios aportavam, cálculos econômicos eram feitos, fortalezas erguidas, marcos de limites colocados e provisões enviadas. Começavam várias aventuras para homens e mulheres naqueles rincões. Fugitivos criaram rotas de fugas e roteiros para as suas vidas. A formação de comunidades de fugitivos naquelas regiões de fronteiras ganharia outros significados. Redefiniram o « colonial ». Redefiniriam a si próprios em termos étnicos (2002, p. 25-49).

Antes da assinatura, em 1900, do Laudo Suíço, que deu a posse definitiva da região do Contestado para o Brasil (vê p. 50), em 1894, quando ocorreu a descoberta da existência de ouro em Calçoene, os guianenses passaram a dominar a região e criaram a República de Cunani, agindo como verdadeiros senhores, perseguindo índios e escravizando mulheres. Como meio de restabelecer o ceabr

moradores da vila de Amapá. (SARNEY, COSTA, 2004). O saldo de mortos, da chacina foi assim relatado pelo *Diário de Notícias*, de 11 de junho de 1895:

Joaquim Pracuúba, de 10 anos, queimado vivo em sua própria casa - semiparalítico, não tivera tempo de fugir às chamas; Margarida de Freitas, de 32 anos, massacrada com o filho do colo; Clemente Freitas, de 80 anos, morto com tiro de fuzil quando se encontrava deitado em uma rede, no interior de sua residência; José Rodrigues Rosas, de 30 anos, morto a tiros; Joaquim Rodrigues, de 37 anos, morto a tiros; Manuel Joaquim Ferreira, de 35 anos, morto a tiros; Gertrudes de Macedo, de 30 anos, casada, massacrada; Ana, mulher de Emídio, massacrada; Sebastiana, filha de Emídio, massacrada; Ana Vieira Branca, de 37 anos, casada com Manuel Gomes Branco, morta juntamente com seus quatro filhos menores, o último com quatro meses de idade; Solindo, filho de Emídio, massacrado; Joaquim, músico, de 17 anos, empregado de Emídio; Raimundo Marcelino de Siqueira, de 57 anos, massacrado; Maria Floripes do Amaral, de 45 anos, casada, massacrada em sua casa; Domingos Favacho, de 37 anos, solteiro, morto a tiros; Francisca Favacho, de 44 anos, casada, massacrada; Caetano Favacho, 37 anos, solteiro, morto a tiros; Carolina, de 37 anos, solteira, morta a tiros; Gemino de Moraes, de 21 anos, morto a tiros; José de Moraes, 15 anos, viúvo, massacrado; Maria Cooly, de 24 anos, massacrada; Fabrício, de 18 anos, morto a tiros; Tc (F) Tj-0.08448 Tc (ab) Tj0.rrrIF

brasileiros. Pois posso afiançar, porque o vi e me convenci, que eles de fato querem pertencer ao Brasil, e não à França (SARNEY; COSTA, 2004).

O historiador Arthur Cézar Ferreira Reis ⁶¹ realizou vários estudos com o intuito de demonstrar que a conquista dos limites territoriais brasileiros no norte não se deu de forma pacífica.

Como poucos outros, o Território do Amapá possui um fundamento histórico e geopolítico quase sensacional. Objeto da cobiça desenfreada de estrangeiros, seu processo de formação e de integração ao espaço político do Brasil foi lento, trabalhoso, dando margens às páginas de heroicidade e pondo à prova os sentimentos cívicos de luso-brasileiros (REIS, 1946, p. 5).

O autor evidenciou que a conquista das terras amapaenses decorreu principalmente da ocupação de uma população que desenvolveu valores patrióticos, levando-os a lutarem pela sua permanência no Brasil, sem qualquer apoio efetivo da União.

As populações que por lá viviam não encontravam, de parte dos poderes estaduais, os elementos necessários aos padrões de vida de que careciam. As páginas de heroicidade que essas populações escreviam com permanência naqueles mundos interiores do país, de quando em vez eram postas ao vivo pelos estudiosos, pelos viajantes e pelas autoridades militares que percorriam a faixa de fronteira no exercício de suas obrigações ou em demarcação e de fiscalização”.

Reis foi um defensor tenaz de uma Amazônia próspera. Para Sidney Lobato, o autor, identificava-se com certas práticas da elite política nacional do pós-30, propondo a recuperação da região sobre o controle direto do Estado Nacional (LOBATO, 2001, p. 11).

Apesar de Reis externar claramente sua aceitação ao ato que criou os Territórios e de retratar a visão oficial desse acontecimento, o livro que escreveu sobre o Amapá, em 1946, é mais uma memória documental do período do que uma

⁶¹ Entre os principais cargos que Reis ocupou merecem destaques: a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), em 1953; a presidência do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) em 1956; Diretor do Departamento de História e Divulgação do Estado da Guanabara (1961); Diretor do Departamento Nacional da Indústria e Comércio e governador de Manaus em 1964. Na academia foi professor na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e na Universidade Federal Fluminense.

análise histórica. Um dos documentos que transcreveu foi a *carta-offício* do delegado do Pará, Egídio Leão de Sales, enviado ao governador daquele Estado, José Paes de Carvalho, em 31 de dezembro de 1900, para relatar a situação da região após a assinatura do Laudo de Berna. Nesse documento identificamos alguns posicionamentos do Pará em relação às áreas que foram desmembradas de seu território, antes do Decreto-Lei nº. 5.812/43. Eis o pronunciamento do delegado paraense: “A notícia da decisão a favor do Brasil foi recebida com indiferença pelos cunanienses, em que notei muita frieza: alguém me disse que si a decisão fosse a favor da França, era muito possível que a festejassem” (REIS, 1944, p. 163).

À época, Cunani possuía uma comissão mista preparatória de limites entre o Brasil e a Guiana Francesa, criada para garantir que o processo de arbitramento ocorresse de forma tranqüila, como também de antecipar os elementos necessários para que, proferida a sentença arbitral, se procedesse sem demora e de conformidade à demarcação da fronteira. No entanto, deve-se considerar que os franceses estabeleceram uma relação econômica mais próxima com essa localidade do que os paraenses. Tal ligação foi confirmada por Egídio Leão de Sales,

Tendo entrado em indagações a respeito dessa povoação e se os habitantes, pude conhecer parte de sua historia nacional; porisso disse acima que para mim não seria surpresa se ali fosse festejada a victoria da França, si a França fosse vencedora nesta questão de paz (REIS, 1946, p. 164).

Segundo as informações contidas nesse documento, Cunani se originou de um simples mocambo de escravos fugitivos que tiveram a proteção de nobres franceses. Durante alguns anos, antes da abolição da escravatura no Brasil, um comerciante francês influente Mr. Chaton, objetivando tirar vantagens econômicas, deu por conta própria a carta de liberdade aos escravos, prometendo proteção da França, fundando o povoado de Cunani, e estabelecendo um porto comercial no vilarejo. Depois de Chaton outros franceses também se dedicaram ao ramo comercial na localidade, como o cientista H. Coudreau, contratado pelo governo francês para realizar pesquisas na região, mas que também passou a exercer a função de comerciante, incentivando outros oito companheiros a fazerem a mesma coisa. Além dos investimentos financeiros, outras medidas foram tomadas a fim de aumentar a influência francesa na região. Os cunanienses mandavam os filhos estudarem em Caiena, onde muitos eram recebidos gratuitamente nos colégios. O

saldo dessa relação resultou no estabelecimento de um forte elo comercial entre as duas regiões, uma vez que a maior parte da produção cunaniense era exportada para a França.

O delegado Egídio Leão Sales também observou entre a população de Calçoene o descontentamento com a decisão do arbítrio em favor do Brasil. Grande parte dos habitantes dessa localidade era constituída por ingleses, franceses e holandeses (das Guianas).

O elemento brasileiro é quasi nenhum". Porém, quanto ao povoado do *Amapá*, mesmo não tendo conseguido visitar essa localidade devido a problemas com a maré, região onde ocorreu a maior parte dos conflitos entre os dois países, descreveu na carta: "Tenho certeza que a notícia da decisão do antigo territorio Contestado, seria recebido com vida e com muito entusiasmo pelos amapaenses em sua quasi totalidade brasileiros; por ter sido o Amapá o reducto brasileiro nesse territó-0.48 Tc (s) Tj0.07776 Tc (;) Tj0.766676 Tc (t)

descontentamento com o governo paraense. No documento alegavam estarem “cansados de suportar a incúria, o desleixo, o esquecimento e abandono dos dirigentes públicos por esse ferocíssimo trecho da Pátria que o laudo de Berna em 1 de dezembro integrou no Território nacional”.

No abaixo assinado, propunham ao Presidente da República que a União tomasse “o encargo de povoar e desenvolver as forças naturais da região, faça uma administração totalmente federal, a exemplo do que o governo do país praticou no território do Acre”. As principais razões para a solicitação de tal ato eram assim justificadas:

- a) desde a data da sentença arbitral até o presente, o governo paraense limitou-se a criar ali dois municípios, para depois reduzi-los num só e instalar a sede comarca judiciária na villa do Amapá, onde mandou construir um pequeno, edifício, hoje em ruínas, para servir de cadeia e quartel, e fazer um trapiche no litoral, presentemente desmantelado e podre, sem utilidade alguma;
- b) o governo da União até o presente, não fez a entrega desse Território ao Estado do Pará (...);
- c) de dia para dia acentuam-se(...) a decadência da Villa do Amapá(...) reduzida na actualidade a trinta e poucos barracões, sem conforto e sem os mais elementares preceitos de hygiene. A ação do Governo Estadual, faz-se sentir apenas para a cobrança de impostos;
- d) trata-se de um município de fronteira com a Guyana Francesa, cabendo ao Governo da União o dever de zelar pela integridade nacional(...)
- e) o Estado do Pará, assoberbado por uma tremenda crise econômica e financeira(...) não pode fomentar nem um progresso, nem mesmo iniciar qualquer trabalho na região do ex- contestado. (A RAZÃO, Jornal de Belém, de 16, 17, 19, 20 e 22 de abr.1920. *Fonte:* Reis, 1944, p. 176-180)

Além das justificativas acima, o documento alegava, ainda, a falta de escolas, de assistência hospitalar, de estradas, de mão-de-obra especializada, de um telégrafo e denunciava a condição precária da única embarcação fluvial existente naquele trecho e por conseqüência a comunicação incerta dos correios e o abastecimento de gêneros de bens de consumo para a região.

As reclamações contra a administração do Pará, relatadas nesse documento, mostra, além do descontentamento da população em decorrência do atraso regional, o desejo de transformar a região em Território Federal.

De fato, o Estado do Pará não possuía recursos financeiros para atender a demanda dos problemas ligados à assistência médica, à educação, ao saneamento e à moradia. Esses problemas eram maiores nas áreas interioranas.

Essas dificuldades foram levantadas em dois relatórios do governo do Pará, enviados ao presidente Vargas. No primeiro, em 1940, o interventor paraense José Carneiro da Gama Malcher esclareceu que apesar de todos os investimentos e melhorias que vinham sendo realizadas desde a implantação do “Estado Novo”, “esse espetáculo infelizmente, está circunscrito ao litoral, às cidades, resta levar ao trabalhador rural, precisamente o que faz a produção da riqueza na mata, no campo, nos rios, na maior parte do interior, os favores e amparos de que já gozam seus irmãos”.

As dificuldades financeiras para administrar a grande demanda do Estado, foram posteriormente ratificadas por Magalhães Barata. No relatório enviado ao presidente Vargas em 1944, o interventor do Pará constatou o contraste entre a grande extensão territorial, constituída de potencialidades naturais, e a pobreza econômica da região: “Há um contraste flagrante entre a grandeza e exuberância do meio e a situação de insuficiência econômica em que vive o homem por estas terras marginais dos grandes rios que formam o sistema amazônico e da floresta sem fim”.

O interventor expõe a falta de recursos que o Estado enfrentava para resolver os problemas decorrentes da extensão e do povoamento desordenado, e via no poder central a solução desses problemas.

Aqui a intervenção oficial na ordem econômica, dentro dos postulados da defesa nacional, tem que ser mais direita e extensa possível, pela situação singular e peculiar que nos encontramos, em relação à economia nacional, pela zona de produção e pela grande desproporção entre os meios de que dispomos para êsse aproveitamento, e as dificuldades que temos que enfrentar, de toda a sorte, para efetiva ocupação da terra e sua exploração (BARATA, 1944. Relatório).

Durante a constituinte de 1946, quando a permanência ou não dos Territórios Federais foi posta em discussão, a opinião favorável do ex-governador, ao desmembramento das terras paraenses foi citada pelo deputado Café Filho, ao afirmar que “O Sr. Magalhães Barata, na Comissão da Constituição disse que o Pará tinha incapacidade de administrar o Território Amapá”. No início de maio daquele ano, parlamentares liderados principalmente pela bancada do Estado do Paraná e do Amazonas, como os deputados federais paranaenses, Munhoz da Rocha do PR, os pessedistas Lauro Lopes, João Aguiar e Gomi Júnior, e os amazonenses Pereira da Silva, também do PSD, e Severino Nunes da UDN, provocaram debates com

relação à redivisão territorial do Brasil, propondo a extinção dos Territórios Federais e suas incorporações aos respectivos Estados. O deputado Severino Nunes, foi um dos primeiros em 21 de maio a se posicionar favorável na constituinte a tal medida.

No decorrer dos debates à nossa Carta Constitucional, teremos oportunidade de demonstrar que o Decreto-lei 5.812 foi exclusivamente de acordo com o clima ditatorial, evidenciando-se a ilegitimidade de fonte do Direito em que a União se baseou para desmembrar Estados que gozavam sempre de autonomia, usando processo tipicamente de um poder de fato, contrário ao Direito Constitucional Brasileiro, à Democracia e à nossa formação histórica; que o interesse da defesa nacional, fonte do pretexto em que se baseou a Ditadura para o exercício de poder de desmembrar Estados da Federação, não procede, pela ausência de caráter militar (ANAIS DA COMISSÃO DA CONSTITUIÇÃO, vol. V, s/d).

Em um ambiente repleto de discursos que exaltavam o novo momento da história política do país, no qual a democracia era o grande referencial, a existência dos Territórios Federais representava para o federalismo o resultado de uma política centralizadora de outrora, que ameaçava os interesses democráticos nacionais, uma vez que tais regiões deveriam, desde ter permanecido nos seus Estados de origem. Esse discurso, defendido principalmente pela bancada dos Estados do Sul, escondia em segundo plano o interesse econômico, a exemplo do Paraná que se ressentia pela perda do Território de Iguaçu, área vista como geradora de forte contribuição tributária⁶². Porém, também mostravam as aberrações cometidas durante o processo de criações desses Territórios, quando não foi considerado o caráter federalista dos Estados brasileiros e o direito de posse sobre as terras que lhe pertenciam⁶³.

A defesa da manutenção dos Territórios Federais, na constituinte, foi liderada pelo pessedista acreano Hugo Carneiro, que se colocava como o defensor dos “irmãos de territórios”. Para ele, a criação dessas unidades não veio “fragmentar os Estados, mas, sim, encher vastos do Brasil, levando àquelas populações até então

⁶² Discurso proferido pelo deputado federal João Aguiar, no dia 2 de agosto de 1946. ANAIS DA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE. Câmara dos Deputados. Organizados pela redação de Anais e Documentos Parlamentares. Vol. XX. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional, 1949, p. 23-25.

⁶³ A Constituição de 1937, no seu art.184, garantia aos Estados o direito de posse sobre suas terras. Não sendo possível, portanto, que o Governo Federal, por simples decreto desmembrasse os Estados para a formação de territórios. Para o Direito Constitucional esses territórios eram inexistentes.

abandonadas, o carinho da administração e a eficiência do governo”. Hugo Carneiro citou o Amapá como exemplo de sucesso do programa dos Territórios, com base no depoimento do ex-governador e Senador Magalhães Barata⁶⁴.

O nobre Senador pelo Estado de V. Ex.^a Magalhães Barata, é sincero em afirmar que a criação do Território do Amapá veio ao encontro do desejo do povo paraense, porque o Pará não se achava em condições financeiras de dispensar àquela grande região a assistência que de que necessitava, e a prova é que o Território do Amapá está em franco progresso (ANAIS DA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE, vol. XIV, 1948).

No Estado do Pará, ao contrário do que ocorria no Paraná, Santa Catarina e Amazonas, a bancada paraense se mostrava favorável à criação e a manutenção do Território amapaense. O deputado paraense pessedista João Botelho deu o seguinte aparte durante o discurso de Hugo Carneiro: “Com a criação do Território do Amapá, aquela região está em franco progresso e desenvolvimento, coisa que nunca teve”.

A defesa da aceitação e manutenção desse Território se justificou pelo fato desses deputados acreditarem que o Pará não tinha à época recursos suficientes para administrar a região do Amapá, como já exposto anteriormente. Contudo, observa-se que as relações econômicas, políticas e sociais do Estado do Pará com as regiões que atualmente pertencem ao Amapá eram distantes e restritas e a perda deste território não representou prejuízos financeiros, tampouco patrióticos, como se observa com os paranaenses na constituinte de 1946.

A administração de um vasto território como o do Pará sempre representou um fardo maior do que o Estado poderia suportar. Mesmo após a integração definitiva do ex-Contestado ao país e da sua incorporação às terras paraenses em 1901⁶⁵, no ano de 1940 o quadro relatado no abaixo assinado de 1920 não se alterou. O recenseamento daquele ano, nos municípios do Amapá, Macapá, Mazagão, e

⁶⁴ Joaquim de Magalhães Cardoso Barata foi Senador pelo Estado do Pará de 1946 a 1955 e de 1955 a 1956. Exerceu três mandatos como governador pelo Estado do Pará: como Interventor de 12 de novembro de 1930 a 12 de abril de 1935 e 20 de fevereiro de 1943 a 29 de outubro de 1945; e governador eleito e 10 de junho de 1956 a 29 de maio de 1959.

⁶⁵ O Decreto- Lei N. 938 de 21 de janeiro de 1901 dispõe sobre a incorporação do território do antigo Contestado ao Estado do Pará.

Almerim(parte)⁶⁶, confirmaram concretamente o despovoamento e empobrecimento da região⁶⁷. A conquista das terras amapaenses ainda era um capítulo a ser vencido.

A defesa nacional, é fácil de compreender-se, não implicava a existência de perigos de agressões à terra brasileira pela orla fronteiriça, mas a existências de perigos advindos do abandono em que se achavam aquelas regiões. ***Havia a necessidade de uma política que procedesse à recuperação humana, cultural, e econômica da fronteira, vivificando-a, vitalizando-a (grifo nosso).*** A expressão defesa nacional não podia nem pode deixar de ter esse sentido. Fundamentos geográficos, humanos, econômicos e culturais, recordados neste capítulo e indicados mais impressivamente nos precedentes, no caso do Amapá, de par com as raízes históricas que constituem, em última análise, o corpo de este ensaio, autorizando, justificando o decreto- lei 5.812, de 13 de setembro de 1943, não só o autorizavam e justificavam, porque o determinavam (REIS, 1946, p. 123).

A preocupação com a defesa nacional como proposta de revitalização de espaços vazios e inabitados, ressaltada pelos idealizadores do projeto de criação dos Territórios Federais, foi preponderante em terras amapaenses. O Estado brasileiro percebia a ausência de elementos de nacionalização que sustentassem o domínio brasileiro sobre a região.

Para Porto (2003), a criação desse Território pode ser explicada a partir de dois pontos estratégicos: um primeiro de caráter administrativo, que objetivava implantar um núcleo governamental estadual para impedir focos de desnacionalização no país, estimular o povoamento, e buscar organizar economicamente a região; e um segundo de cunho militar, com a meta de proteger a fronteira do norte do país de possíveis invasões durante a Segunda Guerra Mundial. Segundo Porto (2003, p.47) “enquanto havia discussões sobre a defesa ou segurança nacional na Amazônia, na prática houve uma abertura internacional das potencialidades amazônicas”.

A concessão dada à empresa americana Indústria e Comércio de Minérios S.A. – ICOMI –, para a exploração por 50 anos do minério de manganês da Serra do

⁶⁶ No momento do desmembramento do Pará, as áreas de dois dos três municípios irão sofrer alterações nas suas extensões, o que dificulta as informações censitárias sobre o Território do Amapá.

⁶⁷ Dados apresentados no Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1940). Série Regional. Parte III - Pará. Censo Demográfico: População e Habitação e Censos Econômicos: Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços. Rio de Janeiro. IBGE, 1952.

milhões de dólares, verifica-se que o Amapá está financiando o desenvolvimento de outras áreas do país (NUNES, 1970, p. 12-13).

O discurso do ex-governador territorial, onze anos depois de sua administração, levanta questões fundamentais para o debate em torno dos Territórios Federais, principalmente com relação aos ganhos econômicos que a exploração do manganês amapaense trouxe para a União, entre os anos de 1957 a 1966. Transparece que havia um interesse econômico do Governo Federal sobre a região, não para desenvolvê-la, mas visando explorá-la para obter recursos e investir em outras áreas do país.

A questão da nacionalização dos espaços fronteiriços para fins de obtenção de divisas para o Território nacional foi condicionante para a criação dos Territórios Federais. Na região amapaense, como demonstraremos mais adiante, a população convivia com a ausência do poder público e se encontrava isolada do grande centro político do país. O modo de vida ali instituído era próprio, decorrente do processo de sua ocupação, determinado pela forma que o homem estabeleceu a exploração das riquezas naturais. O poder local era exercido conforme as regras dos que se apropriavam de vastas regiões territoriais. Somente com o ato governamental de 1943 foi que o Amapá passou a ter, como afirmou Reis, “personalidade política”. Com a sua transformação em Território Federal e com a indicação de Janary Nunes para primeiro governador, a região inaugurou um novo capítulo da sua geografia de fronteira.

2.2- “O Amapá e seu criador”

No dia 28 de dezembro de 1943 o jornal paraense *Folha do Norte*, anunciava a seguinte manchete: **“Para primeiro governador do Território do Amapá foi nomeado o Capitão Janary Gentil Nunes”**. Em 25 de janeiro do ano seguinte chegava ao Amapá Janary Nunes. Em entrevista concedida ao jornal carioca *Correio da Noite*, um dia após sua nomeação, discursou na capital do país sobre a missão que havia recebido.

Recebo a investidura com que espontaneamente me honrou o presidente Getúlio Vargas, vendo nela um dever, uma árdua missão a cumprir (...) Conheço bem o Território do Amapá, pois já duas vezes ali estive a serviço do Exército. É uma região de plenas possibilidades. (...) Porém tudo, ainda tudo está por fazer. Tendo apenas pouco mais de duas dezenas de milhares de habitantes para dezenas e dezenas de milhares de quilômetros quadrados, o homem desaparece na imensidão. Este é o problema mais difícil da minha tarefa_ o de povoá-lo. Para povoar racionalmente é preciso construir habitações, sanear os pontos escolhidos para a localização de núcleos, erguer hospitais e enfermarias nas vilas mais populosas, visando principalmente extinguir a malária, evitando, assim a contaminação dos novos pelos antigos; levantar escolas, abrir estradas, plantar e tudo isso só se faz com homem. Porém só o labor ininterrupto e a vontade de servir a coletividade valerá para vencer o dia a dia, as imensidões de barreiras que terão de ser removidas (CORREIO DA NOITE, 29 dez. 1943. In: FOLHA DO NORTE, 30 dez. 1943).

O governador territorial recém nomeado demonstrava está em consonância com a imagem da Amazônia debatida no primeiro capítulo deste estudo. Via as terras amapaenses como regiões de grandes extensões territoriais despovoadas e abandonadas, onde a pouca população existente sofria de várias endemias e principalmente da cultura do comodismo. Defendia a transformação dessa realidade através de políticas públicas que atuassem no povoamento, no combate às enfermidades e na disseminação de hábitos e costumes dos grandes centros urbanos do país. Assim, ao encerrar a entrevista ao jornal *Correio* afirmou: “Volto, agora, àquele Território, como depositário de ânsia atávica vinda de longe, das incertezas tri-secular travadas pelos nossos antepassados para incorporar o Amapá à nossa pátria” (CORREIO DA NOITE, 29 dez. 1943 In: FOLHA DO NORTE, 30 dez. 1943).

Janary Nunes governou o Território do Amapá quase doze anos, de 1944 a 1956. Quando assumiu essa função tinha 31 anos. Nasceu no Pará, e, antes de sua nomeação, esteve nesse território por duas vezes, em 1936 quando realizou um

inquérito das fronteiras do Brasil-Guiana, e em 1940-41 no comando do Pelotão Independente do Oiapoque. Atuou em cargos públicos estratégicos para o país, como presidente da Petrobrás em 1956, durante o governo de Juscelino Kubitschek, e de embaixador do Brasil na Turquia em 1962. Mesmo após o fim de seu mandato como governador territorial não deixou de exercer influência na história política do Amapá. Tornou-se deputado federal pelo Estado (1962-1970), e indicava os governadores que o sucederam, como Almícar da Silva Pereira⁷¹ (fev. 1956 a fev. 1958) e seu irmão Pauxy Gentil Nunes (fev. 1958 a fev. 1961)⁷².

Janary defendia que uma das principais qualidades de uma gestão territorial consistia, acima de tudo, no conhecimento da região administrada.

Um dos grandes males dos Territórios Federais tem sido a descontinuidade administrativa, sobretudo motivada pela má escolha dos dirigentes (...) os Territórios vêm sendo perseguidos, na maioria dos Governos, pela incapacidade dos dirigentes. Como ocorre normalmente nas áreas subdesenvolvidas, os dirigentes vêm de fora. São estranhos aos meios. Raramente a escolha para solucionar os problemas locais e regionais recai em pessoas nascidas na região, no Território ou no Município, que conheçam profundamente as necessidades ambientais e tenham vivência das soluções adequadas. Os protegidos surgem de outras plagas, preterindo o merecimento dos filhos da terra, ostentando sabedoria que não possuem, tentando encobrir o fracasso de suas existências lá fora, e quase sempre perdem o senso das limitações da autoridade, descambando para o desrespeito às leis (...) Na Amazônia, a condição principal desempenhar os altos cargos da administração federal é ter nascido fora (NUNES, 1970, p. 7-8)⁷³.

⁷¹ O médico Almícar da Silva nasceu em Bragança (Pará), em 16 de fevereiro de 1919. Foi Diretor da Divisão de Saúde do Governo Janary Nunes. Após a nomeação de Janary para a presidência da Petrobrás foi indicado por este para sucedê-lo.

⁷² Janary nasceu em 1912, em Alenquer, Município do Pará e faleceu em 1984. Em 1933 a 1934 foi redator e diretor da Revista da Escola Militar no Pará, como escritor, sua obra fixava a preferência os temas cívicos. Em dezembro de 1934 foi nomeado aspirante oficial, e mais tarde promovido a Segundo Tenente, Capitão e Major, servindo no 26º BC em Belém. E em 1938, após ter comandado o Pelotão de Fuzileiros do Oiapoque, foi designado para o comando do 15º BC em Florianópolis(SC), na 1ª Companhia Independente de Metralhadoras no Rio de Janeiro. No momento de sua nomeação para o governo do Território Federal do Amapá, estava no comando da 1ª Companhia Independente de Metralhadoras Antiaéreas, que havia acabado de organizar em Belém, em face do estado de guerra que o Brasil havia sido submetido.

⁷³ Discurso pronunciado na sessão do Congresso Nacional de 14 de janeiro de 1967.

Janary Nunes expressou suas primeiras impressões sobre a população que vivia nessa região, ao dizer que,

Deu-se nessa viagem o primeiro contacto a verdadeira alma da gente amapaense. Pouco depois de partir a embarcação do SNAPP, que me conduzia, a gaiola “Oiapoque”, atei a minha rêde muito alto, junto ao toldo, para fugir do olhar das pêssoas que passavam pelo convés, e poder embrenhar-me na obra que eu levava com curiosidade “L’Oiapock et l’ Amazone”, de Joaquim Caetano da Silva, e imediatamente atirei-me à leitura. Notei, desde logo, uma pêssoa que desejava falar-me. Era um dos pioneiros anônimos do Território, homem humilde, mas porém sonhador e entusiasmado pelas belezas e riquezas desta região, o garimpeiro Abel La Roque, que faleceu quando buscava novos veios auríferos. Este homem mudou o meu plano. Sentado em baixo da minha rêde passou a referir as primícias do Amapá, enumerando-as com calor e profligando o desprêso em que vivia, acusando as autoridades pela inércia de permitirem o contrabando para o estrangeiro e apelando a cada momento para a sua maior esperança_ o Exército Nacional. Nas palavras dêsse garimpeiro encontrei duas características essencias de toda a população desta gleba: **o fascínio pela terra e a ânsia pela a sua transformação(grifo nosso)** (NUNES. **Precisamos de Tudo**. In: **AMAPÁ**, 02 ago. 1947)⁷⁴.

Do primeiro contato que teve com a região, concluiu que havia entre a população do Oiapoque um apelo por melhores condições de vida e, ao mesmo tempo, uma fascinação pela terra, alimentada pela crença de quem acreditava na prosperidade da região. Janary se colocava como o ser capaz de atender a essa aspiração: “Desde 1944, quando fui designado Governador do Território, uma só preocupação me persegue e me guia: concretizar essa aspiração do homem amapaense”

“Os Territórios iam ser uma experiência de alto teor cívico” (REIS, 1946, p. 124). Exigia-se, segundo a legislação vigente, que fossem dirigidos por oficiais do exército. Para o Amapá: “fazia-se mister homem de pulso, de visão, com ilimitados propósitos de trabalho, alguém que possuísse o espírito de sertanista” (REIS, 1946, p. 124). O fato de ser um militar e de possuir um conhecimento sobre a região foi decisivo para que Getúlio Vargas o escolhesse para governar o Amapá. Contudo, Janary reunia além dessas características, uma identificação com a política vigente. Os méritos acumulados na jovem carreira foram todos conquistados no período pós-30. Possuía uma aproximação aparente com o pensamento de intelectuais como Oliveira Vianna e Alberto Torres. Foi leitor de autores que escreviam sobre a

⁷⁴ Discurso pronunciado no jantar do Rotary Clube de Macapá em 23 de julho de 1947.

Amazônia, tais como: Tavares Bastos (**O Valle do Amazonas**-1937), Aurelio Pinheiro (**A Margem do Amazonas** - 1937), Gastão Cruis (**A Amazônia que eu vi** - 1938), Aguiar Bastos (**Amazônia que ninguém sabe** -1932), e outros como Euclides da Cunha e Araújo Lima, citados no primeiro capítulo desse estudo⁷⁵. Com alguns deles, manteve uma relação de proximidade, como é caso do historiador Hélio Viana e Arthur Cezar Ferreira Reis.

Os primeiros meses após sua nomeação foram destinados em reuniões com o Governo Federal, no Rio de Janeiro, para a construção das rodovias e o cont (p a) T

Brasil vivia a era Dutra. Esse período inaugurou uma mudança substancial na condução dos rumos na política brasileira. Como afirma Paulo G. Fagundes Vizentini (2003, p. 198),

Houve momentos de busca de uma relativa “autonomia na dependência” ou barganha na defesa de certos interesses brasileiros (...) A derrubada do ditador estadonovista e o caráter da política externa de Dutra – Um dos governos que mais se submeteu aos interesses estrangeiros, particularmente norte-americanos, na história do país – evidenciaram os elementos acima apontados. Sua visão de mundo assumia integralmente a noção de Guerra Fria e a liberalização externa da economia.

A defesa de Janary pela manutenção do Território do Amapá no momento em que na Constituinte de 1946 propunha-se a extinção dessas Unidades e a reintegração aos seus antigos Estados, mostra a conformidade com o projeto de desenvolvimento traçado para essas regiões, mas revelava, sobretudo, a disputa pela permanência do modelo político, traçado pela administração janarista.

Em reportagem ao jornal *AMAPÁ*, de 07 de setembro de 1946, anunciou-se a manutenção do Território amapaense e a extinção dos Territórios de Iguaçu e Ponta Porão. Janary da capital do país compartilhou com a população amapaense a vitória conquistada, através do seguinte telegrama:

Lamentando sinceramente a minha ausência, no momento que o Amapá acaba de ter, na Assembléia Constituinte, magnífica vitória, com a manutenção de sua autonomia, enviou ao povo do território os meus afetuosos votos de felicidades, dirigidos a todos os lares, pela passagem do terceiro ano de criação da nova unidade da federação

A imagem de Janary Nunes está associada à origem do Amapá enquanto Território. Ambos estão ligados a um único ideal: o progresso e desenvolvimento da região pós-1943. A decisão da constituinte em manter o Território amapaense, em decorrência do exemplo bem sucedido do governo territorial, acabou por reconhecer o êxito do programa que originou os regimes de Territórios Federais. Mas, principalmente, atribuiu à gestão de Janary Nunes o continuísmo da administração territorial no Amapá, consolidando-o como o mentor dessa política.

O Jornalista Orlando Moraes descreveu, com base na primeira visita à região, em 1942, o seguinte quadro:

Quem quisesse, nessa época, traçar um retrato fiel e verdadeiro do Amapá poderia fazê-lo, com facilidade, alinhando, a grosso modo, estas palavras: águas, selvas, campos, savanas, paúis, miséria, endemias, ignorância,

abandono, descrença, desesperança. E no meio dêsse quadro, dessorado pela malária, corroído pelas verminoses, “maginando” de olhar perdido na distância, o cabloco, sofredor e estóico (MORAES. *Ingratos e traidores*. In: NUNES, 1962, p. 8)

Para Moraes, a realidade descrita acima se modificou a partir do Decreto-Lei nº. 5.812/43 e da implantação da gestão janarista.

Criado o Território, Vargas foi buscar nas fileiras do Exército Nacional, um jovem brilhante oficial, o então Capitão Janary Nunes, a quem outorgou a incumbência ingente de organizá-lo, dar-lhe estrutura, dar-lhe vida, como seu primeiro governador. (...) Para ajudá-lo, convocou antigos condiscípulos e companheiros, recrutou lutadores, organizou sua equipe de pioneiros, entusiastas e técnicos, todos jovens como ele próprio. (...) abriram caminhos largos para a civilização e o progresso; (...) reduziram as verminoses dando assistência médica, constante e real, à caboclada que a indiferença dos governantes até então largara esquecida naquele confins. Onde havia ruínas construíram escolas; onde havia desolação e angústia levantaram hospitais e postos médicos; onde havia inércia implantaram ação; onde havia descrença reavivaram a fé; onde havia desespero fizeram refletir a fé.

O jornalista paraense João Malato escreveu “*O Amapá e seu criador*”, em que atribuía a Janary que “o mérito inatingível da sua ação verdadeiramente criadora” foi ter recuperado ao Brasil regiões perdidas, improdutivas e inóspitas: “Deus fez o mundo em seis dias, e no sétimo descansou. Janary Nunes construiu o Amapá em doze anos, e não descansou jamais” (“*FOLHA DO NORTE*”, 25 jan. 1962. In: NUNES, 1962, p. 7). O artigo, endereçado aos amapaenses, pedia o reconhecimento através do voto a Janary: “É esse o homem que vai ao Amapá pedir votos. É o **criador** pedindo algo a criação” (NUNES, 1962, p.7).

Os artigos dos jornalistas João Malato e Orlando Moraes, assim como outros, foram republicados no livro **Confiança no Amapá: Impressões sobre o Território**, de cunho eleitoral, por ocasião da candidatura do ex-governador territorial a deputado federal pelo Amapá. A publicação dessa coletânea expressa a cobiça do homem político de continuar conduzindo o destino dos amapaenses: “O trabalho dos amapaenses, dos que nasceram na terra ou dos que a elegeram para a atividade de sua vida, projetou o Território como uma das células mais dinâmicas de desenvolvimento social do Brasil” (NUNES, 1962. Introdução. Relatório). Janary Nunes elegeu o Amapá como a sua obra criadora e buscou a construção desse mito, para além das fronteiras temporais dos doze anos que havia sido governador.

Nos depoimentos abaixo, o primeiro de autoria do escritor da região Joracy Camargo e o seguinte do jornal de um grêmio estudantil em Macapá, ambos reeditados pela coletânea, encontramos a expressão dessa idéia.

Uma impressão sobre a obra criadora do tipo da que o Governador Janary Nunes vem realizando no Território do Amapá, não pode nem deve ser formulada numa simples entrevista. Para compreender-se a grandeza do empreendimento, impõe-se um estudo profundo do fenômeno, que tem o seu núcleo na personalidade invulgar do criador desta civilização inédita, e que se expande por todos os setores que formam o organismo complexo de uma nação moderna. Tudo aqui surge e se desenvolve na mente de um homem, adquirindo forma e ritmo, para projetar-se no campo objetivo ainda pela ação orgânica do próprio criador (CAMARGO, jun. 1955. In: NUNES, 1962, p. 69)

O que seria do Amapá milionário, se não fosse a ação dinâmica deste Hércules Amazônico, que é Ten. Cel. Janary Nunes? Nada. Seria como os outros, vivendo num progresso desanimado, anêmico envergonhado(...)E nós estudantes, os professores e todos os que fazem parte do Colégio Amapaense, baluarte exemplar do ensino do Território, numa só voz e num entusiasmo vibrante, possuindo nas suas palavras, a força que impulsiona o homem para o ápice da glória, num grito orgulhoso, fará que esta novidade seja sempre “o futuro do Amapá”, para prosseguirmos na batalha heróica do engrandecimento do Brasil e do futuro ESTADO DO AMAPÁ (NUNES, 1962, p. 107).

Janary é apresentado como quem trouxe o progresso e a civilização à região e transformou a vida de uma população que desconhecia no poder estatal uma representação legítima de suas reivindicações.

O depoimento de José M() Tj-0.08448 Tc (eng) Tj0 Tc (r) TjTj0.504 Tc () Tj-0.24 T351776 T

pelo rádio, dentro e fora do Território, tôdas as informações de interêsse para o desenvolvimento da região, suas possibilidades e para a divulgação mais ampla dos atos do Govêrno da União e da administração local” (NUNES, 1946. p. 14, Relatório). Além dessas atribuições, competiam ao SIP as organizações das festas cívicas, o estudo dos aspectos históricos e geográficos regionais e a coordenação de todas as atividades intelectuais, com o fim de propagar o conhecimento do Amapá em outros Estados.

O SIP, assim como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), teve papel similar no controle das informações. No entanto, esse órgão não teve no Amapá a mesma atuação desempenhada na capital do país, pois embora, no fim do século XIX, os jornais “*Pínzônia*”, “*Arauto da Verdade*” e o “*Correio de Macapá*” que tiveram um papel importante informando a população, na época da instalação da administração territorial não existia mais sequer oficina gráfica, nem, tampouco, outro meio de informação; permitindo que a propaganda oficial atuasse com maiores liberdades (NUNES, 1946. Relatório, p. 13).

No segundo ano do governo territorial, ligado ao SIP foi criado o *jornal AMAPÁ*, como órgão oficial, cujo objetivo era “a publicidade da obra do Govêrno, em seus aspectos oficiais” (*AMAPÁ*, 19 mar. 1945). Atuava, portanto, como porta voz do “governo para o povo”.

Como produto do discurso oficial o *AMAPÁ* tinha como objetivo a legitimação do governo janarista e a conquista do apoio da população. Todas as ações governamentais eram publicadas nesse periódico: construções e inaugurações de prédios públicos, publicações de leis e decretos, contratação de pessoal e comemorações cívicas e sociais. As políticas executadas nas áreas da educação, do saneamento e do povoamento eram divulgadas como linhas de ações do governo territorial: “Todos os problemas básicos foram atacados e alguns já abriram brecha funda nas resistências encontradas. Saúde, Educação, Produção, Comunicações, vão desbravando larga estrada que tornará fácil, em breve futuro, o surto e a riqueza e da civilização” (*AMAPÁ*, 24 jan.1948).

Uma das principais atividades desenvolvida pelo SIP eram as organizações das comemorações cívicas, tanto nacionais como locais. Várias datas se tornaram momentos festivos em todo o Território, como Sete e 13 de setembro, o dia do trabalho, do soldado e da bandeira e o Primeiro de dezembro (dia em que se relembra a assinatura do Laudo Suíço de 1900). Até o segundo aniversário da

entrada do Brasil na II Guerra Mundial, os dias 22 e 25 de agosto chegaram a ter destaque “memorativos” (NUNES, 1946, p. 14, Relatório).

No dia Primeiro de maio, a exemplo do que ocorreu durante o governo Vargas, Janary inaugurava obras, anunciava medidas que beneficiavam diretamente os trabalhadores ou a sociedade amapaense de modo geral, e fazia longos discursos à população, sempre destacando o papel dos “operários” no desenvolvimento do Território, além de enaltecer as realizações que sua administração realizava.

Nesse dia, era oferecida pelo governo uma programação com missas, discursos, churrascos, sessões de cinemas no Cine Teatro Territorial, disputas esportivas entre funcionários públicos e operários e festa dançante.

Percebendo o forte apelo simbólico da data de criação do Território do Amapá, o governo territorial instituiu o 13 de setembro como acontecimento cívico, passando a representar para os amapaenses o que o Sete de setembro representava para os brasileiros, como maior expressão de patriotismo para com a terra, “*A data mais cara ao coração e ao civismo do povo amapaense*” (manchete do AMAPÁ, 13 set. 1951).

A data do aniversário do Território era comemorada com uma programação extensa e diversificada que durava uma semana. Nesse dias, era decretado feriado territorial e todas as repartições públicas paralisavam suas atividades para participar dos eventos comemorativos da criação dos Territórios Federais.

Em 1947, em parceria com os fazendeiros, o governo inaugurou a *Exposição de animais*, que a partir de então se tornou o maior acontecimento da Semana do Território, com a participação de visitantes de vários Estados da Amazônia e do país, como autoridades e empresários, principalmente pecuaristas (JORNAL AMAPÁ, 13/09/1947).

A seguir imagens das programações do Primeiro de maio de 1950 e do Sete de setembro de 1948.

Figura 7

Programação do Primeiro de maio de 1950



Fonte: AMAPÁ, 09 ma. 1950

Figura 8
Programação da Semana do Território em 1950

Programa do Certame e Festejos Comemorativos da Semana do Território	
DIA 13 DE SETEMBRO	DIA 15 DE SETEMBRO
7,30 — Inauguração da Exposição	8,30 — Prova do concurso letreiro.
a) Apresentação do Certame pelo Presidente da Comissão Organizadora	8,00 — Hora litero-musical a cargo de estudantes primários
b) Haste	

Fonte: AMAPÁ, 13 set. 1948

Porém, somente com a inclusão dos desfiles escolares à Semana do Território em 1950, o 13 de setembro adquiriu ritual cívico, passando a ser “um tempo especial”, de construções de sentimentos patrióticos, como momentos que ocasionavam a mobilização de um número expressivo de populares.

Abaixo uma imagem do desfile de estudantes do curso normal regional da capital, em Macapá.

Figura 9

Desfile escolar em Macapá: Curso Normal Regional

Fonte: AMAPÁ, 13 set. 1950.

Janary aproveitava esses acontecimentos para estabelecer uma relação de proximidade, mostrando-se um governante preocupado em compartilhar com o povo a satisfação com as melhorias que vinham sendo feitas, mas, sobretudo, buscava construir junto aos amapaenses a imagem daquele que conduziu o Amapá ao desenvolvimento e progresso.

A administração janarista revestiu-se da produção de imaginários sociais como forma de suscitar a adesão da população, como diz Baczko,

O controle do imaginário social, da sua reprodução, difusão e manejo, assegura em graus variáveis uma real influência sobre os comportamentos e as actividades individuais e coletivas, permitindo obter resultados práticos desejados, canalizar energias e orientar esperanças (BACZKO, 1985, p. 312).

Toda essa criação de “imaginários sociais culmina na fabricação do carisma do grande chefe” (BACZKO, 1985, p. 312). Janary Nunes era considerado o desbravador do Amapá, o líder que retirou a região do atraso e a conduziu ao “ideal civilizatório”. Segundo Capelato (1998), “A propaganda precisa de um líder capaz de exercer fascínio, magnetismo. A auto-imagem é importante porque gera cresça na onipotência”.

No entanto o “mito” fabricado não se mantém sem que sejam dadas as condições reais para a sua permanência (BACZKO), assim: “não há propaganda que transforme um personagem em líder político, em figura legendária, sem realizações que afetem a vida material e simbólica dos homens e mulheres que o reverenciam” (FERREIRA, 1997, p.16). A administração janarista produziu melhorias na vida da população, que desconhecia no poder público seu representante legítimo, pois antes encontrava-se sob a dependência dos mandatários (pecuaristas, latifundiários e comerciantes) que exerciam o domínio de uma determinada região.

Com a implantação do governo territorial, o poder desses “mandatários” tendia ao enfraquecimento, e em alguns casos chegou até desaparecer. O migrante cearense José Júlio de Andrade dominava uma grande extensão territorial de extração de castanha-do-pará e borracha no sul do Amapá, de aproximadamente um milhão e seiscentos mil hectares, (16.000km²) e, quando morreu em 1948, não deixou sucessores (LINS, 1991). O enfraquecimento desses poderes localizados foi uma medida fundamental para instituir a administração de Janary, pois esse poder localizado representava uma ameaça ao poder territorial, e conseqüentemente ao poder do Governo Federal na região (RODRIGUES, 1998, p. 61)

Janary também utilizou a propaganda como estratégia de proteção contra os que o atacavam. Segundo Baczko, “O poder estabelecido protege a sua legitimidade contra aqueles que a atacam”. O *AMAPÁ*, estrategicamente, buscava divulgar textos

que exaltavam a existência de uma convivência política pacífica, onde todos estavam unidos em prol do desenvolvimento do Território. Em épocas eleitorais, momentos em que os conflitos e as divergências se acentuam, o jornal oficial tentava transparecer um ambiente tranqüilo e neutro. Nas eleições de novembro de 1946, quando seu irmão Coaracy Nunes disputava pelo PSD uma vaga para deputado federal pelo Amapá⁷⁶, Janary Nunes, no artigo “*As urnas, senhores candidatos!*”, contra-argumentou mediante as acusações de favoritismos.

Hoje e amanhã, como ontem, a liberdade é mesma. Agora que se processam as lutas de bastidores para a apresentação de candidatos a deputado. O Govêrno do Território volta a afirmar isenção de ânimo. O povo é livre e o governo curva-se diante da vontade popular.

Ninguém pode alegar protecionismo a não ser como desculpa antecipada para o fracasso. Quem tiver prestígio, autoridade moral, e capacidade que venha disputar a simpatia do eleitorado na certeza de ter assegurado o exercício do seu direito (AMAPÁ, 02 nov. 1946).

Apesar de Janary Nunes ter se decidido pelo apoio à candidatura pessedista em 1946, tentava passar uma visão apartidária, impessoal, e de um Território tranqüilo e distante de agitações políticas, onde todos eram livres para definir suas escolhas eleitorais. Defendia que como *condutor e guia* natural seu “dever comum era de propugnar pelos interesses do Território e do Brasil, sem paixões exclusivas e intolerantes para que não se quebrasse o ritmo de trabalho inaugurado no Amapá desde sua criação” (AMAPÁ, 09 ma. 1945). Objetivava, com esse discurso, a construção de um pensamento unitário como estratégia política de governabilidade.

No dia 17 de maio de 1947, em virtude das comemorações festivas à figura heróica de “Cabralzinho⁷⁷”, o AMAPÁ chegou a divulgar a seguinte matéria contra os adversários.

Nas festas cívicas que se repetem constantemente, nesta capital, no intuito de lembrar ao indivíduo as tradições sagradas da Pátria, tornando-o consciente que pertence à coletividade e de quem tem deveres para com ela, pode-se notar bem a ausência sistemática dum certo grupo de pessoas metidas a grande coisa, convencidas que são os ‘*tais*’, as incomparáveis (...) Quanto os habitantes antigos e verdadeiros amigos do Território, já

⁷⁶ A constituinte de 1946 garantiu o direito de representação na Câmara dos Deputados ao Território do Amapá (AMAPÁ, 28 set. 1946).

⁷⁷ Francisco Xavier da Veiga Cabral, o cabralzinho ficou conhecido como o grande líder na luta com os franceses pelo constatado fraco-brasileiro no final do século XIX. *Fonte:* SARNEY; COSTA, 2004.)

conhecem bem a cantilena dos que vieram para atender a um apêlo do Governador, ou para fazer o favor de 'emprestar sua colaboração' ao progresso da fronteira atrasada! Tanto assim que lhe deram um apelido sugestivo: 'são os amigos da onça'.

Necessário se torna, porém, que os ouvintes deixem de lado a cerimônia e digam claramente: ***“os incomodados é que se mudem”. Que dêem o fôra e já vão tarde (...) Cada sábado há um avião e não faltam embarcações ao rumo dos ‘centros civilizados’ (AMAPÁ, 27 ma. 1947).*** (grifo nosso)

Por trás do discurso da “grande tarefa de promover o desenvolvimento do Amapá”, Janary tentava neutralizar a oposição (OLIVEIRA JR; ANDRANDE; RODRIGUES; LEMOS, 1995, p. 45), transformando os adversários em agitadores e intolerantes da prosperidade instalada no Território, buscava minimizar as críticas dos adversários através da ridicularização, chamando-os de “amigos da onça”.

Mesmo com as várias tentativas dos opositores em derrubar o janarismo através do voto, a base governista venceu todas as eleições que disputou durante a gestão de janarista. Janary conseguiu eleger o seu irmão Coaracy Nunes, tornando-o um grande aliado seu e um defensor do janarismo. Quando tomou conhecimento do lançamento da sua candidatura à Câmara Federal, Coaracy Nunes enviou do Rio de Janeiro o seguinte telegrama aos amapaenses: “caso venha ser consagrado nas urnas o meu nome, tudo farei para cooperar na obra administrativa que vem sendo realizada” (AMAPÁ, 05 out. 1946).

Apesar da aparente uniformidade a oposição ao janarismo foi intensa, decorrente da própria natureza administrativa implantada. Essa oposição se originou principalmente da exclusão da administração pública daqueles que, antes da implantação do Território, exerciam o poder econômico e hegemônico na região.

Como estratégia para se manter no poder, Janary construiu uma política de aliados com coronéis de expressão regional, como Arlindo Eduardo Corrêa e Júlio Benício Pontes (RODRIGUES, 1998, p. 34). A maior parte dos cargos de confiança do governo foi ocupada por pessoas que vieram de outros Estados, principalmente cariocas e paraenses. Também foi nomeada uma quantidade expressiva de parentes para funções estratégicas no governo territorial. Para a representação do governo no Rio de Janeiro, por exemplo, nomeou os irmãos Coaracy Nunes e Pauxy Gentil Nunes. Além disso, a adesão ao janarismo era questão de sobrevivência do regime político vigente (RODRIGUES, 1998). Durante a composição da administração territorial os que eram adeptos da política janarista iam sendo

convidados a ocupar postos estratégicos no governo, e os que discordavam eram excluídos de qualquer relação. Essa postura administrativa unilateral foi externada por Alfredo Duarte de Larrock, cidadão amapaense que residia no Território à época: “o funcionário que criticasse o governo era demitido e perseguido” (OLIVEIRA JR; ANDRADE; RODRIGUES; & LEMOS, 1995, p. 71).

Apesar da forte oposição ao governo janarista, a associação da imagem de Janary à história desse Território, como símbolo de progresso e desenvolvimento, sobressai como uma marca desse período. O *AMAPÁ* reúne uma série de impressões de pessoas que estiveram no Território na gestão janarista e manifestaram esta visão. A seguir, três destes depoimentos:

(...) o homem antigamente despresava-se a si próprio, porque completamente abandonado pelos poderes públicos(...) Hoje, recuperado para a sociedade e para a pátria, ele trabalha com ardor e vontade, buscando ser útil a si e aos seus, procurando no seu esforço anônimo mas construtivo de cada dia, desenvolver as condições econômicas do Amapá, futuro Estado da nacionalidade, a fim de que, pelo estabelecimento de uma clima de ordem e de progresso possa tremular bem alto no concerto das nações a Bandeira do Brasil (*AMAPÁ*, 01 out. 1949)⁷⁸.

Na terra abandonada pelos poderes públicos até 1944, tudo não passava de um latifúndio, com uma pequena população mergulhada nas trevas do analfabetismo, malária, sem transporte, enfim um povo aniquilado. Hoje, no Amapá, há de tudo, é claro dentro das possibilidades do govêrno do major Janary Nunes: escolas, estradas, hospitais; o povo como carne e leite à vontade; não existem os suplícios do problema alimentar; tem luz e s a2MTj1.03776 Tc In11e(e)0.1622cp3o77844.08 Tc37221A96 j5M ,6 Tc pj-0.08 Tc 0.844.08 Tc360.1622cp

2.2. Janary e Vargas : “dois homens e um ideal”

Até o Decreto-Lei nº. 5.812/43, a condução de uma política nacional nas terras amapaenses sempre foi de difícil implantação, decorrente das condições adversas da ocupação brasileira na região. A criação do Território do Amapá em pleno “Estado Novo” foi uma medida que objetivou resolver tais problemas.

O “imaginário fundador” está fundamentado na construção de um líder que representasse o Governo Federal e pudesse conduzir o destino de todo um território. Objetivando atingir essa finalidade, Janary Nunes e Getúlio Vargas eram apresentados à população amapaense como a expressão de um único ideal, e como os “criadores do Amapá”. A idéia era de construir a imagem de que a transformação do Amapá em Território tornava-o, efetivamente, parte integrante do Estado-Nação.

O mito da invenção do Amapá por Vargas se tornou a base de sustentação do governo janarista. Ressaltava-se a grandiosidade do ato da criação dos Territórios e atribuía-se a Getúlio Vargas a “origem do Amapá”. Para a suposta visita do presidente às terras amapaenses, prevista para maio de 1954, que não chegou a se concretizar, o jornal oficial do Território emitiu o seguinte noticiário:

(...) no início de maio próximo, o presidente Getúlio Vargas visitará o Amapá. A notícia sobremodo alvicaireira para todos nós, notadamente porque, sendo o primeiro Presidente da República a visitar a nossa terra, cabe a s. excia. a glória de ter criado os Territórios Federais, com o objetivo louvável e patriótico de incorporar ao espaço civilizado do Brasil áreas subdesenvolvidas e estagnadas pelo abandono a que se achavam secularmente relegadas pelos poderes públicos (...) Assim, s.excia. vai ser recebido com júbilo pelo povo desta gleba, *onde estua muito civismo em função de um futuro que saberá por certo, **em todos os tempos, dignificar a lição e a memória dos nossos maiores construtores da nacionalidade*** (AMAPÁ, 11 abr. 1954) (grifo nosso).

Para a fabricação da auto-imagem diretamente ligada a Vargas, Janary também explorou os veículos de comunicação, principalmente o *AMAPÁ*. Abaixo uma reportagem desse jornal com uma foto dos dois políticos em perfeita harmonia, Getúlio Vargas está à esquerda da foto e Janary a direita.

Figura 10

Getúlio Vargas e Janary Gentil Nunes



Fonte: AMAPÁ, 02 jun. 1945.

O texto que acompanha a manchete, de caráter apelativo, chamava atenção para a ligação indissolúvel entre os dois políticos, apresentando-os como responsáveis pela autonomia e progresso da região.

Há dois nomes que o povo e a história do Amapá não podem esquecer: Getúlio Vargas e Janary Nunes (...) O Ritmo de trabalho iniciado com a presença de Janary Nunes à frente do governo do Amapá, estendendo até nós a ação administrativa de Getúlio Vargas, é uma confortadora realidade difícil de esconder. Daí a significação dêsses de dois nomes para o Território que deposita inteira confiança nos seus chefes mais eminentes. (...) Esse encontro de dois homens públicos não é um instante trivial como sõe acontecer. Vemos aqui a reprodução colóquio entre as figuras exponenciais da história política do Amapá numa conferência em que se discutem os problemas mais em evidência para o nosso desenvolvimento (AMAPÁ, 02 ma. 1945).

A exaltação da ligação entre Vargas e Janary era propagada a todo momento. Todas as viagens do governo territorial à capital e os encontros entre os dois políticos eram divulgados pelo jornal oficial, com frases de grande efeito, objetivando mostrar o quanto o governo territorial estava próximo do Governo Federal. O recurso da fotografia ao lado do texto servia, não só como elemento de informação, mas, como prova das ações realizadas.

Todas as comemorações cívicas no Território estavam revestidas desse caráter apelativo. Buscava-se, principalmente através desses momentos, a exaltação da imagem de Vargas, com o propósito de criar a aceitação ao programa que estava sendo desenvolvido no Território, e assim assegurar a adesão da população ao projeto janarista. A data do Sete de setembro era um momento singular para a construção dos valores patrióticos entre os amapaenses, pois representava a um só tempo o momento de união nacional e de reverência à pátria.

A imagem abaixo reflete a publicação de uma reportagem que visava a construções de todos os elementos citados anteriormente.

Figura 11

A imagem de Vargas associado ao Sete de setembro



Fonte: AMAPÁ, 07 set. 1945.

No entanto, as imagens dos “criadores” estão mais associadas no jornal *AMAPÁ*, aos dias 13 de setembro e 25 de janeiro. A primeira data relembra o dia em que Getúlio Vargas decretou a origem do Amapá como Território; e a segunda, a efetivação da medida, com a instalação do governo territorial por Janary Nunes. Essas datas eram retratadas como uma sucessão de acontecimentos interligados, representando o marco de uma nova era para região.

O Decreto nº. 5.812/43 deu às populações das terras amapaenses o direito de pertencer ao Brasil há tempos reclamado: “Entre os novos territórios surgidos então, nenhum outro tinha, como o Amapá, tradição igual de lutas intensas para a sua incorporação ao patrimônio nacional, e nenhum outro estava tão esquecido e abandonado a sua própria sorte” (NUNES, Janary. *AMAPÁ*, 13 set. 1953).

Porém, somente com a instalação do governo territorial três meses depois foi que esta incorporação começou a ser efetivada. Mas, não ocorreu de forma instantânea, fora implantada aos poucos.

A notícia alvissareira da criação não chegou nestas plagas no mesmo dia, pois o telégrafo sempre esteve interrompido. Somente aos poucos foi sendo conhecida, arrancando aplausos incontidos e despertando emoções arrebatadas, todos os habitantes arrebatados do Amapá evocam ainda, com profundo afeto, aqueles instantes de outrora em que explodiram em seus corações as mais profundas esperanças (NUNES, Janary. *AMAPÁ*, 13 set. 1953).

Abaixo uma reportagem jornal *AMAPÁ*, de 13 de setembro de 1952, ressaltando que foram as ações realizadas pelo governo de Janary, nos nove anos de ininterrupta luta, que tornaram efetivo o ato de criação desse Território.

Figura 12

Nove anos de conquistas dentro do Território



Fonte: AMAPÁ, 13 set. 1952.

Na reportagem acima, infeccionava-se esclarecer que, o Decreto nº. 5.812 assinado por Getúlio Vargas ascendera a esperança, mas o 25 de janeiro foi a concretização de um novo começo.

O Território que naquele ano inicial de sua nova vida não era mais do que um inferno abandonado aos azares das enfermidades, encontrou no trabalho ciclópico e ininterrupto o remédio de seu soerguimento e de vitalização de suas fontes de energias (AMAPÁ, 13 set. 1952).

Segundo Jorge Ferreira (1997, p. 49), o “mito” Vargas,

não foi criado simplesmente na esteira da vasta propaganda política, ideológica e doutrinária veiculada pelo Estado (...) longe de se basear em promessas irrealizáveis, fundamentada tão-somente em imagens e discursos vazios, alterou a vida de trabalhadores.

Para os amapaenses, acostumadas a conviverem com a total ausência do poder público, a ligação de Janary a Vargas foi a confirmação da representatividade política do Governo Federal na região.

Visando o reconhecimento do poder público como representante legítimo, Janary, estrategicamente, buscava estabelecer uma relação de proximidade com o povo. No AMAPÁ, na seção “*Comentário da Semana*”, procurava-se divulgar pequenas matérias de orientação à população. Em um desses textos, de 30 de março de 1946, foi evidenciada a maneira que o governador territorial procurava atender a todos em seu gabinete, independente do *status* social e do grau de amizade, destacando-se a diferença do tratamento da gestão janarista, “essa maneira cortês e distinta a todos dispensada, destruiu o mito que o governador deve ser uma pessoa inabordável” (AMAPÁ 30 mar. 1946). Tal prática polor “oa“ ” da c (“) Tj0j0.048 Tc (oa) Tj Tc (“) Tjj1.

Para Océlio de Medeiros (1944, p. 72), a administração territorial seria uma extensão do poder, do controle e da capacidade de organização da União, que subvencionava através de dotações provenientes do orçamento geral do Governo Federal. Para o autor, a expressão governo territorial se mostrava inadequada, porque o que existia nessas unidades territoriais era uma administração e não um auto-governo. Era ao Governo Federal que competia a qualificação de governante dos Territórios Federais.

De fato, isso aconteceu no Território administrado por Janary, através de diversos mecanismos de controle, tais como: relatórios, autorização para os atos, documentos informativos, depoimentos, inspeções *in loco* e prestações de contas das despesas gastas em todos os setores administrativos. Mas, principalmente, devido ao grau de aproximação à política varguista, como foi devidamente exposto.

Todos os levantamentos feitos sobre o Território eram enviados ao Ministério da Justiça, Janary procurou manter o Governo Federal ciente dos resultados obtidos, primeiramente em diversos documentos ao longo dos meses e, em 1946, no Relatório das Atividades do Governo do Território.

Também como forma de manter-se informado, Getúlio Vargas nomeou para cada Território, um Secretário Geral que deveria fiscalizar as ações administrativas nos Territórios. No Amapá este cargo coube ao paraense Raul Montero Valdez.

A existência das secretarias gerais nos Territórios era muito criticada, em especialmente no Acre. Eram vistas como mecanismo de coerção e entrave burocrático, que impedia a execução de ações imediatas; elemento de interferência entre os governadores e os diretores dos órgãos executivos; sua atividade suprimia o entendimento direto entre o governador e seus auxiliares, criando um poder paralelo ao governo territorial.

Para Janary, esse órgão no Amapá teve uma atuação positiva.

A Secretaria Geral do Amapá foi e será sempre, enquanto não for deturpada a sua finalidade, um órgão excelente de colaboração. Aliás segundo o critério que orientou as atribuições do Governador territorial, só por degenerescência poderiam ocorrer os inconvenientes apontados (NUNES, 1946, p. 13. Relatório).

Ao contrário de outras administrações territoriais, defendia que estando a cargo da Secretaria Geral a função burocrática, estava liberado das “minúcias que roubam

tempo” e poderia estar em permanente contato com seus auxiliares, tanto na capital quanto o interior. Dessa forma, encaminhava melhor as atividades dos diversos setores. Com essa atitude, Janary Nunes se mostrava um bom articulador, preferindo estabelecer com a Secretaria Geral uma relação de cooperação, utilizando-a, na medida do possível para potencializar seu desempenho.

A precariedade, a falta de autonomia, a subordinação, a sujeição ao poder de controle, a autorização prévia, a ausência de poder tributário e de orçamentos próprios, a não capacidade de auto-governo, segundo Océlio de Medeiros (1944), são características peculiares da entidade *Território Federal*.

No entanto, o autor admitia que a administração territorial acabou por se tornar local. Isso quer dizer que algumas questões acabavam sendo conduzidas pelo governo territorial sem que fosse possível a ingerência do poder federal. A própria natureza administrativa no Território impedia que o Governo Federal se fizesse representar efetivamente, o que na prática, apesar da lei negar, permitia certo grau de autonomia.

Deve-se considerar que o controle do Governo Federal sobre as regiões dos Territórios exigia uma fiscalização efetiva e direta e dependia da atuação das próprias pessoas que estavam à frente dessas unidades territoriais. Em diversos momentos, até por estar diretamente ligado ao Amapá, Janary Nunes apresentava soluções e propostas a as implementava, conduzindo assim o destino dos amapaenses.

Os doze anos que Janary Nunes se manteve como governador territorial do Amapá, numa época de constantes mudanças na política brasileira, denota o grau de articulação que conseguiu construir tanto em nível local, quanto nacional. Para manter-se no poder teve que ser habilidoso e articulador, demonstrando uma base de sustentação maior que o apoio do “criador dos Territórios”.

Após a renúncia de Vargas, no final do ano de 1945, com receio de uma possível demissão, enviou um telegrama ao presidente interino José Linhares pedindo exoneração do cargo de governador territorial, com o argumento de se colocar a disposição para uma avaliação de sua administração e garantir a tranquilidade no território. Essa atitude estrategicamente objetivava garantir a sua permanência no cargo de maneira confortável (AMAPÁ, 03 nov. 1945).

Em decorrência da nova conjuntura nacional, com o surgimento dos partidos políticos no Brasil em 1945, os adeptos do janarismo fundaram em 14 de julho, o

Partido Social Democrático-PSD. À época, a decisão de Janary pela filiação ao PSD se deu em decorrência da aproximação político-partidária com o candidato Eurico Gaspar Dutra, e significava o continuísmo da política econômica que defendia no Território, uma vez que percebia nele a conservação do programa implantado por ele (RODRIGUES, 1998, p. 48-49).

Janary Nunes não escondia a pretensão de se manter como governador territorial pelo Amapá. Durante o período de indecisão dos rumos da política brasileira, com a renúncia de Vargas, o jornal oficial veiculou a seguinte reportagem:

Após quase dois anos de penoso labor, vencidas dificuldades ingentes, desde os problemas de transporte aos de habitação, atacados corajosamente os setores de saúde e educação, a atual administração apenas começou a sua exaustiva obra de civilização e progresso do Amapá.

O trabalho tem sido árduo e persistente, sem desfalecimentos, porém a sua interrupção importaria em recomençar quase tudo, pois forçosamente, sugeria uma nova atitude diante destes mesmos problemas (AMAPÁ, 10 nov. 1945).

Colocando-se à disposição para continuar servindo aos interesses do país, independente da escolha do chefe da nação, apresentava-se como o nome capaz de continuar gerenciando o destino dos amapaenses e garantir a unidade no Território.

Conclamamos todos os amapaenses à união e ao trabalho. Temos diante de nós esta região riquíssima, que suplica ação intensiva para o seu desenvolvimento. Somos tão poucos que não é possível permitir que divergências partidárias nos separem, prejudicando a marcha para o objetivo elevado que todos devemos procurar atingir — o progresso do Amapá (...) Qualquer que seja o novo presidente, cerremos fileiras ao seu redor, e cooperemos com o trabalho, a inteligência, a crítica bem orientada e o entusiasmo permanente, para que a nossa gente caminhe sempre no rumo da organização, da fortuna e da felicidade (NUNES, Janary. **União e Trabalho**. AMAPÁ, 08 dez. 1945).

Assim, Janary se mostrava no momento da transição do “chefe da nação” um grande aliado político. Nas eleições para a escolha do sucessor de Vargas tentava passar uma imagem de imparcialidade, mas no fundo influenciava os eleitores.

Solicito como brasileiro e governador do Território, que todos os eleitores do Amapá se apresentem às urnas, numa expressiva unanimidade para compensar a sua presença o seu pequeno número. Esta assegurada a

máxima liberdade de pensamento e de voto, sendo absolutamente livre a sua manifestação (AMAPÁ, 30 nov. 1945).

Em todos os Estados, os brasileiros iriam definir o presidente, senadores e deputados, no Território a população só votaria à Presidência da República. Além disso, para a maioria dos amapaenses o exercício do voto era algo novo.

O governo territorial realizou em todos os municípios campanhas para alistamento de eleitores, com anúncios que diziam: *“Amapaenses: O alistamento termina a 2 de outubro próximo. Contribua com o teu voto para aumentar o prestígio do Amapá e colaborar com a grandeza do Brasil”* (AMAPÁ, 20 set. 1945), ou reportagens que visavam dar orientações: *“Como Exercer o Direito do Voto”* (AMAPÁ, 24 nov. 1945). Realizou-se até cursos intensivos com o objetivo de ensinar a votar.

A campanha eleitoral, entre nós, revestiu-se, graças à ação incoativa do governador, de um caráter puramente cívico-educacional: todos os adultos que não sabiam ler e escrever foram chamados às escolas noturnas, para um curso intensivo de alfabetização, a população em peso recebeu os necessários ensinamentos (VALDEZ, Montero. ***As eleições e o governo territorial***. In: AMAPÁ, 01 dez. 1945).

Janary aproveitava para mostrar à população que a maior “expressão de cidadania” era o exercício do voto, mas para a os amapaenses ele não poderia vir dissociado dos ganhos sociais que haviam sido oferecidos pelo atual governo.

O que é preciso ter em mente, por ocasião de votar, é o interesse nacional, a coletividade e o nosso caso particular(...) Todavia, resta examinar no nosso caso particular, que é o de sobrevivência do Território no novo quadro da federação brasileira. Os dois candidatos mais fortes (...) já se externaram a êsse respeito, cabendo o eleitorado do Amapá se manifestar em apoio de um ou de outro. Quem não achar que foi um benefício ou uma vantagem para esta região a criação do Território, com seu govêrno próprio e a organização de seus importantes serviços dentro desta zona, quem não estiver satisfeito com a sua administração, ou com os resultados já obtidos pela mesma na educação, na saúde, no transporte, na melhoria da vida, no enriquecimento do patrimônio público, então deverá votar no candidato que afirmou ser cogitação sua fazer voltar, os Estados de origem, os Territórios que não interesse a segurança nacional. Já assim agindo com coerencia, porque defende também o seu ponto de vista particular, de que devemos voltar à condição de simples municípios do Pará (AMAPÁ, 24 nov. 1945).

Na verdade, não houve pretensões do Governo Federal em modificar o continuísmo dos Territórios Federais amazônicos. Na constituinte de 1946, como já foi exposto anteriormente, com exceção de Ponta Porã e Iguaçu, todos os outros Territórios criados em 1943 foram mantidos. No Amapá, Janary Nunes permaneceu no cargo como exemplo de sucesso do programa dos Territórios.

Quem conhece as dificuldades que surgem a cada passo na execução de qualquer tarefa, em localidades remotas e desprovidas de recursos, com precários meios de transportes e em termos sanitários desfavoráveis, bem poderá avaliar o muito que foi feito, desde a criação desse Território até a presente data.

O vosso governador, delegado de minha confiança, tem salientado sempre que nenhum êxito seria possível se não contasse com a vossa colaboração dedicada e sincera (DUTRA, Eurico Gaspar. Rio de Janeiro, 12 set. 1946. In: *AMAPÁ*, 20 set. 1947).

Apesar, da mudança na condução da política brasileira durante o governo de Dutra, a administração janarista manteve as diretrizes traçadas pelo Estado varguista quando de sua criação. Foi durante esse período que foi possível pôr em prática as metas que haviam sido definidas como prioritárias, considerando que os dois primeiros anos de governo territorial foram utilizados para o levantamento das condições existentes e de planejamento.

Na edição comemorativa do sétimo aniversário da instalação do governo territorial, o jornal *AMAPÁ* divulgou um balanço satisfatório do governo amapaense; esse balanço foi apresentado pelo presidente Dutra no Congresso em abril de 1950, relativo ao exercício deste ano. De acordo com o resumo, várias ações nas áreas da educação, saúde e povoamento haviam sido realizadas. Além disso, destacou, também, a atuação da administração janarista, ao afirmar que “esforça-se excepcionalmente para alcançar os objetivos que inspiraram a criação do referido Território”, melhorando, “consideravelmente as condições de habitabilidade do meio, através de providências que muito concorreram para incentivar a colonização do Território”.

Dutra ressaltou o aumento da participação do Amapá nas exportações nacionais nos produtos como: castanha-do-pará, peles silvestres, borracha pescada e couro. Como também, no sentido do aproveitamento dos recursos minerais como o estanho e o manganês, “indiscutivelmente nenhuma parte da Amazônia foram realizados trabalhos semelhantes aos que se vêm desenvolvendo no Amapá, para o

conhecimento e a exploração de suas reservas minerais (...) as dotações atribuídas ao Amapá têm crescido consideravelmente nêstes últimos quatro anos” (AMAPÁ, 25 jan. 1951).

Nos anos do governo Dutra, manteve-se os investimentos nas construções dos imaginários sociais ligados à imagem de Vargas associada à criação do Território. Em todos os eventos comemorativos, o nome de Vargas era lembrado como um marco, um mártir.

Mesmo assim, nas eleições de 1950, quando Janary resolveu apoiar o candidato pessedista Cristiano Machado à Presidência, a oposição tentou transformá-lo em traidor de Getúlio Vargas, e teve seu cargo ameaçado.

Esse apoio precisa ser compreendido a partir de uma conjuntura local. Diferente do que acontecia nos principais Estados do país⁸⁰, o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), legenda pela qual Vargas lançou sua candidatura à Presidência nas eleições de 1950, no Amapá atuou como um partido de oposição ao governo territorial. Dirigido pela classe média/alta regional, oriunda principalmente de setores tradicionais da economia amapaense, congregava os descontentes com o governo vigente. A criação do PTB no Território, em 1947, havia sido uma escolha dos opositores ao janarismo, como tentativa de usufruir da popularidade de Getúlio Vargas entre os amapaenses, tanto que inicialmente, “tentaram-se se agrupar sob a legenda da União Democrática Nacional (UND)” (RODRIGUES, 1998, p. 61).

No Território, o candidato pessedista obteve uma vitória vantajosa sobre Getúlio Vargas do PTB, conforme tabela abaixo.

ria ir

ria

an

Tabela 1

Resultado Geral das Eleições de 03 de outubro de 1950 no Território do Amapá

NOME	Macapá	Amapá	Mazagão	Total
<i>Para Presidente</i>				
Cristiano Machado	2.467	1.163	524	4.154
Getúlio Vargas	575	193	19	787
Eduardo Gomes	42	14	-	56
Café Filho	214	116	07	337

Fonte: AMAPÁ, 28 out. 1950.

Mesmo com a tentativa da oposição em anular as eleições de 1950, alegando fraudes, visando desmoralizá-lo, o resultado foi mantido e com a vitória do Candidato Cristiano Machado no Amapá, Janary Nunes saiu mais fortalecido, demonstrando que tinha grande popularidade entre os amapaenses. Em respostas às críticas da oposição o jornalista Júlio de Alencar escreveu para o jornal *ESTADO DO PARÁ*.

No Amapá, porém, o Governo ganhou. O povo amapaense essa é que é a verdade, sufragou o nome do Sr. Cristiano Machado em função do governador Janary Nunes. Fê-lo num justo preito de justiça, ratificando desta maneira, a confiança depositada em s.excia. A política no Amapá, nas eleições de outubro não foi a política do sr.Dutra ou do sr. Cristiano mas sim a política do Governo Federal (*AMAPÁ, 25 jan. 1951*).

Para tentar amenizar os ânimos no Território, ausentou-se do governo para buscar apoio. Após um período de articulações na capital do país, e de uma longa conversa com o presidente Vargas retornou novamente ao Amapá como governador territorial, mantendo-se no cargo até sua indicação para a presidência da Petrobrás em fevereiro de 1956.

O *AMAPÁ* noticiou a decisão do Governo Federal em mantê-lo no cargo veiculando uma foto de Janary e outra de Getúlio estampada na primeira página. Para reforçar a ligação indissolúvel entre os dois políticos foi publicada também outra foto do momento em que negociavam o continuísmo da administração janarista.

Figura 13

Reportagem anunciando a decisão de Vargas em manter Janary
no governo do Território do Amapá em 1951



Fonte: AMAPÁ, 24 fev. 1951.

CAPÍTULO 3:

A INVENÇÃO DO AMAPÁ

3.1- Inventariando a região

Segundo esclarecimentos feitos por Janary, em relatórios ao Governo Federal, o primeiro ano do governo foi “essencialmente de levantamento de dados, de estudo de possibilidades, de luta para obter leis básicas adequadas às peculiaridades regionais, de organização do serviço administrativo, de fixação de diretrizes e, acima de tudo, de planejamento” (NUNES, 1946. Introdução. Relatório). Visitou nos primeiros meses do ano de 1944 as regiões do Oiapoque, do Amapá, e o interior dos municípios de Macapá e Mazagão. Quando não podia ir pessoalmente, mandava pessoas de confiança representá-lo. Nessas visitas estava sempre acompanhado de uma comitiva, que percorria as mais remotas localidades, objetivando inventariar e assim propor solução para resolver os principais problemas (NUNES, 1946, p. 7. Relatório).

A busca de se levantar informações das diversas regiões para se conhecer o Brasil é muito característico do governo Vargas. Assim, os estudos sobre o Amapá, realizados pelo IBGE e o governo de Janary Nunes, mostram a preocupação comum em se conhecer profundamente a região.

Ao estudar os antecedentes históricos desde o período colonial e os problemas decorrentes do povoamento, buscava-se compreender a fundo a história da região para demonstrar que a ocupação amapaense estava ligada a fatores históricos que a condicionaram (SOARES, IBGE, s/n). E, acima de tudo, levantavam-se os dados para se traçar metas.

O planejamento das ações que seriam implementadas foi uma marca da administração janarista, que manifestou essa diretriz no relatório 1946, ao afirmar que

Nenhum só momento o Governo deixou-se empolgar pela ânsia de construir improvisando. Tudo o que foi feito resultou de estudos, auscultando as aspirações do povo do Amapá e revisionando os velhos problemas que conhecíamos de fases anteriores. Foram meses de pesquisa e de consulta, em que um reduzido número de auxiliares labutou comigo da manhã à noite, no princípio a luz de faróis e petromax, analisando e discutindo, com a preocupação exclusiva de acertar, sem egoísmo nem vaidades. Examinamos a experiência administrativa de outros Estados e países, seguimos a evolução do Acre e da Amazônia, querendo adaptar sempre para melhor, - pertencesse a idéia a qualquer dono, - buscando a objetividade.

Portanto, o inventário possibilitou que fossem levantadas as reais dificuldades como forma de retratar o atraso para transformá-lo. De imagem inóspita, adversária do homem, as terras amapaenses passaram a ser vistas como uma região que enfrentava grandes dificuldades, resultantes do modo impróprio de ocupação.

Por sua vez, as viagens realizadas pela comitiva do governo territorial possibilitaram que a população reconhecesse através do governo territorial a existência do poder federal. Nessas viagens pelo interior amapaense, distribuíam-se às comunidades amapaenses os mais variados produtos, estabelecendo uma política assistencialista (RODRIGUES, 1998, p. 35).

Como reforço a essa política de assistência foi instalado em Macapá a Comissão Territorial da Legião Brasileira de Assistência – LBA –, criada no Brasil sob o patrocínio da primeira dama Darcy Sarmanho Vargas, cujo objetivo era distribuir benefícios materiais às populações carentes. No Amapá, a Comissão foi coordenada pela primeira dama do Território, Iracema Carvão Nunes e por auxiliares da classe média do Território, principalmente pelas esposas dos funcionários, entre elas, a Senhora Abelina Rocha Valdez, esposa do Secretário Geral (*FOLHA DO NORTE*, 07 de jan. 1946).

A LBA atuava em todos os municípios distribuindo roupas, remédios, gêneros alimentícios, donativos das mais diversas espécies às famílias amapaenses, principalmente àquelas que residiam em pequenos povoados, isolados à beira dos rios. Como também, promovia festa natalina, com distribuição de presentes nas principais localidades do Amapá (*FOLHA DO NORTE*, 07 jan.1946). Durante sua atuação, de permanência curta como primeira dama do Território, Iracema Nunes⁸¹ parecia saber cumprir o papel que lhe cabia na construção da imagem de um governo preocupado com o bem-estar das populações pobres.

A defesa da necessidade de se realizar estudos em todos os núcleos populacionais, para um diagnóstico detalhado de todos os problemas existentes na região, representava somente uma das finalidades traçadas, não a mais importante delas. Os objetivos iam além do simples fato de fazer um levantamento da realidade amapaense. As andanças pelos interiores, junto às populações dos mais distantes lugares do Território, eram momentos de difusão da nação.

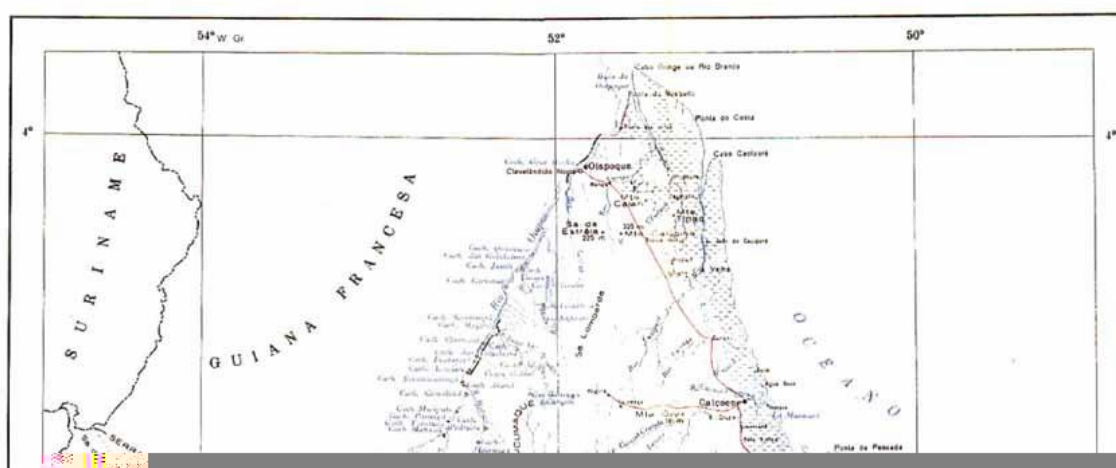
⁸¹ Iracema Carvão Nunes faleceu no dia 23 de julho de 1945, em decorrência da contaminação de Malaria.

3.1.1- “Tudo estava por fazer”

O Território do Amapá está situado no extremo oeste da região norte, tendo como limites a Guiana Francesa ao norte, o Oceano Atlântico a leste, o Pará ao sul e oeste e o Suriname a noroeste. Ocupa uma área de 143.453,7 km².

Figura 14

Mapa do Território Federal do Amapá em 1943, com os limites territoriais



Estado do Pará

Fonte: IBGE da década de 40

O Território do Amapá não abrange somente as terras da histórica região do Contestado Franco-Brasileiro (ver p. 50). O primeiro tipo de ocupação se caracterizou pelo estabelecimento de fortalezas, o que exprime o domínio português na região, retratada por Reis (1944) como “política de fortificações balizando fronteiras”. Na “Capitânia do Cabo Norte”⁸² a façanha da soberania luso-brasileira foi realizada tipicamente com a fixação de grupos militares, como tentativa de defender a região da cobiça estrangeira (REIS, *apud* SOARES, IBGE, p.11).

Com o advento da era pombalina, através da administração de Francisco Xavier de Mendonça Furtado⁸³, governador da província do Grão-Pará, é que a coroa Portuguesa mudará sua política de ocupação militar do extremo-norte, para a de povoamento, sem, contudo deixar o caráter defensivo de construções de fortificações (REIS, 1946). Em 1753 começou a ser construída a Fortaleza de São José de Macapá, sem nunca ter sido de fato concluída.

Além da construção desse forte, Mendonça Furtado intensificou o povoamento da região com a fundação de núcleos de colonização, oriundos de colônias portuguesas na África. Em 1751 desembarcaram em Macapá os primeiros casais açorianos. Pretendia o governador do Grão-Pará a criação do primeiro núcleo que garantiria o início da política de ocupação humana, que seria realizada por meio da execução de um programa agrário, tendo como objetivo o povoamento efetivo e a posse definitiva da terra (REIS, *apud* SOARES, IBGE, p. 16). As diretrizes dessa política estão claramente definidas nas instruções dadas por Mendonça Furtado ao Coronel português João Batista de Oliveira, quando da condução o grupo de colonos que iriam povoar a região.

Logo que vm^{ce}. chegar aquella Povoação deve por tudo a cuidado e esforço em persuadir, e obrigar a estas gentes ao trabalho e cultura das terras advertindolhes que este foi o único fim para sua Magestade os mandou transportar para este Estado, e que nele devem seguir a mesma vida e trabalho com que foram criados nas suas terras (REIS, 1944, p. 58).

⁸² A colonização européia começa de fato na região do Amapá em 1673 do com a sua concessão, como Capitania do Cabo Norte, por Filipe IV de Espanha e III de Portugal à Bento Maciel Parente, Governador do Maranhão e Grão-Pará. As terras do Amapá.

⁸³ Mendonça Furtado era irmão de Marques de Pombal.

Na segunda metade do século XVIII, aproximadamente 340 famílias mazaganenses provenientes da colônia portuguesa marroquina na África, foram transferidas com destino à colonização da costa setentrional do Estado do Grão-Pará, visando integrar o sistema de apoio à Fortaleza de São José, juntando-se às Vilas de Macapá e Vistoza da Madre de Deus. Desse grupo de colonos marroquinos, em 1769, 163 famílias foram encaminhadas para a fundação de um núcleo que foi elevado à categoria de vila em 1770, com a denominação de Mazagão ou Nova Mazagão, em homenagem aos novos colonizadores (MARIN, 1998, p. 107).

Nos séculos XVII, XVIII e XIX, mesmo com a estratégia de ocupação militar e de povoação portuguesa, a região continuou sob a disputa e a ocupação francesa. Depois de resolvido o direito de posse sob a o Contestado Franco-Brasileiro, o Governo Federal tomou algumas providências no sentido de integrar a região ao domínio brasileiro, mas sem muito êxito.

Em 1907, foi fundada a Colônia Militar do Oiapoque, que não prosperou como desejado, restando apenas o povoado de Santo Antônio do Oiapoque, constituído unicamente por um posto avançado de um batalhão de fronteira e umas poucas casas habitadas por famílias de soldados e componentes da guarnição (Alfredo Gama, *apud* SOARES, IBGE, p. 30). Devido a razões políticas de defesa e povoamento da fronteira, em 1920, foi criado o Núcleo Colonial Cleveland, que deu origem ao atual vilarejo de Clevelândia. O geógrafo e técnico do IBGE Lúcio de Castro Soares, especialista em estudos da região norte na década de 40, mostrou que

O núcleo estava preparado para bem receber os seus primeiros colonos _ flagelados, nordestinos, principalmente cearenses, acossados da sua terra natal, pelos rigores da sêca. Possuía boas habitações, luz elétrica, bem montado hospital, estação rádio-telegráfica, grande serraria, escolas e armazéns bem providos, instalações essas que, segundo Lima Figueiredo, 'davam a Clevelândia fóros de um centro civilizado (SOARES, IBGE, p. 31).

Alguns anos depois, em 1924, essa colônia foi transformada em cárcere de presos políticos, que participavam dos levantes militares no Norte e Sul do país, e, mais tarde, para presos comuns (REIS, 1946). Segundo Lúcio de Castro Soares (IBGE, p. 31), o marco de decadência do núcleo ocorreu "Quando em 1927 foram retirados os prêso de Clevelândia. Já não mais havia, como nos primeiros tempos, aquela proteção e aquele auxílio material que tanto estimulava os colonos".

Findadas as tentativas de povoamento, foi criada a Comissão de Inspeção de Fronteiras, chefiada pelo Marechal Candido Mariano da Silva Rondon. Marechal Rondon, em 1929, ao inspecionar os municípios de Macapá e Amapá, comprovou em relatório a situação da região como decadente e abandonada.

Abaixo uma fotografia da Colônia de Cevalândia que registrou a passagem do grupo chefiado por Rondon em terras amapaenses.

Figura 15

Conjunto de Habitações no Destacamento de Santo Antônio do Oiapoque em 1929



Fonte: Arquivo do Exército

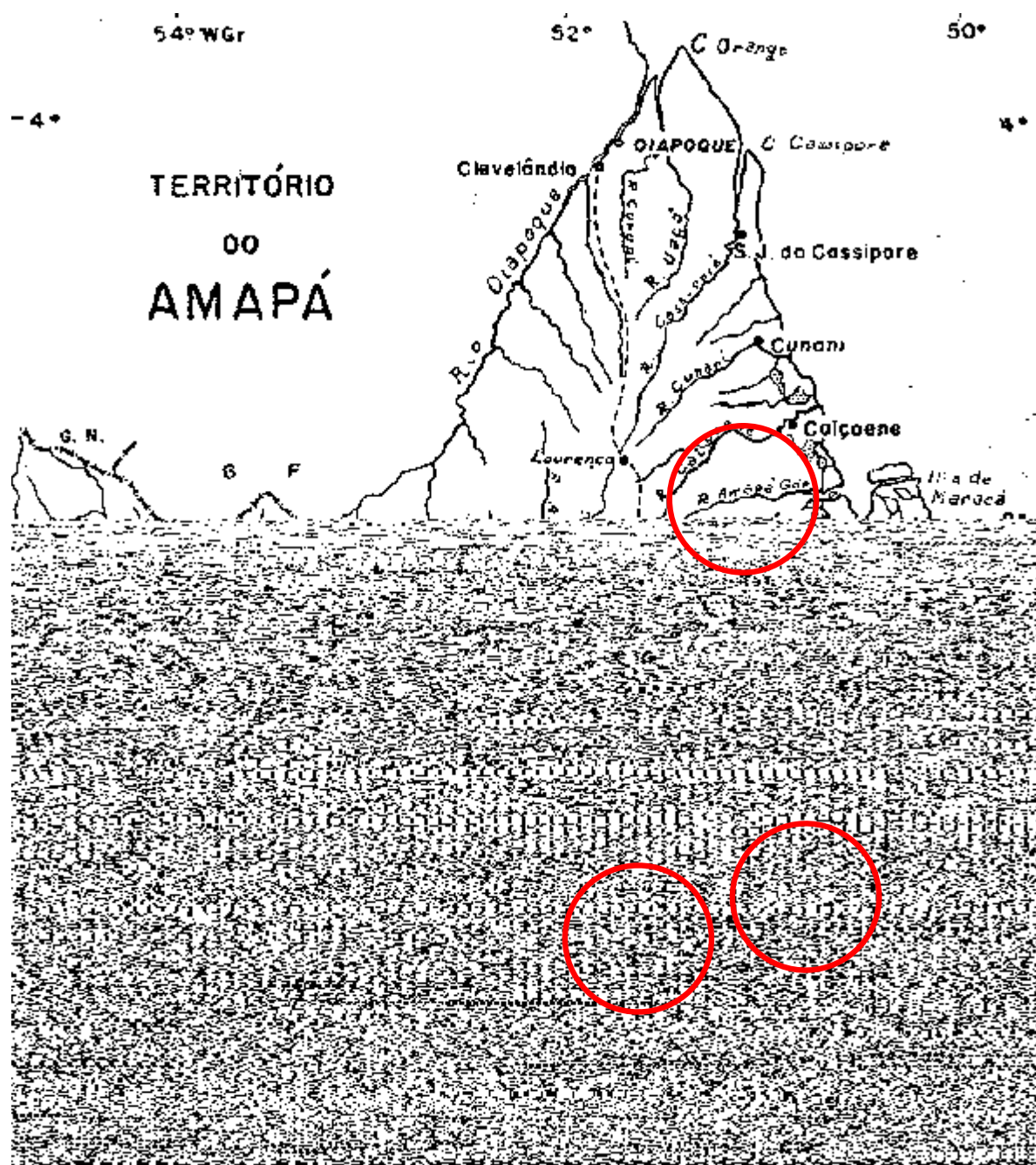
Inspeção de Fronteiras: Campanha de 1928/1929

O recenseamento geral do Brasil, realizado em primeiro de setembro de 1920, apontou no município do Amapá uma população de 6.000 habitantes. Para Reis (1946, p. 111), “Na fronteira com a Guiana francesa, margem direita do Oiapoque, era insignificante o povoamento, embora as pequenas ocupações de terra fôssem inteiramente brasileiras”.

Essa realidade descrita pelos viajantes, retrata a visão que se tinha quando o as terras amapaense transformado em Território, cuja área foi constituída pelos municípios do Amapá, Mazagão e Macapá, conforme mapa abaixo.

Figura 16

Mapa do Território do Amapá em 1943 de acordo com os municípios existentes



Fonte: IBGE da década de 40

Segundo dados do IBGE, em 1940, a população residente na área correspondente ao Território era de aproximadamente 21.191 habitantes, com densidade demográfica de 0,147 hab/km². Desse total, 9.973 se encontravam no município de Macapá, 6.007 no município do Amapá e 6.201 no município de Mazagão⁸⁴. Os números apresentados⁸⁵ correspondiam a 2,2% da população do Estado do Pará, a qual ocupava 10,5% da superfície do Estado. A densidade populacional nessas áreas era extremamente baixa, comparada às outras regiões do Pará. Aproximadamente 92% da população desses municípios se concentravam na zona rural. No principal centro urbano, Macapá, não se podia dizer que existia uma aglomeração de habitantes, considerando que do total de 1.036 que residiam nesse centro, apenas 646 pessoas viviam no quadro *urbano* e 390 no *suburbano*⁸⁶ (SILVA, Boletim Geográfico, ano II, n.16, jul. 1944, p. 445-454). Portanto, a população amapaense era essencialmente rural.⁸⁷

A vida cotidiana nas terras amapaenses era pacata, intimista, típica de uma região ruralizada. A maioria da população tinha como meio de sobrevivência a extração da natureza. Na extensão territorial das três cidades existentes, o modo de vida não se diferenciava muito, considerando que quase a totalidade da população vivia de hábitos típicos de realidade rural na Amazônia. Mas também, não podemos

⁸⁴ Deste total 1.015 habitantes pertenciam ao município de Almerim no Pará.

⁸⁵ Estes dados podem apresentar variações, considerando que estas regiões ainda pertenciam ao Estado do Pará e no momento do desmembramento as extensões de dois dos três municípios foram alteradas; deve-se considerar também que o boletim geográfico é de 1944, e se buscou considerar somente as populações residentes nas áreas que compuseram o Território do Amapá após 1943.

⁸⁶ Segundo denominação do IBGE, estabelecido pelo Decreto nº. 311, de 02 de março de 1938, *urbano* seria a caracterização dada à zona de concentração, e *suburbano* à zona de expansão das sedes municipais e distritais.

⁸⁷ Sobre o método de contagem para a população do Amapá em 1941, assim foi esclarecido pelo IBGE: “A determinação da população do Território do Amapá pôde ser feita pelos resultados de apuração definitiva, para municípios e distritos totalmente incluídos. Para os distritos de Macapá, Mazagão e Arumanduba, cortados pelas fronteiras do Território, tornou-se necessário recorrer ao exame coordenado das cadernetas dos agentes recenseadores e dos mapas topográficos, para discriminar os domicílios incluídos no Território, e os excluídos. Nos dois primeiros distritos, foi possível localizar todos os domicílios, e logo discriminar a população incluída no Território e a excluída. No distrito de Arumanduba, as deficiências das informações oferecidas pelas cadernetas e pelos mapas topográficos, e a algumas discordâncias entre estes e aqueles, impediram determinar com certeza se os domicílios de cerca de 670 habitantes estivesse localizado dentro o fora do Território. Estes casos duvidosos foram atribuídos pela metade do Território e pela metade do Estado Pará, no cálculo das respectivas populações. O máximo erro que esta discriminação, necessariamente arbitrária, pode determinar na determinação da população do Território é apenas de 1,2%”.

uniformizá-los. O universo amapaense era dinâmico e diverso, encontrava-se em cada cidade experiências próprias, decorrentes das condições locais e da influência externa.

O município de Amapá foi criado em 1901, com a incorporação definitiva de toda a área do antigo Contestado franco-brasileiro. Quando da criação do Território, toda a sua extensão foi preservada e seus limites só foram definitivamente demarcados posterior à criação dos Territórios. O governo de Janary Nunes aproveitou para desmembrar parte desse município, e sugerir ao Governo Federal a criação do município de Oiapoque⁸⁸(PORTO, 2003, p. 108-109).

A extensão do município de Amapá, de 69.066 km², sempre representou um grande problema para a conservação do território, principalmente devido aos escassos investimentos na região. Além dos rios isolados que percorriam suas terras, não havia no início dos anos 40 estradas ligando os núcleos populacionais, favorecendo o distanciamento dos habitantes das margens da sede municipal⁸⁹.

Na região do município de Amapá, foi onde o governo português e, depois da independência, o brasileiro mais desenvolveram políticas de colonização na tentativa de garantir sua integração ao país. No início do século passado, buscando proteger a região de invasões, o Governo Federal tomou algumas medidas. Entre elas, destacam-se: a criação do Distrito do Oiapoque em 1903; a Comissão Colonizadora do Oiapoque, criada em 1919; a implantação, em 1922, da Companhia Especial de Fronteiras, do Exército Brasileiro em Clevelândia do Norte, e a criação do 3º Batalhão de Fronteira, em 1942 (PORTO, 2003, p. 108-109). Esse Batalhão de Fronteira foi o mesmo que esteve sobre o comando de Janary Nunes.

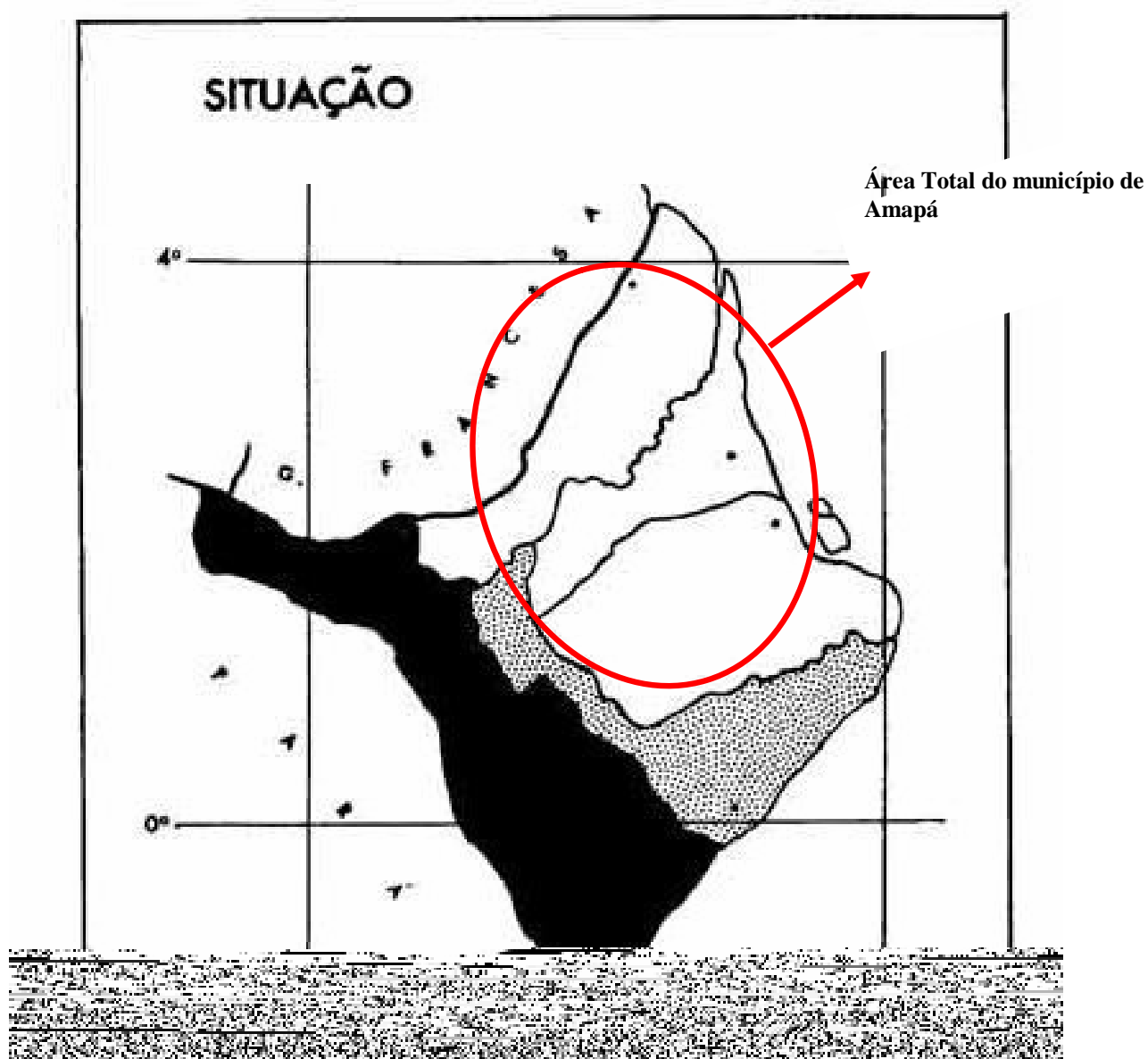
Abaixo, em destaque, as áreas que compõem o município de Amapá após a criação do Território.

⁸⁸ O Decreto- Lei 6.550 de 31 de maio de 1944, foi criado para legalizar as sugestões apresentadas pelo Governo Territorial ao Governo Federal com relação a divisão dos Território amapaense. Propôs entre outras coisas, as redefinições das áreas dos Municípios, a criação de outros Municípios, entre eles o do Município do Oiapoque.

⁸⁹ Dados IBGE. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 09/09/2006.

Figura 17

Mapa demonstrativo da extensão territorial
do município de Amapá em 1943



Fonte: IBGE da década de 40

Em 1939, a atividade aurífera no município ainda permanecia atuante, agravada por uma fiscalização precária. Os estrangeiros extraíam livremente o ouro e contrabandeavam para seus países de origem (PORTO, 2003, p. 109-110). Marechal Rondon em entrevista ao jornal carioca *Manhã*, em 17 de setembro de 1944, alertou sobre a existência de

uma mineração de ouro no rio Calçoene, explorado por uma companhia francesa, que se utilizava uma estrada de ferro estabelecendo a ligação da parte mais alta do Calçoene com o centro denominado Lourenço. Logo que a zona do Amapá foi reconhecida como propriedade do Brasil, abandonaram a mineração e a estrada de ferro que, mais tarde, foi vendida como ferro velho (SILVA, Boletim Geográfico, ano II, n.16, jul. 1944, p. 445-454).

A área desse município também teve uma importância estratégica para a força aérea americana durante a Segunda Guerra Mundial, onde em 1941 foi criada uma base aérea para abastecer os aviões norte-americanos que se dirigiam à África e Europa (PORTO, 2003, p. 111).

Janary Nunes descreveu no relatório de 1946 que havia

um magnífico aeropôrto distante cêrca 20 quilômetros da cidade, dispondo, dispondo de piso asfaltado, aperfeiçoado pelas forças norte-americanas que dêle vêm-se servindo há três anos. Nêsse campo aterrisam semanalmente os aviões do Correio Aéreo Nacional (NUNES, 1946, p. 150. Relatório).

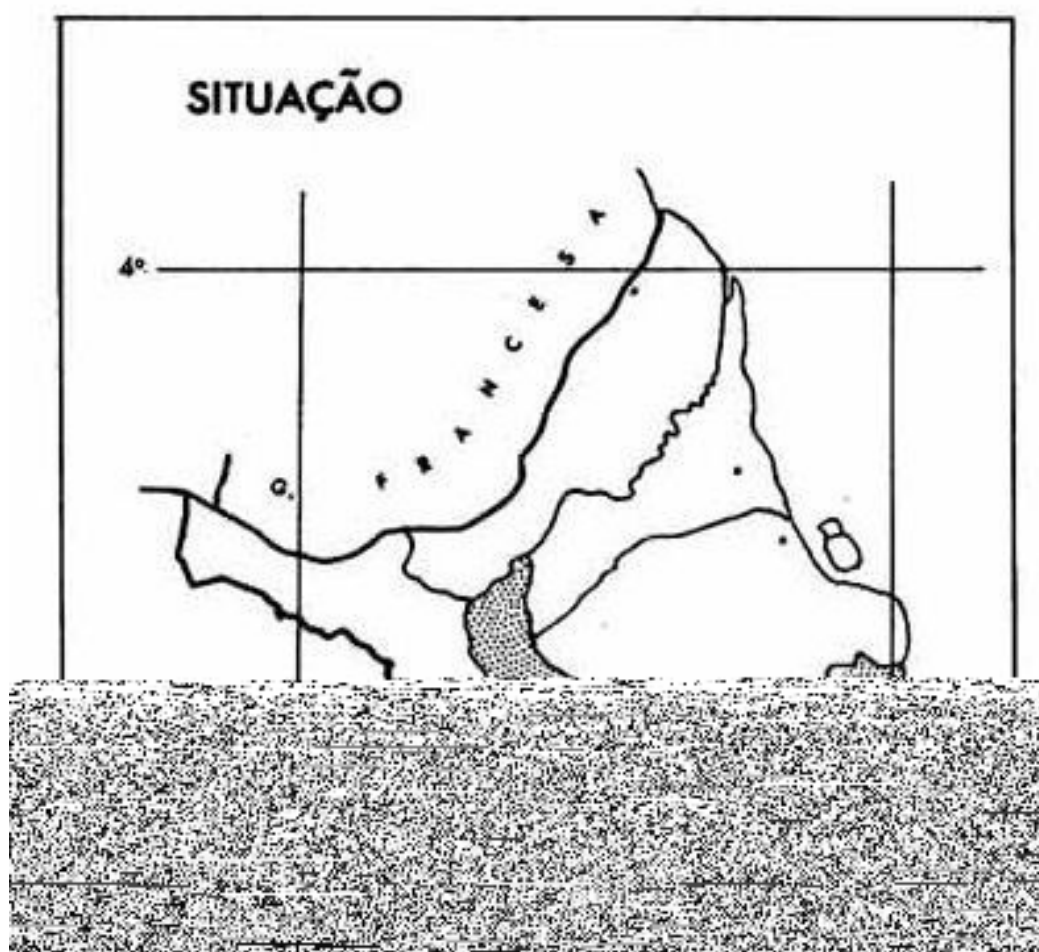
A base aérea, a qual o governador territorial se referiu, foi montada pela empresa *Pan Air* do Brasil, subsidiária da *Pan Air Ways*, que aparelhou os aeroportos de Amapá, Belém, São Luiz, Fortaleza, Natal, Recife, Maceió e Salvador (PORTO, 2003, p. 111).

O outro município, a constituir o Território, foi o de Macapá. Por conta da incorporação acabou perdendo uma parte de sua extensão, de grande importância econômica para o Estado do Pará. É o mais antigo e o único município que foi criado ainda durante o Império, através da Lei nº. 281, de 06 de setembro de 1856. Localizada ao sul do Amapá, faz limites ao sudeste com o Estado do Pará e ao leste com o oceano atlântico.

Abaixo mapas do município na década de 40. O primeiro mostra a localização da cidade de Macapá em relação ao Território, e o segundo sua superfície e seus limites municipais.

Figura 18

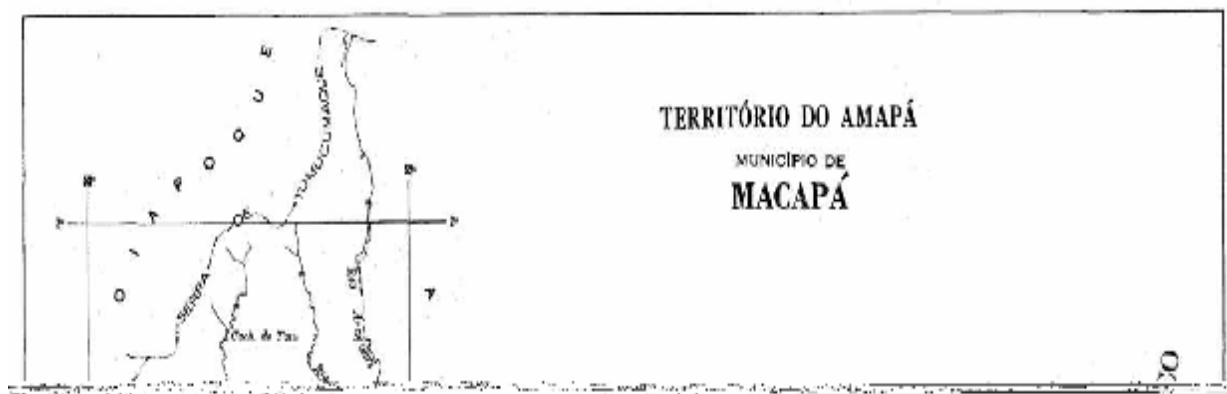
Mapa do município de Macapá em relação ao
Estado e sua capital em 1943



Fonte: IBGE da década de 40

Figura 19

Mapa da extensão do município de Macapá em 1943



Fonte: IBGE da década de 40

Macapá possuía, na década de 40, em sua arquitetura as marcas deixadas pelo passado histórico. O grande forte na frente da cidade, a Fortaleza de São de José, construído às margens do rio Amazonas, marca a ocupação por onde a cidade se desenvolvera. Segundo o censo de 1940 era a região de maior densidade populacional do Território, em decorrência da intensificação de seu povoamento durante a administração de Mendonça Furtado. Entre os anos de 1936 a 1942, a cidade vivenciou uma fase de atração populacional, com a vinda de garimpeiros, após a descoberta de ouro nos rios Araguaia e Vila Nova.

Quando da criação do Território, embora a cidade não possuísse iluminação elétrica nem saneamento básico, representava o principal centro urbano (NUNES, 1946, p. 145. Relatório). Essa foi uma das razões que levaram o governador Janary Nunes a transferir a sede do governo da cidade de Amapá para Macapá em 1944, com a propósito de transformar a Fortaleza de São José no palácio do governo territorial. Em relatório, Janary Nunes afirmou que alimentava

a convicção sincera de estar pleiteando a utilização dessa grandiosa obra de nossos avós para um fim elevado, que dará possibilidade permanente de ver esse monumento histórico cada vez mais enobrecido e conservado, muito ao contrário daquela situação em que o encontramos e em que ainda está. Conheço o amor que esse Patrimônio dedica aos bens de nossos antepassados, o que não tem impedido que certos monumentos vão desaparecendo aos poucos sob o ataque do tempo, na tristeza de servirem de ninhos de morcêgos, de covil de cobras e de domínio do mato. Elegendo a Fortaleza de Macapá_ ao amparo de Território_ Para o Palácio do Govêrno e residência go- cujas as muralhas, existiu a cidade que é hoje capital governamental; fica-lhe assegurada a assistência interessada e contínua da higiene e do trato adequado (NUNES, 1946, p. 145. Relatório).

Na época da instalação do governo territorial, Macapá era uma cidade de movimentação restrita. A comunicação com Belém era feita por um navio dos Serviços de Navegação da Amazônia e de administração do porto do Pará, empregado na linha Belém-Caiena, em viagem mensal. Eram utilizadas também canoas particulares movidas à vela e a motor, com tráfego irregular (NUNES, 1946, p. 145. Relatório).

Os macapaenses também herdaram hábitos culturais decorrentes do período que estiveram sob o domínio paraense. Como a região, nos primeiros tempos da colonização, esteve sob evangelização dos jesuítas, os macapaenses eram na maioria católicos, e as principais festividades decorriam dessa religião. Em março aconteciam as festas em louvor ao padroeiro da cidade, São José, e em novembro à

Nossa Senhora de Nazaré. Durante essas datas havia romarias, com o cumprimento de promessas, e arraiais, que proporcionava momentos de grande diversão aos participantes (NUNES, 1946, p. 145. Relatório). As tradições religiosas, de homenagens aos santos católicos foram transportadas do Pará. Além delas, acontecia o Marabaixo⁹⁰, que consistia numa prática religiosa e profana, oriunda da cultura africana, de populações remanescentes de quilombos, que expressavam sua fé através da dança e do canto acompanhados por tambores, e da degustação da gengibirra⁹¹ (OLIVEIRA, 1999). As festividades do marabaixo ocorriam na parte central da sede municipal de Macapá, onde a maioria da população negra residia.

A administração de Janary Nunes passou a integrar as festas tradicionais da cidade como datas cívicas, fazendo parte do calendário do governo. Nas comemorações festivas estava incluído o marabaixo, que acontecia geralmente à noite, na residência de Julião Ramos (AMAPÁ, 01 de ma. 1948). Igualmente procedia com relação ao Sírrio de Nazaré, que sempre contava com a participação de autoridades do governo nas missas, procissões e arraiais em homenagem à Nossa Senhora de Nazaré (AMAPÁ, 13 de nov. 1948).

Nota-se uma atenção do governo Janary à valorização da cultura local, principalmente pela tradição religiosa como caminho para estabelecer uma aproximação com a população amapaense. Essa preocupação está aparente na própria estrutura do relatório do governo de 1946, onde se deu uma atenção particular às manifestações culturais de cada município.

⁹⁰ Segundo as poucas fontes bibliográficas existentes a respeito, o marabaixo tem suas origens desconhecidas. É um ritual eminentemente de negros, que foram trasladados por portugueses para a cidade de Mazagão, originários da África Ocidental, para consolidar a ocupação das áreas que atualmente correspondem aos municípios de Mazagão Velho e Macapá, foz do rio Amazonas, Amapá. O marabaixo é um ritual que compõe várias festas católicas populares em oito comunidades negras da área metropolitana de Macapá e Santana. Acontece em louvor à santíssima trindade e divino espírito santo nos bairros da favela e laguinho no centro da cidade de Macapá, em louvor à santa Maria no Curiaú e nas várias outras comunidades como parte dos festejos a outros santos, em momentos distintos. Fonte: OLIVEIRA. Maria do Socorro dos Santos. **Religiosidade Popular em Comunidades Estuarinas Amazônicas: em estudo preliminar do Marabaixo no Amapá**. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y ciencias sociales. Universidade de Barcelona [ISSN 1138-97788. N.45(49), 01 de agosto de 1999.

⁹¹ Bebida típica feita da mistura do gengibre e cachaça.

O segundo município mais povoado era Mazagão. Esse município foi criado pela Lei nº. 226, de 28 de novembro de 1890⁹². Em 1943, quando da sua incorporação ao Amapá, foi mantido todo o distrito de Mazagão Velho e sede, parte do distrito do Mazagão e sede, e teve a ampliação da sua área com a incorporação de parte do município de Almeirim (PA). Esse município fazia, na época da instalação do governo territorial, limites com as Guianas Holandesa e Francesa e com o Estado do Pará e o município de Macapá.

A arquitetura da cidade também é herdeira da época pombalina. Diferente dos outros aldeamentos típicos da colonização missionária na Amazônia, os povoados reorganizados pelos Diretórios apresentavam no seu planejamento o esquadramento social do espaço urbano, característicos dos povoados que eram planejados pela coroa portuguesa. Era uma vila composta de muitas quadras que se distribuíam nas terras firmes às margens do rio Vila Nova. As ruas eram regulares, traçadas em ângulos retos e não possuíam jardins (NUNES, 1946, p. 147. Relatório). O projeto para a fundação de Vila Nova de Mazagão foi “desenhado sobre o povoado já existente”, e previa a construção de mais de 500 casas. Da povoação indígena que existia anteriormente apenas a igreja foi conservada.

No primeiro ano da administração de Janary, assim foi descrita a Vila de Mazagão no relatório de 1946,

As ruas são regulares traçadas em ângulos retos. Não possui parques nem jardins. Os seus principais edifícios são: a prefeitura Municipal. Usina de Eletrecidade e Pôsto Médico. Mazagão fica distante da capital do Território, por via fluvial (NUNES, 1946, p. 148. Relatório).

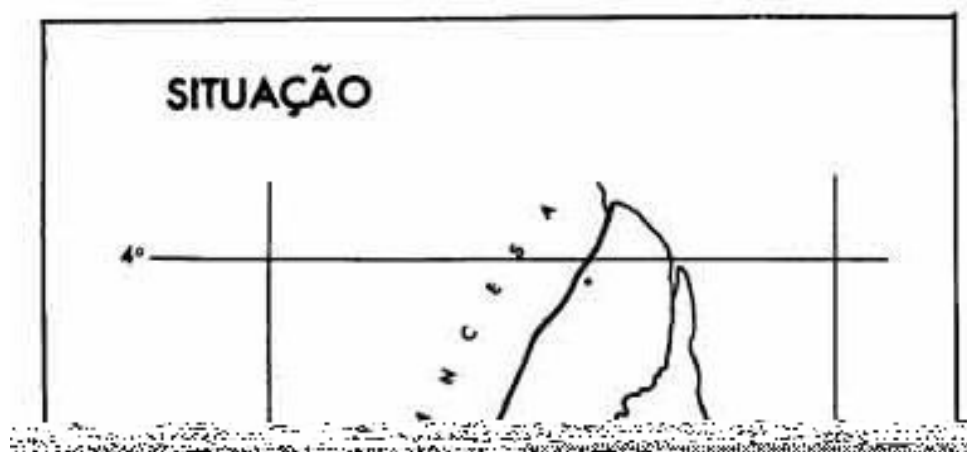
Abaixo uma planta que mostra o planejamento traçado para a construção da Vila de Mazagão, durante a fase pombalina na região.

Abaixo, na primeira figura 20, um mapa do município de Mazagão na década de 40, de acordo com a sua posição em relação ao Território e a capital Macapá, e na segunda figura 21 um mapa isolado desse município.

⁹² Dados IBGE. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 09/09/2006.

Figura 20

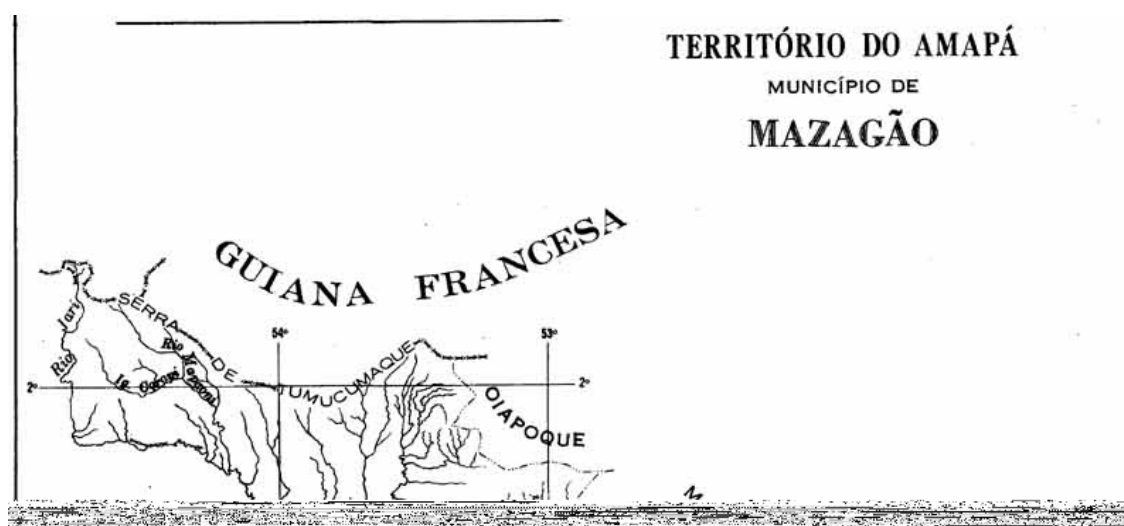
Mapa do município de Mazagão em relação ao Estado
e a capital, em 1943



Fonte: IBGE da década de 40

Figura 21

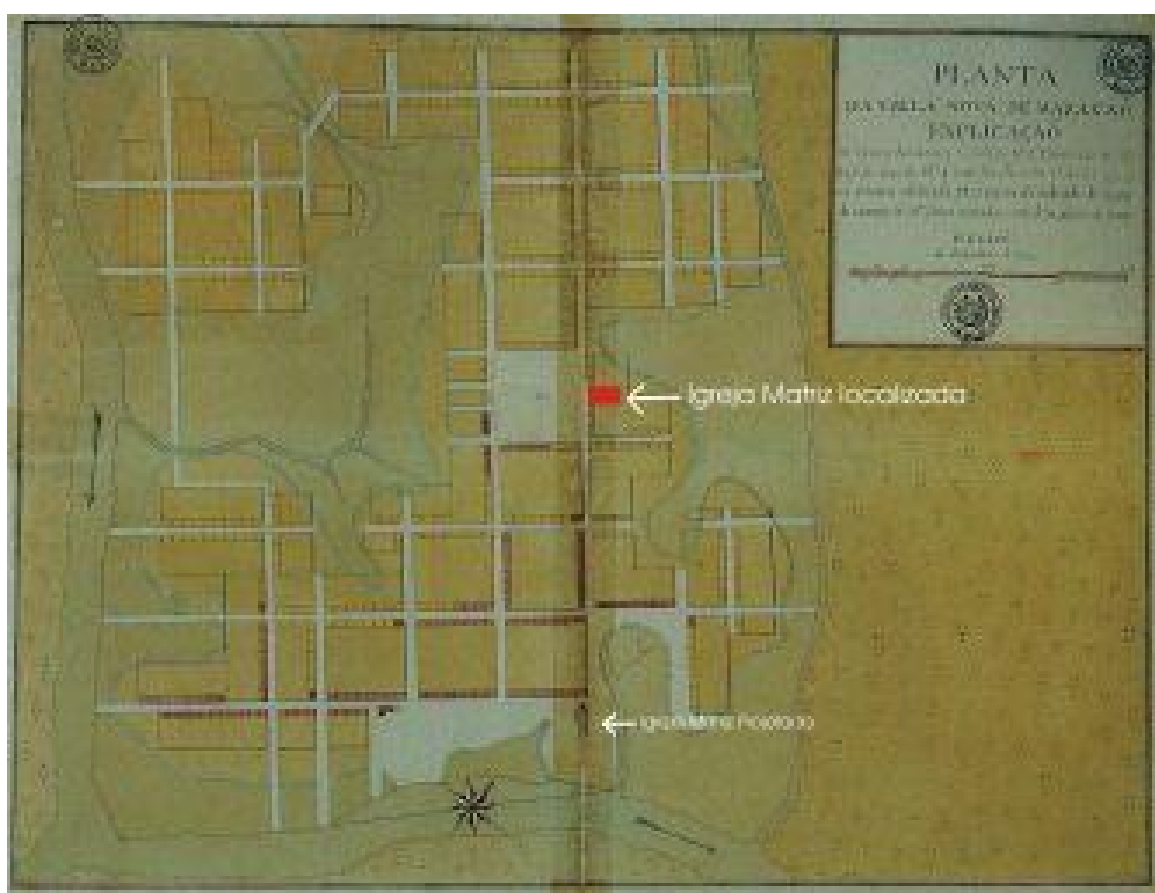
Mapa da extensão do Município de Mazagão em 1943



Fonte: IBGE da década de 40

Figura 22

Mapa da Planta da Construção de Mazagão no século XVIII



Fonte: Site da equipe do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco.
<http://www.magmarqueologia.pro.br/MazagaoVelho2.htm>- Acesso em 27/10/2006.

Na década de 40, Mazagão vivia uma fase de crescimento comercial. Mantinha intercâmbio comercial com as cidades de Macapá e Belém por meio de exportação de produtos extrativos e importação de gêneros alimentícios. A comunicação com outros municípios e localidades ocorria através de pequenas embarcações. Na sede da cidade, em 1944, havia uma pequena agência postal e uma linha regular de navegação mantida pelo Serviço de Transportes do Território do Amapá (SERTTA) (NUNES, 1946, p. 147. Relatório).

Na década de 40, existiam numerosos seringais nativos para exploração, o que fez o Instituto Agrônomo do Norte incluir no levantamento as terras do Jari como sendo as melhores terras da Amazônia para a plantação de seringais de alta produção. Antes da Segunda Guerra Mundial o município exportava grande quantidade de castanha-do-pará, mas perdeu mercado com a proibição da compra pelo governo dos Estados Unidos e a falta de transportes (NUNES, 1946, p. 147. Relatório).

Além da borracha, a comercialização de sementes oleaginosas, fibras de uacima, timbó, óleos de andiroba e copaíba e peles de animais silvestres também representavam fontes de receita para o município. Sua floresta estava quase intacta e era propícia à extração de madeira de lei de diversas espécies, de grande aceitação pelo mercado. A agricultura era de subsistência, mas insuficiente para o abastecimento local. O cultivo do arroz já representara uma grande receita para o município, mas na década de 40 era inexistente (NUNES, 1946, p. 147. Relatório).

Já em Macapá, a borracha silvestre era a principal fonte de receita. Produzia-se também a castanha, sementes oleaginosas, frutas diversas, farinha de mandioca, couros e peles de animais. A exportação de peixe salgado e seco constituía outra fonte de renda do município. A maior parte do pescado provinha do arquipélago do Bailique, região abundante em diversas espécies de peixes, principalmente da Gurijuba e Pirarucú. A região apresentava uma vasta floresta intocada, com uma variedade de árvores adequada à extração de madeiras de lei, como o acapu, a itaúba, a sucupira, a massaranduba, a cupiúba, dentre outras. Essas madeiras eram muito procuradas (NUNES, 1946, p. 143. Relatório).

Os vales dos rios Matapi, Fortaleza, Pedreira, Macacoari, Gurijuba e Araguaia eram propícios à pecuária, com boas pastagens que, com técnicas adequadas, poderiam ser bastante rentáveis para essa atividade. Poucos lugares da Amazônia apresentavam essa variedade de campos, associados aos terrenos de várzea e

terra firme, que independentemente da estação do ano conservavam a sua condição natural. No entanto, com a nova delimitação municipal em 1943, Macapá perdeu a região das ilhas que lhe davam mais de 50% da sua receita, onde havia mais de 50 casas que comercializavam esse de produto (NUNES, 1946, p. 143. Relatório).

No município de Amapá, início da década de 40, a principal fonte de receita era o extrativo animal. O couro de jacaré, o peixe seco ou de moura, o grude⁹³ da gurijuba, e as peles e couros de animais constituíam mais de 75% do total da exportação. Na região, a exploração da borracha não ocupava destaque na economia como nos outros municípios. A produção agrícola se resumia na fabricação de farinha de mandioca, insuficiente para o consumo interno. A atividade bovina estava em desenvolvimento em decorrência do crescimento da exportação para a Guiana Francesa, e da comercialização com a base aérea norte-americana. A extração da madeira era realizada apenas para o consumo interno, apesar da ocorrência de grande quantidade de espécies propícias para o comércio deste produto (NUNES, 1946, p. 149. Relatório).

Quando Janary chegou ao Amapá como governador territorial, em 1944, não haviam ocorrido novas incidências de aluviões auríferas, mas a atividade do garimpo ainda era intensa e continuava a alimentar o comércio dos rios Calçoene, Cassiporé e Oiapoque. No entanto, os problemas decorrentes da extração do minério de ouro permaneciam, e as dificuldade de escoamento do produto pelas terras brasileiras ainda era um grande obstáculo.

A realidade econômica descrita, na maioria, pelo relatório de governo territorial (1946), permite-nos localizar no Amapá do início dos anos 40, a permanência de uma elite com poder consolidado na região. Essa elite era proveniente das principais atividades econômicas e exercia o controle sobre a circulação de riquezas, assim como da sobrevivência de uma grande parcela da população⁹⁴.

Acerca dessa questão, cabe observar que as economias da borracha, da extração de castanha-do-pará e da madeira, possibilitaram o aparecimento de um grupo que exercia o domínio de uma grande extensão territorial, na qual ditavam a comercialização da produção e o abastecimento de produtos de primeira necessidade. Na parte sul do Território, nos municípios de Mazagão e Macapá, onde

⁹³ Matéria-prima que serve para produção de um tipo de cola.

⁹⁴ Boa parte desta população era de migrantes nordestinos que eram atraídos à região em busca de trabalho.

havia maior incidência da extração da borracha, prevalecia a política do grande latifúndio e das relações de trabalho semi-escravo. O economista amapaense Antonio Sergio Monteiro Filocreão (*Apud* MARTINS, 2006), realizou estudos que demonstram que

Todo o vale do Jari sofreu este processo de exploração por seringalistas vindos do Pará, de onde trouxeram parte da mão-de-obra, que se juntou aos amapaenses para desenvolver o extrativismo na região. Dessa forma, a Pancada do camaipi se insere no ciclo extrativista do sul do estado. A produção da região juntava-se à produção do vale do Jari, Maracá e Cajari, e transportada até os portos do Pará, de onde era escoada para as regiões sudeste do Brasil e/ou para o exterior (Europa), de onde o produto era exportado *in natura*. (FILOCREÃO, 2002, p. 118).

Já a economia do garimpo no município de Amapá acabou originando o aparecimento de pequenos grupos que eram vistos como “os donos do garimpo”. Os garimpeiros e faiscadores eram obrigados a seguir as regras impostas pelos que controlavam o abastecimento de mercadorias na região. Muitos trabalhadores não podiam deixar sua atividade, devido ao endividamento. As relações entre os mandatários da região e os trabalhadores do garimpo se assemelhavam bastante à realidade estabelecida nas regiões de exploração da borracha. Também podemos identificar uma camada de comerciantes beneficiados com a exportação de gado para as Guinas Francesa e Holandesa. Os que controlavam esse gênero alimentício não se preocupavam em investir na produção para o consumo interno, principalmente porque lucravam mais com a exportação.

Os regatões⁹⁵ propiciavam em todo território o enriquecimento de um grupo de comerciantes que dominava o abastecimento da região. A maior concentração desses comerciantes estava nos municípios de Mazagão e Amapá, nas fronteiras amapaenses.

Uma das principais ações do governo territorial visava desarticular os poderes locais institucionalizado nos municípios. Com a finalidade de enfraquecer o poder dos mandatários, foi criada a Comissão de Abastecimento do Território Federal do

⁹⁵ Comerciantes embarcados que possuem uma rede de fregueses, cujas embarcações cada vez menores penetram os altos rios em busca de clientes ainda mais humildes. Levavam as mercadorias para trocar por borracha, castanha, copaíba (cujo bálsamo era, então, a medicação por excelência das doenças venéreas, na Europa), sorva, balata, ucuquirana, peles e couros de animais silvestres. Muito freqüentemente, os regatões entravam em choque com o grande poder e o monopólio dos aviadores que “fechavam os rios”.

Amapá(CATFA), que atuou como regulador do suprimento dos principais núcleos da população, fixando preços, orientando os criadores de rebanhos afins de, obterem maiores rendimentos, suprimindo impostos e importando gêneros para estabelecer o tabelamento indireto da concorrência.

Para propor a $.084 T_c (r) T_j - 0.192 T_j^0 T(on) T_j^0 T_c (c) Tuendo tuoud 0.048 T_c (\tilde{a}o) 5 T_c ($

3.2- “Sanear, educar e povoar”

Após as viagens pelo Território, o governo territorial não modificou a visão que já existia anteriormente. A imagem construída sobre o Amapá que o considerava atrasado e isolado se confirmou. E não somente isso, foi reforçada e aprofundada, adquirindo solidez, pois se antes esses estudos eram de conotação genérica e superficial, realizados na maioria por visitantes, agora o Amapá estava sendo inventariado por alguém que pretendia estabelecer residência e modificar a realidade vigente. No início de 1946, as condições de vida em terras amapaenses eram consideradas preocupantes, uma vez que

permanecem em todo o Território, à espera de solução os mesmos problemas que aqui encontramos. Tudo ainda está por fazer, apesar de havermos empregado a totalidade de nossas forças para concretizar o ideal do Amapá rico e feliz, integrado na civilização brasileira (NUNES, 1946, p. 8. Relatório).

A intenção do governador territorial ao inventariar o Amapá foi demonstrar que o quadro era desolador, mas, com a atuação do poder público poderia ser transformado. No relatório de 1946, os problemas foram tratados de acordo com 6 itens: estado sanitário, educação, transportes, comunicações telegráficas, obras públicas e energia elétrica, e economia.

Com relação ao estado sanitário, o quadro que foi descrito mostrou total ausência de infra-estrutura básica, agravada por hábitos culturais considerados promíscuos, que refletiam de forma negativa na educação dos filhos.

A quase totalidade da população sofre de endemias tropicais, principalmente de Malária e verminose. (...) Só existe um médico para todo o Território. (...) A cidade de Mazagão e a Vila de Mazagão, que foram prósperas no passado, apresentam um aspecto desolador: tôda a população doente. A mesma coisa se vê nas casas isoladas e pequenos povoados do Interior. A alimentação geral do povo precisa ser transformada. A refeição em geral é o “cafezinho” com farinha pela manhã; carne salgada, pirarucú ou jabá fervido na água e sal, com farinha no almoço; pouco diferindo o jantar, quando há. As casas de residências são miseráveis. No interior é hábito o quarto em comum, vivendo em promiscuidade sexual pais e filhos. Não há “privadas”. (...) E estas consistem no clássico buraco tendo um caixão de madeira ou duas táboas na boca. Em Macapá, capital do Território, nenhuma casa possuía instalações sanitárias higiênicas, dispondo de fossa biológica. (...) Com exceção das construções dos norte-americanos, da Pinar, do Exército Brasileiro e de uma casa particular no Oiapoque, nenhuma residência do Território poderia ser escolhida para habitação de famílias acostumadas com relativo conforto (NUNES, 1946, p. 8. Relatório).

No relatório, a educação foi examinada como problema mais urgente a ser enfrentado.

Estava em completo abandono, sem nunca ter sido eficiente. Para a população de 25.000 almas de Território apenas existem 7 escolas, aliais, péssimas, instaladas em casas e barracas em ruínas (...) E a consequência disto é a maioria absoluta dos habitantes analfabeta. Nas folhas de pagamento de trabalhadores a assinatura geral é a datiloscópica de dedo polegar (NUNES, 1946, p. 6. Relatório).

Janary Nunes sintetizou da seguinte forma as condições de transportes, comunicações telegráficas, eletricidade e economia:

A situação é precária. A região possui apenas uma viagem regular por mês, feita por um navio dos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Pôrto do Pará (SNAPP). (...) A FAB enviava semanalmente um pequeno avião-correio até Caiena. Viaja sempre superlotado de remédios e correspondências.(...) Faltam estradas interioranas entre os núcleos de população. As estradas são os rios. (...) Só funciona a estação dos Correios e Telégrafos em Clevelândia no Oiapoque. (...) Gôverno e população estão ilhados.(...) Não há uma cidade ou villa que tenha possua luz elétrica, água encanada, esgôtos, ou serviço público necessário à “higiene” e ao “progresso”. As safras locais de gêneros de primeira necessidade são ridículas, não chegando para o consumo interno (NUNES, 1946, p. 6. Relatório).

Para colocar em prática as principais ações do governo territorial no sentido de modificar a realidade encontrada, projetou-se um plano de desenvolvimento assentado no discurso de progresso e civilização defendido pelo governo varguista.

Nas terras do Território de Ponta Porã, em 27 de janeiro de 1944, Getúlio Vargas discursou sobre o programa de organização e desenvolvimento dos Territórios Federais, que “resumia-se em poucas palavras: sanear, educar e povoar”. A medida visava o fortalecimento político e econômico das zonas fronteiriças e pouco povoadas, incentivando a ocupação pelo trabalho produtivo. Isso seria possível através de investimentos nas três áreas: saneamento, educação e colonização. Vargas definiu como seria a atuação em cada uma delas.

SANEAR – criar centros de puericultura e de educação sanitária; orientar e acudir realmente, por uma assistência social desvelada e completa, aos núcleos esparsos de população.

EDUCAR – criar escolas, não só para alfabetizar, como para despertar o interêsse pelo trabalho da terra, estabelecendo o ensino profissional necessário à aprendizagem das pequenas indústrias e do artesanato; enfim

valorizar o esforço dos habitantes dessas regiões, tornando-o remunerativo e formando cidadãos conscientes dos seus direitos e dos seus deveres para com a Pátria.

POVOAR – colonizar, distribuir a brasileiros as terras incultas, de modo a gerar núcleos compactos e ativos que sejam sentinelas avançadas da Nação; construindo estradas de ferro e de rodagem, estabelecendo linhas aéreas de transportes, telégrafos e telefones, teremos ligado regiões (VARGAS, vol. X, p.270).

No Amapá, o discurso nacional com relação aos Territórios Federais era reproduzido em nível local. O programa de governo da administração janarista se assentava nas três áreas acima que Vargas havia definido. Porém, cabe destamar

economia agrícola, pois nos estabelecimentos municipais, exigia-se o funcionamento de “campos de horticultura, sob a direção de técnicos rurais para a plantação de gênero de 1ª necessidade, capazes de melhorar a alimentação e onde possam ser aprendidos processos avançados de cultura agrícola”. Esses campos de hortaliças deveriam ser feitos pelos próprios alunos nas escolas, como atividade obrigatória. Também, davam-se orientações para que os professores incentivassem os alunos a cultivarem em casa plantações de leguminosas e frutas.

No ensino profissionalizante, o governo pretendia implantar uma escola *profissional* e outra *doméstica* no município de Macapá. No primeiro momento o projeto foi adiado por falta de verba, para ser executado no ano de 1946. A escola profissional se destinava à educação masculina, objetivando, além da oferta do curso primário, o ensino de profissões consideradas essenciais ao futuro da região, especializando os alunos como horticultores, carpinteiros, alfaiates, sapateiros, pedreiros e oleiros. As escolas domésticas seriam destinadas à educação feminina, e assim como as profissionais, atuariam na formação primária e profissional, como: corte e costura, culinária, lavagem e gomagem de roupa, horticultura, noções de enfermagem e economia doméstica. Todos os dois estabelecimentos funcionavam em regime de internatos.

Em de 1946, foi inaugurada a primeira escola técnica profissional, no município de Macapá, para jovens, com aulas noturnas. Ensinavam-se as matérias de português, aritmética, álgebra, geometria, elementos de trigonometria, eletricidade, topografia, física e motores.

Junto a cada escola, o governo propunha o funcionamento de cooperativas de produção e consumo, para que se divulgassem o espírito e a técnica de cooperativas. Durante os cursos de férias os professores eram instruídos sobre a organização e administração (NUNES, 1946, p. 36. Relatório). A criação da cooperativa de consumo visava instruir, não só os trabalhadores da educação, mas de todas as áreas, sobre como deveriam administrar seus salários e se livrar dos intermediários, além de promover uma política de tabelamento de preços.

Quem estiver prêso a gaveta do mercieiro, do lojista, do proprietário da casa de residência; do banqueiro, não pode escolher qualidade nem discutir preços.

Como os governantes podem libertar o consumidor? Distribuindo dinheiro aos devedores para saldarem as suas contas? Acabando com os proprietários, mercieiros e banqueiros? Não.

Conscientemente uma solução capaz de operar esta libertação: transformar o consumidor em intermediário de si próprio, organizado-os em cooperativas de consumo (AMAPÁ, de 30 mar. 1946).

As cooperativas visavam transformar o consumidor “a um só tempo, vendedor e comprador. Preço, pêso, medida de qualidade não serão mais o terror das donas de casa. Não se pode furtar a si mesmo” (AMAPÁ, 30 mar. 1946). Com efeito, os recursos para a manutenção dessas cooperativas viriam de cada cooperado e de financiamento previsto em lei, com a assistência técnica ofertada pelo governo territorial.

Em linhas gerais, a alfabetização era apenas o começo para a aquisição de informações e hábitos que o conduziriam a outros. Ensinar a ler e escrever era, tão-somente, uma das muitas finalidades da escola, que deveria intervir em todos os setores de atividade.

Divulgando as regras higiênicas e sanitárias e criando a mística do caboclo sadio para combater o conformismo à doença; executando processos novos de cultura da terra, de assistência à criação; de organização administrativa e social; lutando como o nomadismo, a casa miserável, família sem tradição, o pauperismo; pregando a fixação ao solo e exemplificando com fatos a possibilidade de ser feliz na cidade ou no interior; propagando o dever de satisfazer os compromissos comerciais, o instituto da economia e o amor ao trabalho; ensinando a alimentação, o vestuário, o exercício, a alegria, o conforto à criança, inculcando em cada indivíduo a noção de que pertence à coletividade brasileira; difundindo as diretrizes da geopolítica nacional de forma simples e acessível, para que se tornem cogitação popular; plasmando ânsia de melhorar seu corpo, sua família, sua pátria (NUNES, 1946, p. 34. Relatório).

Contudo, a prioridade dada à educação, decorria do fato de o governo territorial verificar que, somente através da preparação das novas gerações, poderia transformar o Amapá no ideal de civilização pretendido. O analfabetismo representava a permanência de um modo de vida que era negado e o entrave para a obtenção de uma sociedade avançada, desenvolvida e próspera.

De acordo com relatório de 1946,

Nas regiões onde a ignorância predomina, quer a que impede o homem de ler livros, jornais e cartazes, por analfabetos, a que não deixa ouvir diariamente preleções pelos rádios receptores, porque não só a miséria generaliza não permite a aquisição em número razoável, como também o espírito conservador arraigado despreza a inovação como luxo de gente rica, quer a que se escuda na desculpa do passado_ ‘se meus pais e avós

foram assim, porque vou eu aspirar ser diferente?’ _ a educação terá de constituir fator preponderante, adotando as formas mais intensas e variadas para a conquista de aperfeiçoamento (NUNES, 1946, p. 34. Relatório).

Em todas as escolas da rede pública, deveria funcionar um campo de esportes para a execução de jogos e exercícios físicos. No *AMAPÁ*, a publicação de reportagens de orientações para a prática de exercícios físicos era constante. No dia 16 de junho de 1945, foi publicada a matéria “*Cultura Física: Ginástica de Conservação*”, do Tenente J. R. Wernz, um dos professores de educação física do Território. O artigo direcionado aos adultos, discorria sobre a dificuldade em se praticar exercícios físicos depois dos 35 aos 40 anos.

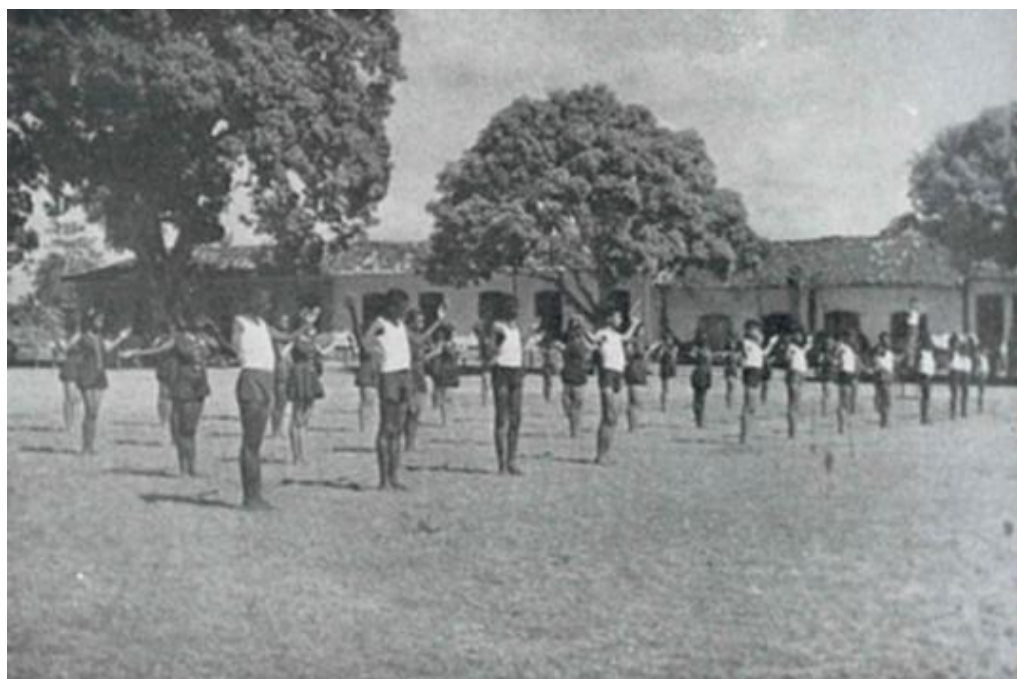
O professor de Educação Física deve aconselhar aos que atingem esta idade, a que chamamos madura a desprezar a inatividade, demonstrando que o mau funcionamento dos órgãos vitais, é infinitamente mais grave no indivíduo adulto, onde as perturbações de nutrição são bem mais duráveis; a falta de exercícios cria modificações profundas, irremediáveis, mesmo doença (diátese, obesidade, gota, reumatismo, diabetes, etc.).

Vale ressaltar que “a política educacional desse período, em especial a do Estado Novo, precisa ser entendida como integrando um conjunto bem maior de políticas públicas dirigidas às áreas social e cultural” (GOMES, 1993, p. 10). Em suma, a educação era o caminho para se atingir as transformações culturais desejadas para a implantação de uma sociedade fundada no progresso e no crescimento econômico. Para tanto, o governo considerava que o “interesse pela Educação no mais amplo conceito”, não poderia ser somente tarefa do Departamento de Educação, mas de todos os órgãos administrativos, em especial, o do Departamento de Saúde, Produção e do Serviço de Informações.

Abaixo uma fotografia de aulas de educação física, ministradas nas escolas de forma separada, de acordo com o sexo.

Figura 23

Aulas de educação física do Grupo Escolar de Macapá,
na década de 40, de acordo com o sexo.



Fonte: Relatório de Governo do Território de 1946

O estado sanitário era o aspecto que o governo considerava mais grave e que exigia ações imediatas, “sem saúde o homem não pode ser feliz” (NUNES, 1946. Relatório). Com a criação do Departamento de Saúde, foi apresentado ao Governo Federal um plano de organização administrativa, no final de 1944, que previa construções de prédios hospitalares na capital do Território. Nos demais municípios, foram sugeridos a criação de postos de saúde para atendimento ao público. As primeiras medidas efetivas desse departamento, priorizaram a realização de inquéritos, estudos e pesquisas sobre as condições sanitárias e a vida do Território, bem como o exercício de uma política sanitária direcionada a propagar preceitos de higiene e da medicina preventiva entre a população.

O quadro descrito no relatório de 1946, feito com base no inventário, demonstrou que a saúde pública em todo o Território era precária, quase inexistente. A política sanitarista territorial começou a ser desenvolvida em maio de 1944, tendo como apoio o Serviço Especial de Saúde Pública para a Amazônia (SESP), com a “chegada do Diretor, três médicos, e quatro guardas medicadores”. No entanto, “qualquer que fosse a dedicação e a competência desses profissionais, eram-lhes absolutamente impossível conseguir o mínimo satisfatório de resultados eficientes” (NUNES. 1946, p. 79, Relatório).

Segundo o diretor do Departamento de Saúde, Dr. Pedro Lago da Costa Borges, ao iniciar as atividades do setor, existiam os seguintes serviços médicos:

Do SESP, dirigido por médico, em Macapá; nas cidades de Amapá e Mazagão e nas vilas de Firmino e Espírito Santo, orientados por guardas; do Exército de Clevelândia e na Base área do Amapá, chefiados por médicos; estas duas localidades dispunham de enfermarias para o internamento de urgência, ambas deixando muito a desejar” (BORGES, Pedro. In: NUNES. Relatório, 1946, p.79).

Havia o direcionamento ao controle de natalidade, objetivando garantir o aumento populacional. Num primeiro plano, pretendia-se eliminar as parteiras da sede municipal de Macapá. Pedro Lago da Costa Borges, assim se referiu às senhoras que realizavam os partos diante da ausência de um serviço público de saúde:

Estão fichadas as ‘curiosas’ da cidade, que têm atividades controladas pelo Departamento. São 3 pobres velhas, uma quase centenária, **ignorantes e sujas**, tão generosas na intenção quanto perniciosas na conduta. Não foram nem serão constrangidas; mais atraídas, examinadas, aconselhadas e tornadas

colaboradoras do serviço de enviou de gestantes (BORGES. In: NUNES, 1946, p. 85. Relatório) (grifo nosso).

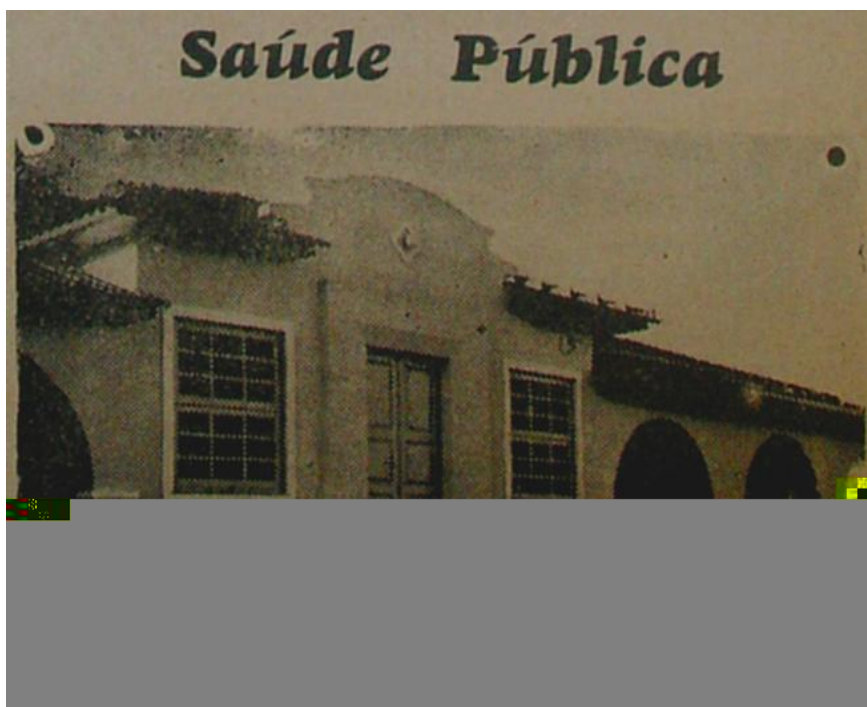
Apesar da orientação nacional para criação imediata nos Territórios de centros de puericultura, somente em outubro de 1945 foi criado o primeiro posto de atendimento para este fim, com o objetivo de dotar as mães de “conhecimentos dos preceitos de métodos higiênicos e alimentares, de que carecem para que seus filhos se tornem sadios e fortes, eliminando os processos rotineiros e prejudiciais, tão comumente usados” (AMAPÁ, 06 out. 1945).

Nos documentos oficiais enviados ao Ministério da Saúde e Presidência da República, evidenciou-se a dificuldade em colocar em prática as metas sugeridas em decorrências da falta dos investimentos necessários. O hospital geral e os postos médicos foram instalados, mas funcionavam, até a conclusão do relatório, final de 1945, em condições não satisfatórias para as necessidades locais.

Abaixo uma imagem divulgada pelo jornal *Amapá* que mostra um dos postos médicos construídos pelo governo territorial. Na parte inferior da fotografia havia os seguintes dizeres: “*O moderno Pôsto Médico da cidade de Amapá, possuindo toda a aparelhagem necessária*”.

Figura 24

Posto Médico construído no município de Amapá



Fonte: AMAPÁ, 29 set. 1951.

Em decorrência do limitado recurso financeiro que o Governo Federal aplicava no Território, acabava-se por priorizar os principais centros de povoamento em detrimento dos pequenos e mais distantes povoados. Isso implicava em exclusão de uma considerável parcela da população.

Encontramos entre os documentos oficiais informativos sobre as atividades do setor, o seguinte texto:

Tanto o pessoal quanto o material foram previstos, levando-se em consideração as reduzidas verbas com que o Governo contou para iniciar a transformação do Amapá em todos os setores. No futuro esse plano exigirá uma revisão para ser convenientemente ampliado. A estrutura porém que aí fica é definitiva para a época atual (NUNES, 1946, p. 178. Relatório).

Nos primeiros dois anos, as obras de engenharia sanitária só tiveram investimentos financeiros nos núcleos de população considerados mais importantes. A prioridade sanitária do governador territorial ficou limitada a reduzidas ações. O desejo de transformar a realidade das populações amazônicas através da educação sanitária ficou relegado a segundo plano, à espera de recursos.

O governo detectou que não dispunha, em curto prazo, de serviço especializado e condições materiais para o tratamento de doenças graves. Então, passou a remover todos os casos mais graves para a capital paraense. Para os casos mais urgentes, como hanseníases, foi assinado um convênio com o Departamento Geral de Saúde Pública do Estado do Pará, no valor de Cr\$ 2.000,00 anuais, “per capita”, objetivando solucionar em médio prazo a situação dos doentes hansenianos (NUNES, 1946, p. 80-81. Relatório).

No que diz respeito ao saneamento dos municípios, o relatório do governo de 1946, apenas mencionou que era um problema preocupante, levando em conta o estado sanitário deficiente, mas não apresentou proposta para equacionar o setor. Para o abastecimento de água, havia uma previsão da construção de um sistema de distribuição de água para cada sede urbana dos municípios, com entrega prevista para o ano de 1946.

Por fim, o incentivo ao povoamento como sinônimo de colonização nas regiões isoladas e pouco povoadas, ocorreu no Amapá, através do Departamento de Terras e Colonização, Geografia e Estatística, que tinha como finalidade o “levantamento de terras do Território, a confecção de mapas geográficos, e levantamento e síntese

estatísticas” e a promoção de uma “melhor utilização da terra e o encaminhamento de colonos para núcleos de interior” (NUNES, 1946, p. 111. Relatório).

A questão da distribuição da terra foi assim tratada por Janary Nunes:

Assumindo o Governo do Território verifiquei que as pessoas que me procuravam para fazer reclamações, cêrca de 80% traziam questões de terras. Ora eram queixas contra a decisão de autoridades judiciárias e administrativas, ora divergências por limites desrespeitados, ora clamores pela apropriação praticada por patrões no inventário de falecimento dos seus freguêses e até mesmo pela concessão oficial do mesmo trecho de gleba a mais de um requerente.

A solução do problema de distribuição de terras tem vital importância no futuro do Amapá. (NUNES, 1946, p. 111. Relatório). (grifo nosso)

O governador territorial detectou que apesar do seu despovoamento, a maioria das áreas situadas ao longo das margens dos rios e igarapés já possuía donos, estando sob o domínio de pseudo-proprietários, “cada comerciante instalado na embocadura de um curso d’água vai estendendo a mão sôbre as pessoas da redondeza, caminhando no rumo das cabeceiras e estabelecendo o monopólio sôbre os produtos vicinais” (NUNES, 1946, p. 111. Relatório). Essa realidade transparecia a ausência de uma política de distribuição de terras para a região.

Uma das medidas anunciadas pelo relatório de 1946 foi o levantamento de todas as áreas concedidas e devolutas para organizar um cadastro rural que permitisse o conhecimento exato das possibilidades de colonização e trabalho no Território. Para a realização desse levantamento, organizou-se uma comissão incumbida de examinar toda a documentação referente às terras que constituíam o Território do Amapá e as que pertenciam ao Estado do Pará. Essa comissão esteve sob a direção do Departamento de Obras, Terras e Viação paraense. Para isso, foi separada dos arquivos desse departamento, toda a documentação referente ao município do Amapá, e de partes dos municípios de Macapá, Mazagão e Almeirim que antes da criação dos Territórios, estavam sob a tutela do Pará.

Uma das primeiras ações de urbanização, dizia respeito à transferência da capital do Território do município de Amapá para o município de Macapá. Como justificativa para a execução da mudança, o governo alegou dificuldades de acesso aos demais municípios e ao Estado mais próximo, o Pará (NUNES, 1946, p. 143. Relatório).

Como todos os municípios apresentavam essa mesma dificuldade estrutural, é possível identificar razões de ordem política que influenciaram tal decisão. Apesar do município de Amapá estar situado em área fronteiriça e de sediar a única base área militar na região (fatores decisivos para que os técnicos da redivisão territorial (IBGE) indicassem a região a capital do Território), apresentava problemas de ocupação clandestina. Essa realidade poderia ocasionar grandes problemas, o que levou Janary Nunes, logo que chegou, e por conhecer bem a região, a transferir a capital para o município de Macapá, no local onde residia o maior núcleo populacional de negros.

Janary Nunes escolheu essa área por considerar a mais desenvolvida para a construção dos prédios públicos. Para tanto, negociou com o líder da comunidade, Julião Ramos, a transferência da população negra para uma área mais afastada do centro da cidade, denominada “Campos do Laguinho”⁹⁶, onde mandou construir casas para abrigá-los⁹⁷. Este momento da história do Amapá ficou registrado nos versos do marabaixo.

Aonde tu vai rapas
 Por esses campos sosinho (BIS)
 Vou construir minha casa
 Lá nos campos do Laguinho (BIS)

A Avenida Getúlio Vargas (BIS)
 Tá ficando é um primor
 Essas casas foram feitas (BIS)
 P'ra só morá os douto⁹⁸

Os maiores investimentos no setor urbanístico eram feitos na capital, com a construção de prédios do governo territorial e residências para os funcionários públicos. Essas obras objetivavam transformar Macapá na cidade adequada para

⁹⁶O local se chamava campos do laguinho porque tinha suas terras cercadas por lagoas. Daí decorreu o nome do novo bairro: laguinho.

⁹⁷ Ler: BARROS, Paulo Tarso. **Algumas do seu Paulino**. Fonte: Disponível em <<http://www.correianeto.com.br.htm>> acesso em 22/10/2006.

⁹⁸ PEREIRA, Nunes. 1951, p. 96.

recepcionar as pessoas que eram trazidas de outros Estados, a maior parte vindas do Pará, para trabalhar no serviço público, principalmente, nas chefias de departamentos e em cargos estratégicos.

Macapá vivenciava um surto populacional com a vinda de funcionários, que traziam suas famílias para residir na capital. Segundo os dados do relatório (1946, p. 113), a população macapaense de 1286 habitantes, em janeiro de 1944, passou para 2.800 habitantes, em dezembro deste mesmo ano. De forma a justificar a vinda dessas pessoas Janary afirmou: “a presença das famílias é indispensável na nova terra para que a sociedade surja moralizada” (NUNES, 1946, p. 111. Relatório).

No lugar das antigas residências foram construídas: o edifício da residência governamental, o Hotel Macapá, primeiro hotel da cidade, o conjunto de 35 casas residenciais da Vila “Presidente Vargas”, as ampliações e adaptações dos prédios dos funcionários dos Departamentos de Saúde e de Segurança, da Agência do Banco do Brasil, Grupo Escolar de Macapá, do Cine-Teatro e de abrigos para operários (NUNES, 1946, p. 98. Relatório).

Para justificar a construção da residência do governo territorial, um dos primeiros prédios erguidos, Janary Nunes argumentou que

Há de parecer egoísmo o haver sido construída imediatamente a residência governamental, apesar da verba inicial ter sido destinada para a “instalação da administração”. Mas justifico, e se tivesse de começar de novo não mudaria de plano.

O Território do Amapá sempre viveu abandonado(...)

A presença das famílias é indispensável na nova terra para que a sociedade seja moralizada e digna. A construção da residência do Governador virá eliminar no futuro a “desculpa” da ausência de Macapá por falta de conforto. Não se trata de um palácio. Mas pode compara-se às boas moradias de qualquer capital (NUNES, 1946, p. 99. Relatório).

Abaixo fotografias que mostram alguns dos principais prédios em fase de construção entre os anos de 1944-45.

Figura 25

Construção de prédios de alvenarias destinados à moradia de funcionários da elite administrativa do Território

**Figura 26**

Hotel de Macapá, construído pelo governo territorial para atender a demanda de visitantes ao Território



Fonte: Relatório de Governo do Território de 1946

Figura 27

Residência Governamental construída em 1944

**Figura 28**

Detalhes internos da residência governamental em 1944



Fonte: Relatório de Governo do Território de 1946

No Plano de Fomentação a Colonização, além das casas e dos alojamentos para abrigar os funcionários públicos e suas famílias, foi criada, em área desabitada, rica em minério de ferro, o Núcleo Colonial Federal de Porto Grande e a Colônia de Ferreira Gomes. O objetivo era assegurar o povoamento na região para justificar a construção da estrada rodoviária que ligaria Macapá a Clevelândia. Essa medida garantiria o acesso fronteiriço e o escoamento do manganês.

O tripé (educar, sanear e povoar) se sustentava na disseminação do sentimento de nacionalidade, de pertencimento ao Brasil, sem o qual seria impossível o recrutamento das populações destes Territórios. Por trás do discurso de atraso, miséria, isolamento, havia a clareza da inexistência do “brasileiro” entres as populações das regiões dos Territórios Federais.

3.3- A mística do Amapá

A mística do Amapá é o ideal de tornar o Território uma das regiões mais ricas e felizes do Brasil. Ela não tem dono, nem autor. Não pertence a um grupo, a uma seita, a um partido. Existe na alma do povo, palpita no coração de todos os que crêem na beleza de seu futuro.

Como nasceu essa mística? Fruto do amor, através da história, daqueles que se apaixonaram pela terra. Cada sonho, cada esperança, cada luta, vividos para torná-la mais próspera, emprestaram-lhe força e brilho. Ela resume os anseios mais nobres de quantos batalharam para integrar o Amapá na Pátria Brasileira.

(...) O Amapá fascina. E por isso possui a sua mística. Não há ninguém que penetrando suas fronteiras, _ desde as margens dos rios até as fraldas do mássico das Guianas, desde os lagos onde navegam, ao sabor dos ventos, ilhas flutuantes, até os campos intermináveis nos quais a vista abarca plenamente a amplidão, desde os que laçam a linha nas águas para apanhar os peixes variados e saborosos, até os garimpeiros que revolvem o solo á cata de minérios, desde os que galopam para reunir o gado, entre as revoadas das aves coloridas, até os suam para semear o chão fecundo e colher as seares, os que calejam as mãos nos remos para vencer as distâncias, os que se esforçam para erguer casas ou construir obras de interesse coletivo, os que gastam o cérebro para solucionar seus problemas_ não há ninguém que não sinta essa fascinação que se irradia do ambiente e não termina cativo do seu destino.

(...) A mística do Amapá é eterna. Foi acalentada no passado, quando as esperanças pareciam fadadas a morrer, à mingua de recursos. Assim mesmo nunca sucumbiu , animando nossos antepassados na marcha para a vitória. Vibra no presente, através da vontade criadora de explorar as matérias-primas e de eliminar duma vez os conceitos de insalubridade e impotência que lhe assacaram injustamente, lançando também os alicerces indestrutíveis do seu progresso. Há de se fulgurar ainda mais no porvir, como brilho do sol, pela brilhante viril das gerações novas, que se preparam adequadamente para transformar o meio, garantir a permanência dos esforços atuais e promover a felicidade geral.

(...) para fazer em breve do seu Território um vigoroso Estado da Federação Brasileira.

Avante, pois amigos! O futuro tem um lugar de destaque à espera do Amapá, terra onde tudo começa. E vós o conquistareis."

(Trecho extraído do texto: NUNES, Janary. **A Mística do Amapá**.

In: Confiança no Amapá: Impressões sobre o Território. 1962. Introdução)

No texto acima, “a mística do Amapá” é apresentada como o despertar da potencialidade de uma terra adormecida, cheia de riquezas a espera de alguém que a colocasse em perfeita harmonia com o progresso. O aparecimento da mística seria, portanto, o nascimento de uma nova era para a região, baseado em uma doutrina filosófica que defendia o “amor à terra, de ânsia de progresso, de um pensamento aplicado em função do futuro de arraigado apêgo ao presente como resultado do conhecimento enriquecido pela selva das tradições locais”⁹⁹. Janary Nunes se colocava como o homem capaz de conduzir o enriquecimento do Amapá, tirando da própria região as condições necessárias para o seu desenvolvimento.

Estava em evidência um projeto que pretendia transformar o território amapaense, considerado um lugar decadente e atrasado, em um espaço desenvolvido e moderno, tendo como referência os padrões das principais cidades do Brasil, e assim promover sua integração ao restante do país.

As caminhadas que realizais no rumo do interior irão dar como resultado o sentimento completo, integral, da vida do nosso país, até aonde permanecem puras as raízes espirituais de nosso povo. Ainda não chegou às zonas rurais a contaminação das Metrópoles, a mentalidade de que os fins, justificam os meios e o gosto requintado pelo conforto (NUNES, Janary. **Precisamos de Tudo**. In: *AMAPÁ*, 02 ago.1947).

No entanto, a referência era externa, mas se pretendia chegar a esse ideal de Território através do aproveitamento das próprias riquezas regionais e do trabalho produtivo desenvolvido pelas populações locais.

O programa do Governo tem sido dirigido sempre no sentido de fomentar o aproveitamento da riqueza, buscando alevantamento econômico e social de nosso povo. É uma imposição imediata levantar o nível de vida desta gente (NUNES, Janary. **Precisamos de Tudo**. In: *AMAPÁ*, 02 ago.1947).

No início de 1944, quando da implantação do governo territorial, as populações amapaenses, principalmente das áreas interioranas, encontravam-se alheias à realidade política do país. Segundo Ângela de Casto de Gomes, “ser cidadão” para o Estado Novo era estar integrado à vida política da nação, para tanto este deveria ter

⁹⁹ Definição da mística do Amapá em: LIMA, José Maria de. *Janary construiu a mais bela civilização no trópico amazônico*. In: NUNES, 1962, p.11.

um trabalho condizente à estrutura econômica do país; ter uma carteira de trabalho, e assim poder usufruir os benefícios jurídicos; e acima de tudo, do ponto de vista moral, sentir-se com o dever cumprido *“Pobre, mas trabalhador, isto é, um cidadão digno dentro do Estado nacional”* (Gomes, 1994).

Esse ideal de cidadão/trabalhador, no Amapá de antes de 1943, estava distante de ocorrer. Grande parte da população não fazia parte da totalidade dos trabalhadores brasileiros que contribuíam economicamente com país, não exerciam uma função produtiva que se enquadrasse juridicamente à CLT, tampouco, compreendiam o trabalho como um dever/direito.

Janary ressaltou, no relatório de 1946, que a maneira como se vivia na região não atendia aos padrões “modernos de desenvolvimento”.

A simples vista do quadro acima, feito por estimativa, mostra a dispersão do homem pelo interior, onde vive na maioria isolado em casas miseráveis, na zona de influências dos “barracões”, ou casas de comércio que transacionam as matérias primas que aquele extrai da natureza (NUNES, 1946, p. 07. Relatório).

Por trás do discurso do progresso, pretendia-se promover nessas regiões a integração de suas populações aos interesses do capital nacional. Como uma população que desconhecia os hábitos modernos do capitalismo industrial, promovidos pelo poder central, poderia reconhecer-se brasileira? A distância que separava as populações do Território não era decorrente somente da geografia, residia, sobretudo, nos costumes de quem não reconhecia no Estado seu protetor e promotor dos benefícios oriundos do capitalismo moderno.

A “mística do Amapá”, no tempo que há de vir, consistia no desenvolvimento das potencialidades de uma região que concentrava grandes riquezas naturais inexploradas, aliada à recuperação do capital humano. Sem este último, que sofria de doenças de todo gênero, este Território continuaria fadado ao abandono e ao atraso.

Em *“A melhor fortuna territorial”*, Janary defendeu a idéia da valorização do homem amazônico como elemento imprescindível para desenvolver o Amapá. Segundo o governador, quando se fazia referência aos novos Territórios, o homem era ofuscado pela grandeza da natureza, “a riqueza impressiona mais do que o

homem. O caboclo foi sempre humilde, calado, quieto...”(NUNES, Janary. *AMAPÁ*, 03 ago. 1946). Esse desprestígio do “caboclo” decorria da sua própria origem.

Só quem o vê na rêde tremendo de frios aos dez dias de nascido, e o acompanha crescendo com a cultura permanentemente em seu sangue do plasmodium vivax, do falsiparum, devorado pelos vermes habitado ao trabalho antes de entrever qualquer brinquedo, prematuro no sexo como no sofrimento, pode considerar o vigor dessê sêr que venceu tremendas batalhas interiores (NUNES, Janary. *AMAPÁ*, 03 ago. 1946).

Exaltava-se a vitalidade do caboclo como “a maior fortuna territorial”, mas ao mesmo tempo era negado seu modo de vida, visto como decadente e calamitoso.

O primeiro número do *AMAPÁ* trazia outra crônica intitulada “**Cabôclo**”, em que Janary tentava desconstruir a imagem do homem amazônico como um “fraco, indolente, preguiçoso, mole, sem vontade”, alguém que desprezava o trabalho, o conforto e a família: “verdade que sempre escutei um desmentido veemente e apaixonado na opinião do meu pai, que o considerava um titã” (*AMAPÁ*, 19 mar. 1945).

Para o governador territorial era “preciso conhecer êste homem que mora isolado entre a água e a floresta na beira do Amazonas e seus afluentes”. A dura realidade, a qual estava exposto, o transformava em um ser resistente e corajoso, capaz de desenvolver as tarefas mais difíceis e braçais.

São “heróis” os que voltam do campo de batalha, depois de alguns meses de luta. Que título se dará a quem venceu o combate travado cotidianamente para sobreviver, ferido mil vezes não por armas limpas: mas por espinhos, escorpiões, marimbondos, arraias, pedras, cobras, insetos e micróbios? (NUNES, Janary. *AMAPÁ*, 19 mar. 1945).

Assim, considerava que a dureza da vida o transformava em um homem com qualidades fundamentais para trabalhar pelo progresso do país: “O CABOCLO tráz em si uma fortaleza incontestável: o ESPÍRITO NACIONAL” (*AMAPÁ*, 19 mar. 1945). No entanto, para que se desenvolvesse esse “espírito nacional” necessitava ser moldado, recebendo saúde e educação.

Vamos em frente CABOCLO! O Brasil precisa de ti. Viveste até hoje? A morte não te vencerá mais! Entrega as veias, recebe o sangue novo. Escuta a idéia nova. Podes continuar sorrindo desconfiado...Mas caminha conosco que a nossa trilha só tem um destino_ e êsse DESTINO *tu mesmo dirás ao mundo do porvir qual é* (NUNES, Janary. In: *AMAPÁ*, 19 mar. 1945).

O discurso da valorização do homem amazônico era difundindo para além da fronteira territorial. Nacionalmente, o período do governo Janary foi o momento que se defendia esse princípio, ainda que de forma vaga: “Valorizar a Amazônia, deve significar valorizar o homem que trabalha na Amazônia, permitindo-lhes vida de níveis econômicos e culturais mais altos e complementar com os recursos do Vale a economia do Brasil e do mundo” (*AMAPÁ*, 24 nov. 1951).¹⁰⁰ Para os técnicos que participavam da condução dos rumos da política nacional para a Amazônia, o trabalho de valorização do homem amazônico “deveria iniciar-se pelo tipo de definição de sociedade a ser criado e sua ordem econômica” (BONFIM. In: *AMAPÁ*, 24 nov. 1951).

No Amapá, esse princípio foi seguido pelo governo territorial. O combate ao desperdício do capital humano como caminho para o desenvolvimento econômico, tornou-se a principal meta da administração janarista: “Tratá-lo, educa-lo, eleva-lo, enriquecê-lo, deverá ser a diretriz de toda a atividade do Govêrno” (NUNES, Janary. In: *AMAPÁ*, 03 ago. 1946).

Doenças como a malária e a verminose passaram a ser consideradas responsáveis pela perda de capital humano e vistas como males naturais da região, “Formou-se um conformismo à doença. Ela faz parte do organismo” (NUNES, 1946, p.69. Relatório). Entretanto, via-se que através do tratamento adequado este capital poderia ser transformado em mão-de-obra produtiva, “É indubitável porém que recuperar a saúde dessa gente será ganhar o melhor braço e o colono mais seguro para o futuro do país” (NUNES, 1946, p.69. Relatório).

Tentava-se através de medidas preventivas evitar a proliferação dessas doenças e recrutar adeptos ao projeto de desenvolvimento traçado para o Território. O Dr. Mário de Medeiros Barbosa, chefe do Serviço de Saúde de Assistência de Capital do Território – SSTC, proferiu palestra à população com o objetivo preventivo, mas ao mesmo tempo aproveitava para conquistar a adesão dos amapaenses no combate aos males em prol da produtividade.

Antes de dar inicio ao verdadeiro motivo de minha palestra, desejava que pensasses na vastidão dêste território, pleno de riquezas, riquezas que ele te oferece, pedido-te apenas como recompensa o seu melhor

¹⁰⁰ Trabalho apresentado pelo professor e industrial Sócrates Bonfim na Conferência de Planejamento da Amazônia organizada pelo Ministério do Trabalho no Rio de Janeiro. Transcrito do jornal carioca *ÚLTIMA HORA*, 14 de novembro de 1951.

aproveitamento(...) Como poderás, entretanto, atender a esse apelo, se sentes pobre de energias, castigados pelas doenças que roubam sem consideração tuas forças tão necessárias ao reerguimento desta terra, outrora abandonada e que hoje se nos apresenta cheia de esperanças de um progresso ininterrupto? (AMAPÁ, 08/11/1947).

Exponha-se ao homem amapaense a razão de seu malogro. As endemias apareciam como um “castigo” para aqueles que se entregavam a uma vida sem prosperidade, quando na verdade derivavam de outros fatores, principalmente da ausência de um programa de vigilância e controle da doença, em termos governamentais (CONFALONIERI, 2005). Em contrapartida, mostrava-se que o caminho da salvação dependia de vontade própria, “As condições de vida dependem fundamentalmente do esforço de cada um dos indivíduos” (NUNES, Janary. *In*: AMAPÁ, 07 set. 1945).

A aquisição dos típicos “padrões civilizados” passou ser o direcionamento da política de recuperação do homem amapaense, através da negação dos hábitos adquiridos pelo um modo vida visto como “acomodado”, onde se vivia isolado à beira dos rios, retirando da natureza apenas a sobrevivência mínima diária.

Assim, buscava-se através de uma política de propaganda sanitária, ensinar hábitos de uma vida salutar.

O rádio, à imprensa, ao teatro popular a ao cinema, aos clubes e associações filantrópicas, aos particulares, incumbirá, repetir_ repetir sempre: a propaganda da alimentação, salientado o papel que desempenha na conquista da saúde, e disseminação de hortas e de criações domésticas, tornando cada residência um celeiro (NUNES, 1946, p.79. Relatório).

Em pequenos artigos do jornal AMAPÁ, publicavam-se sempre orientações de como obter um estado saudável, com banhos diários, alimentação adequada e exercícios físicos. Os textos geralmente eram apresentados com títulos sugestivos, tais como: “*Alimente-se bem*” (25 ago. 1945), “*As falhas da nossa alimentação*” (30/03/1946), “*Vamos criar galinhas*” (26 ma. 1945), “*O perigo das moscas*” (07 set. 1945); acompanhados de textos educativos, com o seguinte teor: “Os que nos lêem não seriam capazes de sentar à mesa para qualquer refeição sem primeiro fazer um cuidadoso asseio das mãos com bastante água e sabão. Isto é regra elementar de higiene e fato sabido de todos” (AMAPÁ, 07 set. 1945).

O governo reconhecia que as campanhas de saúde propagadas pelo rádio e jornal escrito não teriam eficácia entre a população, em sua maioria formada de analfabetos, e que não dispunham desses meios de comunicação: “Cogito da boa técnica, que encare o problema com objetividade, compreendendo que as soluções são várias e que vale experimentá-las tôdas”. A saída foi a execução do serviço de engenharia sanitária (água encanada, esgotos, drenagens), higiene domiciliar e individual, e assistência médica e educação sanitária.

Defendia-se como principio básico, que para transformar a saúde do povo era necessário um intenso trabalho educativo: “pelo exemplo, pela palavra escrita e falada, pela cooperação financeira e técnica do Govêrno, em que sejam chamados a agir todos os habitantes sem exceção” (NUNES, 1946, p. 79. Relatório).

No campo governamental, os envolvidos nas organizações sanitárias, médicos, guardas, enfermeiros, visitantes foram orientados a desenvolver a educação sanitária. Através do incentivo à plantação de hortas e de criações domésticas, a construção de privada de fossa biológica, a campanha para os pés calçados, ao combate à promiscuidade do quarto único das barracas, o uso do mosquiteiro, a necessidade das mães cuidarem dos filhos desde a gravidez e manterem o zelo pelas crianças. Enfim, todos os hábitos que colaborarem para a formação do homem “sadio” e “civilizado”: “Isso nada tem de original. São idéias velhas e repetidas. Mas urge repeti-las e realizá-las(...) É missão que compete a todos, homens e mulheres, jovens e velhos, ricos e pobres, para modificarmos êsse quadro doloroso e verídico” (NUNES, 1946, p. 79. Relatório).

O principal meio para se chegar à população foram as visitas domiciliar. Abaixo uma foto de um visitador em pleno exercício de suas funções, divulgada no relatório de 1946.

Figura 29

Guarda-medicador em visita domiciliar



Fonte: Relatório de Governo do Território de 1946

A política de higienização difundida em nível local, sustentava-se em orientações nacionais. No período de 19 a 25 de outubro de 1947, ocorreu o VI Congresso Nacional de Higiene, com a presença dos representantes oficiais dos serviços de saúde pública federal, estadual e territorial. O Amapá foi representado pelo Dr. Álvaro José de Pinto Simões, diretor da Divisão de Saúde, que presidiu a sessão do dia 24. No evento foi definida a seguinte agenda:

Figura 30

Agenda do VI Congresso Brasileiro de Higiene em 1947



Fonte: AMAPÁ, 01 nov. 1947.

No Território, o 2º de dezembro, dia destinado à saúde pela IV Conferência Panamericana de Diretores Nacionais da Saúde, era um momento de inauguração de obras sanitárias; de realizações de concursos de higiene nas escolas, ambulatórios e centros de saúde; instituição de bolsas de estudos relacionadas à ciência médica. Em 1949, o AMAPÁ divulgou a programação executada nesse dia na capital, com palestras e demonstração de procedimentos médicos realizados pelos alunos do curso técnico de auxiliar de enfermagem, no prédio da Divisão de

Saúde. Todo evento era precedido de uma solenidade com autoridades presentes de vários departamentos, inclusive do gabinete do governo (AMAPÁ, 03 dez. 1949).

As ações do governo territorial se embasavam em políticas nacionais. Havia uma preocupação aparente de “limpar” o Brasil para modernizar. Vale ressaltar que “as décadas de 1930 e 1940 foram marcadas pelo surgimento de estruturas sanitárias e campanhas dedicadas ao combate à malária, levadas a cabo tanto pelo governo brasileiro” (HOCHMAN; MELLO; SANTOS, 2002), sendo criado o Serviço Nacional de Malária, em 1941 e o próprio SESP em 1942, por meio de um convênio com o Instituto de Assuntos Interamericanos (IAIA) do governo norte-americano, como também “pelos esforços empreendidos pela Fundação Rockefeller no nordeste para a erradicação do mosquito *Anopheles gambiae* no final da década de 30, e pela ação dos militares norte-americanos em bases militares na mesma região” (HOCHMAN; MELLO; SANTOS, 2002).

Também, buscou-se através da educação escolar transmitir, como já explorado no item anterior, a aquisição de novos hábitos. Para atingir esse objetivo foi realizado curso de férias para professores primários, organizado pelo Departamento de Educação e Cultura, por médicos que ministravam noções de higiene geral e pessoal, de doenças transmissíveis e de puericultura.

O professor, assim preparado, deixou de ensinar somente as técnicas de ler, escrever e contar, mas passou a servir-se delas para imprimir às coletividades do interior o impulso necessário para à sua recuperação e conseqüente valorização, eliminando crenças e abusões pela formação de bons hábitos da vida do cabôclo, relacionados com a sua alimentação, vestuário, moradia, saúde pessoal e práticas cívicas, sociais e morais (AMAPÁ, 17 fev. 1951).

Todas estas orientações visavam um só objetivo: a formação do homem cidadão/trabalhador. Acreditava-se que, através da recuperação do homem amazônico, seria possível criar um “exército de trabalhadores” com formação adequada para o desenvolvimento econômico da região.

Abaixo uma imagem divulgada no jornal AMAPÁ com regras de uma alimentação saudável direcionada ao trabalhador.

Figura 31

Orientações de como adquirir uma vida saudável
para aumentar o rendimento no trabalho



Fonte: AMAPÁ, 15 set. 1945.

A essência da mística tinha “por fundamento principal a idéia de que o trabalho dignifica a vida” (NUNES, 1962, p. 6). Pregava-se o exercício do trabalho como caminho para uma vida digna e feliz, mas que só poderia existir através da cooperação de todos, “Não pode o Govêrno pensar na inteira felicidade do povo se deste não vier o auxílio para o trabalho construtor que deve ser elaborado e executar em comum” (NUNES, Janary. JORNAL AMAPÁ, 07/07/1945). O trabalho era disseminado como bem coletivo e familiar, “Numa casa onde haja saúde e trabalho, é um prazer vê a família reunida” (AMAPÁ, 11 out. 1950), mas quando na verdade, visava-se criar o recrutamento de adeptos para o projeto de desenvolvimento do Território, “O labor conjugado determinará o aumento da produção. E produzir mais, sempre mais, é a trilha que conduz à fortuna” (NUNES, 1962, p. 6).

No entanto, a formação do cidadão/trabalhador não poderia vir dissociada de uma identidade nacional. A certeza de estar contribuindo com o engrandecimento da nação era o incentivo à dedicação da labuta diária. O amor à pátria passava a ser a condição essencial para a inclusão à vida política nacional.

O Sete de setembro assim, como em todo restante do Brasil, passou a ser no Território o momento de maior demonstração de amor à pátria. Nessa data, repetiam-se as solenidades realizadas na capital do país, e divulgação de dizeres cívicos como estratégia para inculcar valores e atos patrióticos, tais como:

É DEVER DE TODO BRASILEIRO NO DIA DA PÁTRIA:

- Colocar na frente da casa, hasteada em mastro ou suspensa no vão da janela principal, a Bandeira do Brasil.
- Os que não puderem comprar uma Bandeira devem enfeitar a janela com os cores verde- amarelo.

Fonte: jornal AMAPÁ

O revestimento de símbolos patrióticos denota este direcionamento visando esta formação. Em todo momento difundia-se a importância das datas e dos heróis nacionais e locais, acentuando-se suas ligações. O Barão do Rio Branco era colocado ao lado de Francisco Xavier da Veiga Cabral (Cabralzinho). Ambos haviam lutado pelo direito da posse da região do Contestado Amapaense com os franceses. O primeiro, um diplomata, representando os interesses do governo brasileiro; o segundo, de expressão local, através do ardor cívico, no campo de batalha.

Figura 32

Reportagem do jornal *AMAPÁ* exaltando a ligação das imagens do Barão do Rio Branco e Cabralzinho

O 5º ANIVERSÁRIO DA INSTALAÇÃO DO GOVERNO DO TERRITÓRIO

As Solenidades Programadas Em Comemoração à Data

No dia 25 de janeiro de 1944, instalou-se, solenemente, em Macapá, o Governo do Território Federal do Amapá, criado, meses antes, pelo então Presidente Getúlio Vargas. O que representa em dedicação e trabalho o laço que hoje comemoramos, sabe-o, melhor do que ninguém o povo amapaense.

Por isso, nesta data querida, AMAPÁ' silencia sua opinião e recorre ao pensamento de pessoas ilustres, estranhas às dependências administrativas, que visitaram o Território, para registrar o conceito firmado em 5 anos de duro e infatigável labor.

De General Canrobert Pereira da Costa, Ministro da Guerra, num despacho telegráfico endereçado ao Governador Janary Nunes:

«Sem jamais esquecer o fidalgo acolhimento com que fui honrado pelo Governador e pelo povo do grande Território do norte, e sob a magoalha impressão dos grandes empreendimentos que tanto recomendam o seu Governo pelo descolino e pela honestidade com que vêm sendo encarados os problemas vitais, desejo transmitir, no meu nome e dos oficiais da minha comitiva, os melhores agradecimentos, que rogo transmitir aos seus dignos auxiliares, formulando votos de felicidades pessoais e da exma. família e desejando que seu Governo continue com a mesma eficiência no prosseguimento da grande obra empreendida que será ver feliz o povo desse grande Território».

— A opinião de dr. Daniel de Carvalho, Ministro da Agricultura, após a visita feita a este Território:

«O que se tem feito no Amapá é de causar admiração. E o que mais me impressionou foi a assistência ao homem e à infan-

qualquer pergunta com inteira confiança e desembaraço. Essa observação decorreu não só das visitas às escolas da cidade, como da inspeção das escolas rurais e dos encontros com as crianças pelas estradas e nas casas particulares. Parece que as novas gerações serão capazes de levar a efeito a tarefa que lhes incumbe, provando que somos dignos do poder de aproveitar devidamente o território devastado pelos portugueses, povoado por brasileiros, defendido por Velga Cabral e outros bravos, e definitivamente reconhecido como brasileiro pela erudição geográfica e pelo ardor patriótico de Rio Branco.

Todos nós tivemos uma impressão confortadora da administração, inteligente, profícua e

insansável do governador Janary Nunes e da equipe de técnicos o destino de sua geração. que o rodeia e auxilia. A gente No Território do Amapá, há, são convencido da capacidade do brasileiro ao contemplar a obra trabalho e de pura brasilidade.»

(Trecho de discurso pronunciado no barão do Rio Branco, pelo Governador do Território do Amapá, em 25 de Janeiro de 1949, na sessão solene de comemoração do 5º aniversário da instalação do Governo do Território do Amapá, presidida pelo Governador Janary Nunes, com a presença de autoridades locais e visitantes.)

— Do Deputado Apolinário Monteiro, Vice-Presidente da Comissão de Valorização da Amazônia:

«Senhor Governador: Acabo de receber uma ordem do meu distinto amigo Dr. Leopoldo Pêrez, no sentido de divulgar aqui, publicamente, o projeto de lei elaborado pela Comissão Parlamentar de Valorização Econômica da Amazônia, para conhecimento do povo amapaense.

Tomo a liberdade de não cumprir essa determinação, o que não representa absolutamente indisciplina ou decorência porque a justifico.

Da mesma forma que o meu digno colega Deputado Domingos Velasco, na minha carreira política, sempre permaneci no setor da oposição. Por esse motivo sinto-me perfeitamente à vontade para dizer o que penso sobre a magnífica administração do

Fonte: AMAPÁ, 25 Jan. 1949.

“Mas uma vez constato que só o amor constrói” essa frase pronunciada pela escritora e educadora Sandra Martins Cavalcanti, para sintetizar sua opinião sobre o Amapá, durante palestra proferida em 1951. Nascida no Pará, mas considerando-se mais sulista do que nortista, por ter estudado em Belo Horizonte e Rio de Janeiro, onde trabalhava como professora e técnica do Ministério de Educação, afirmou que

Deixo aqui gravado o meu encanto, a minha surpresa, a minha esperança. Tenho certeza de que nenhum motivo de estímulo será maior, de que hoje em diante, do que a visão desta prova de coragem que é o Amapá. Pensando no heroísmo anônimo e silencioso de tantos de seus filhos, na dedicação maternal de seu governador, na humildade grave de seus habitantes, terei exemplos a seguir, modelo a imitar (...) **foi a mais bela lição viva de amor à pátria que já encontrei** (CAVALCANTI, Sandra. In: NUNES, 1962, p.36).

A opinião de Sandra expressa a impressão de um Território que apresentava o reflexo da gestão janarista, sem deixar de captar a essência do que estava em evidência: o direcionamento de uma política que pretendia construir a identidade brasileira do homem amapaense.

Sandra percebeu uma diferença da identidade brasileira do nortista em relação ao Centro-Sul.

Lá no Sul, há muita gente que vive. Apenas vive...E porque apenas vive, vegeta. Aqui, ou se luta ou se morre. Não há lugar para esta raça frívola de gozadores inconsistentes.
“A gravidade da Amazônia contagiou o seu habitante, e se transferiu para ele em forma de qualidade moral (CAVALCANTI, Sandra. In: NUNES, 1962, p.36).

Assim, por mais que se buscasse em terras amapaenses a construção do brasileiro aos moldes dos grandes centros urbanos do país, este teria sempre a presença marcante da cultura “cabocla”. Esta característica particular foi destacada por Janary: “Sente-se no caboclo inteligência, sagacidade e espírito de iniciativa. Formou a sua filosofia. Não perigo em deixá-lo na companhia do estrangeiro. E’ inassimilável. Mudará hoje pelo interesse, sem que a sua personalidade perca o seu rumo” (NUNES, Janary. *AMAPÁ*, 03 ago. 1946).

O governo janarista pretendeu criar o “amapaense brasileiro” integrado ao país através da fusão das duas identidades: a local e a nacional, e fundamentalmente

através da inclusão do Amapá no cenário econômico brasileiro como região produtiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo nos possibilitou construir uma leitura do projeto de criação do Território Federal do Amapá e da administração janarista enquanto executora desse programa.

Preliminarmente, procuramos retratar que a imagem que se tinha sobre a Amazônia durante o governo Vargas foi determinante para a proposta de criação do Território amapaense. Como a maioria dos cinco Territórios Federais criados pelo Decreto-Lei nº. 5.812, de 13 de setembro de 1943, estavam localizadas em regiões de fronteira da Amazônia, acabamos por estudá-lo como fruto de um único projeto: como caminho para a integração e nacionalização dessa região. Porém, as questões levantadas foram norteadas para o objeto pretendido: o Amapá. Com toda certeza lacunas ficaram com relação aos outros Territórios.

Em seguida, buscamos demonstrar que para os amapaenses a transformação da região em Território significou mais do que a autonomia política, representou a conquista de uma identidade brasileira até então inexistente. Os municípios que constituíram esse Território, embora sob o domínio paraense, não estavam efetivamente integrados a esse Estado, apresentando uma aproximação maior, não só geográfica, mas cultural e econômica com os países vizinhos.

Coube a Janary Nunes, como primeiro governador territorial, a tarefa de efetivar a integração do Amapá ao Brasil, o que acabou transformando-o em uma espécie de “imaginário fundador”. Para isso, sustentou sua gestão nos ideais varguista de desenvolvimento para o país, daí porque o uso de sua imagem associada à de Getúlio Vargas como fruto de um mesmo ideal.

Demostrou-se, ainda, que ao chegar ao Amapá como governador territorial, Janary Nunes, antes de construir o programa administrativo de governo, julgou imprescindível verificar as condições locais dos núcleos populacionais mais importantes.

No relatório de 1946 Janary Nunes sintetizou o estado que encontrou o Amapá, “Tudo estava por fazer. O que havia era uma realidade dolorosa”. Com a instalação do governo territorial, no início de 1944, ocorreu no Amapá transformações decorrentes da criação de diversos departamentos nas áreas de educação, saúde, infra-estrutura básica (obras, saneamento, eletricidade e água e encanada). O poder estatal passou a marcar presença e construir a base de

sustentação política para a região. O objetivo era o desenvolvimento urbano e a transformação de costumes rurais em hábitos modernos e, formar o “amapaense brasileiro”, integrando definitivamente a região ao país.

No final de 1944, em levantamento realizado pelo SESP a população da área do centro urbano, a sede do município de Macapá aumentou de 1.286, em 1940, para 2.512, em 1944, ocorrendo assim um aumento de quase 100% nesse curto espaço de tempo. Esse aumento decorreu principalmente da migração dos próprios funcionários e de seus familiares que passaram a morar em Macapá.

Priorizamos as fontes oficiais, colocando no palco da história os atores vistos pelos historiadores do presente como os grandes líderes. Outras evidências, talvez ainda careçam ser visitadas, mas conseguimos explorar a questão a partir da problemática do Estado, como pretendido. Acreditamos que diferente do Centro-Sul do país, este capítulo da historiografia da fronteira do extremo Norte necessita ser escrito. Esperamos ter alcançado esse objetivo, mas, sobretudo, ambicionamos que este trabalho venha contribuir com a historiografia sobre as margens do Brasil.

FONTES

Publicações oficiais

AMAPÁ - Edições de 1945 a 1956. Imprensa Oficial.

ANAIS DA COMISSÃO DA CONSTITUIÇÃO. Câmara dos Deputados. Organizados pela redação de Anais e dos Documentos Parlamentares. Vol.V. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, s/d.

ANAIS DA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE. Câmara dos Deputados. Organizados pela redação de Anais e Documentos Parlamentares. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional, 1948.

ANAIS DA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE. Câmara dos Deputados. Organizados pela redação de Anais e Documentos Parlamentares. Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional, 1949.

ANAIS DA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE. Câmara dos Deputados. Organizados pela redação de Anais e Documentos Parlamentares. Vol. XX. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional, 1949.

NUNES, Janary Gentil. *Criação do Estado do Amapá*. Discurso pronunciado na sessão do Congresso Nacional de 14 de janeiro de 1967. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1970.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto 5.812, de 13 de setembro de 1943. Dispõe sobre a criação dos Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguaçu.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto 5.839, de 21 de setembro de 1943. Dispõe sobre a fixação precisa das divisões municipais do Território recém-criados, a competência dos administradores, sua elegibilidade e outras providências de natureza essencial para a completa normalidade e perfeição da vida administrativa.

TERRITORIO FEDERAL DO AMAPÁ. *Relatório das Atividades do Governo do Território Federal do Amapá, em 1944, apresentado ao Exmo Senhor Presidente da República pelo Capitão JANARY GENTIL NUNES, Governador do Território*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. Relatório.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. *Relatório ao Senhor Presidente República pelo Coronel Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, Interventor Federal: Problemas Fundamentais, idéias de governo, administração, prestação de contas*. Pará, 1944. Relatório.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. *Relatório apresentado ao Exmo Presidente da República pelo Dr. José Carneiro da Gama Malcher, Interventor do Pará (1937-1939)*. Pará- Belém. Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1940. Relatório.

A população de fato do Território do Amapá nas suas novas fronteiras. In: Estudo sobre a população dos novos Territórios Federais. Serviço Nacional de Recenseamento - Gabinete Técnico. IBGE, n. 14, 1943.

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Inspeção de Fronteiras: Campanha de 1928/1929 (2ª Parte). Da Barra do Rio Marapi sobre o Rio Parú do Cuminá ao acampamento da Cabeceira RiBGao v2 Tj 0.048 Tc (do) Tj 2.664 Tc () Tj -0

FREITAS, Teixeira M.A. Entrevista ao jornal “*A Manhã*”, em 1943. Fonte: *Os cinco últimos septênios da evolução estatística brasileira*. De ontem e de hoje. In: Revista Brasileira de Geografia, ano IV, n.14, abril-junho de 1943.

_____ Conferência proferida, como Diretor-Geral de Informações, Estatística e Divulgação, do Ministério da Educação e Saúde pública, no IHGB, em sessão de 28 de outubro de 1932. Antecedentes Históricos (1897-1945). Coleção Brasília II. Rio de Janeiro. Presidência da República. Serviço de Documentação, 1960, p.224-225.

_____ A Redivisão Política do Brasil (Estudo lido a 1º de dezembro de 1937 perante um grupo de brasileiros de elevadas responsabilidades na direção dos negócios públicos). Revista Brasileira de Geografia. Ano III, n.3. Jul./set. 1941.

GABAGLIA, Fernando Antônio Raja. **As Fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro, 1918.

GUIMARÃES, Fábio M. S. *Divisão Regional do Brasil*. In: Revista Brasileira de Geografia. Ano III, n.2, Abr./Jun. de 1941.

LIMA, Araújo. **A Amazônia: a terra e o homem**. Companhia Editora Nacional. Brasileira - Biblioteca Pedagógica Brasileira. Vol. 104. Série 5ª, 3ª Edição, 1945.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura Amazônica: uma poética do imaginário**. Belém: Editora cejup, 1995.

MAGALHÃES, Cel. Rep. Ex, J.B. **A criação das Capitania do Rio Negro**. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Vol. 228, 1955, p.304-323.

MEDEIROS, Océlio de. **Territórios Federais**. Rio de Janeiro: Editora Nacional de Direito Ltda, 1944.

NUNES, Janary Gentil. **Confiança no Amapá: impressões sobre o Território**. Território Federal do Amapá: Imprensa Oficial, 1962.

PEREIRA, Nunes. **O Sahiré e o Marabaixo: tradições da Amazônia**. Contribuição ao primeiro congresso Brasileiro de Folclore em 1951. Território Federal do Amapá. S/n.

REIS, Arthur César Ferreira Reis. **Território do Amapá: perfil histórico**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial. 1946.

Revista Brasileira de Estatística. Ano IV, nº.14. Abr./Jun. 1943

Revista Brasileira de Estatística. Ano II. N. 6. Out./Dez. 1943.

Revista Brasileira de Geografia. Ano II, n.3, 1940.

Revista Brasileira de Geografia. Abr./Jun. 1941

RIBEIRO, Benjamin Adiron. **Vila Serra do Navio: Comunidade Urbana na Selva Amazônica. O Projeto do Engenheiro Arquiteto Oswaldo A. Bratke. Manganês no Amapá.** PINI Editora, s/n.

SARNEY, José & COSTA, Pedro. **Amapá: terra onde o Brasil começa.** Brasília: Senado Federal, 2004.

SILVA, Moacir M. F. *Geografia das Fronteiras do Brasil.* In: Revista Brasileira de Geografia. Ano IV, n.4, out. – dez. 1942.

_____. *Os territórios Federais: Novo caminho das fronteiras do Brasil.* Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, ano II, n.16, p. 445-454, julho.1944.

SOARES, Lúcio de Castro. *Contribuição ao estudo da ocupação humana do Território do Amapá.* IBGE, s/n, p. 11- 36.

TORRES, Alberto. **A organização nacional.** Série 5ª. Brasileira, Vol. 17. S. Paulo, Rio de Janeiro, recife, Porto Alegre, 1938.

VARGAS, Getúlio. **A Nova Política do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora José Olympio, Vol. V, 10 nov. 1937 a 25 jul. 1938.

_____. **A Nova Política do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora José Olympio, Vol. VI, 01 de ago. 1938 a 07 de set. 1939.

_____. **A Nova Política do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora José Olympio, Vol. VIII, 07 de ago. 1940 a 09 de jul.1938.

_____. **Nova Política do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora José Olympio, Vol. X, 1 de ma. 1943 a 24 de m. 1944.

VIANA, Hélio. **História das Fronteiras do Brasil.** Rio de Janeiro: Edição da Biblioteca, 1948.

VIANNA, Oliveira. **Instituições Políticas Brasileiras.** Coleção Reconquista do Brasil. 2. série; vol. 105-106. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora USP; Niterói, RJ: Editora UFF, 1987.

_____. **Populações Meridionais do Brasil.** Coleção Reconquista do Brasil. 2. série; vol. 107-108. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora USP; Niterói, RJ: Editora UFF, 1987.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros, Artigos, Dissertações e Teses:

ALMEIDA, Roberto Schmidt de; ABRANTES, Vera Lucia Cortes. *O pensamento científico dos pioneiros do IBGE*. In: MARTINS, R. A.; MARTINS, L. A. C., P.; SILVA, C. C.; FERREIRA, J. M. H. (eds.). *Filosofia e história da ciência no Cone Sul: 3o Encontro*. Campinas: AFHIC, 2004.

AMADO, Janaína. *Região, Sertão, Nação*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.8, n.15, 1995, p. 145-151.

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In: *Anthropos- Homem*. Enciclopédia Einaudi. Vol. V. Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1985.

BARRETO, Cassilda. **Pássaros máquinas no céu do Amapá**. Direitos Reservados a Victor Hugo Del Castilho. Brasília- DF, 1999.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1998.

_____. *Estado Novo: Novas Histórias*. In: **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. Marcos Cezar de Freitas (org). Editora Contexto: São Paulo, 2001.

_____. *O Personagem na História. Perón e Eva: Produtos da Sociedade Argentina*. In: **Jogos da política: imagens, representações e práticas**. ANPUH/ São Paulo. Marco Zero/Fapesp, 1992.

_____. *História Política*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 17, 1996.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto de associação brasileira de educação (1924-1931)**. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1998.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre praticas e representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1988.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. Editora: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CRUZ, Heloisa de Faria Cruz. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915**. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado do São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000.

D' ALESSIO, Marcia Mansor & JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. *A Esfera do Político na Produção Acadêmica dos Programas de Pós- Graduação(1985-1994)*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 17, 1996.

D' ALESSIO, Marcia Mansor. *Estado Nação e construções identitárias. Uma leitura do período vargas*. In: **Razão e paixão na política**. Jaicy A. seixas, Maria Stella Bresciani e Marion Brepohl(orgs). Brasília: UNB, 2002.

_____. *L'État brésilien(1930-1954) dans l'approche vilarienne de la question nationale*. In: Arón Gohen; Rosa Congost; Pablo F. Luna(Coordination). **Pierre Vilar: une histoire totale une histoire em construction**. Paris: Editora Syllepse, 2006.

DETIENTNE, Marcel. *Mito/Rito*. In: *Mythos/logos. Sagrado/profano*. Enciclopédia Einaudi. Vol. XII. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2006.

FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____(org.). **O populismo e a sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001.

GERARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOCHMAN, Gilberto; MELLO, Maria Teresa Bandeira de; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *A malária em foco: imagens de campanhas e ações no Brasil da primeira metade do século XX*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro, vol. 9 (suplemento): p.233-73, 2002.

GOMES, Angela de Castro Gomes. **A Invenção do Trabalhismo**. 2ª Edição. Rio de Janeiro. Editora: Relume Dumará, 1994.

_____. *O Estado Novo e os intelectuais da educação brasileira*. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Memória intelectual da educação brasileira**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco/ EDUSF, 1999.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre a História**. São Paulo: Companhia Das Letras, 1998.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. 2ª Edição. São Paulo. Editora: Papirus, 1986.

LINS, Cristovão. **Jari - 70 anos de história**. Editora: Dataforma/Prefeitura Municipal de Almeirim-PA, 1991.

LOBATO, Sidney da Silva. **Bricolagem da Formação Nacional: Estado, nação e região na obra de Arthur Cézar Ferreira Reis (1939-1966)**. Amapá, 2001, 70 pg. Monografia-Universidade Federal do Amapá.

MACIEL, Laura Antunes. **A Nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da "Comissão Rondon"**. São Paulo: EDUC, 1998.

Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa- 1880/1920. In: Muitas memórias, outras histórias. FENELON, Déa Ribeiro. MACIEL, Laura Antunes, ALMEIDA, Paulo Roberto de e KHOURY, Yara Aun(orgs) São Paulo: Editora Olho d' Água, 2000.

MACHADO, Lia Osório & STEIMAN. *Limites e Fronteiras Internacionais: uma discussão histórico-geográfica.* Grupo Retis, UFRJ, 2002, 16 p. <www.igeo.ufrj.br/fronteiras> . Acesso em 26 out.2006.

MACHADO, Lia Osório. *Sistemas, Fronteiras e Território.* Grupo Retis, UFRJ, 2002, 9 p. <www.igeo.ufrj.br/fronteiras> . Acesso em 26 out.2006.

MARIN, Rosa Acevedo(org.). **A Escrita da História Paraense.** Belém: NAE/UFPA, 1998.

MARTINS, Daiana Brito (UNIFAP). **Campesinato e relações de gênero em comunidade rural da Amazônia.** Gênero, Etno-conhecimento e Meio Ambiente. ST 31. O Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: Gênero e Preconceitos, realizado nos dias 28, 29 e 30 de agosto de 2006. Universidade Federal de Santa Catarina.

MAUÉS, Angélica Motta. *Amazônia e Amazônidas: várias imagens, um só discurso.* In: Anais da II Reunião de(ilegível) do Norte e do Nordeste. Recife: UFPE/ CNPq/ FINEP/ ABA, 1991, p.193-202.

OLIVEIRA JR, Augusto; ANDRADE, Edivan Barros de; RODRIGUES, Gilberto Ubaiara & LEMOS, Raimundo Sérgio Moreira de. **A Política no Governo Janary Nunes.** Amapá, 1995, 71 pg. Trabalho de Conclusão de Curso-Universidade Federal do Amapá.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro.* História, Ciências, Saúde- Manguinhos. Vol. 5 suppl.O Rio de Janeiro, julho, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em 15 agost.2006.

OLIVEIRA. Maria do Socorro dos Santos. *Religiosidade Popular em Comunidades Estuarinas Amazônicas: em estudo preliminar do Marabaixo no Amapá.* Scripta Nova. Revista Eletrônica de Geografia y ciencias sociales. Universidade de Barcelona [ISSN 1138-97788. N.45(49), 01 de agosto de 1999.

PACHECO, Vavy Borges. *Anos Trinta e Política: história e historiografia.* In: FREITAS, Marcos Cezar. **Historiografia Brasileira em Perspectiva.** Editora Contexto, 2001.

PORTO, Jadson Luis Rabelo. **Amapá: principais transformações econômicas e institucionais-1943-2000** - Macapá: SETEC, 2003.

PRIORE, Mary Del(orgs). **Os senhores dos Rios.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2003

QUEIROZ, Jonas Marçal de & GOMES, Flávio. *Amazônia, fronteiras e identidades: reconfigurações coloniais e pós-coloniais (Guianas – séculos XVIII-XIX).* Lusotopie 2002/1: 25-49.

REIS, Arthur César Ferreira Reis. **Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira: a fronteira colonial com a Guiana Francesa**. Secretaria do Estado e Cultura Belém- Pará, 1993.

_____. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968.

SANTOS, Dorival da Costa. **O regime ditatorial militar no Amapá: terror, resistência e subordinação 1964-1974** - Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2001.

SANTOS, Fernando Rodrigues do. **História do Amapá: da autonomia territorial ao fim do janarismo-1943 a 1970**. Macapá. Editora gráfica O DIA, 1998.

SILVA, Ligia Osório. *Fronteira e Identidade Nacional*. V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6º Conferência Internacional de História de Empresas. ABPHE. Caxambu, MG, Setembro de 2003. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_101.pdf> Acesso em 26 out.2006.

SOARES, Teixeira. **História da Formação das Fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1973.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. "Varadouros da liberdade": empates no modo de vida dos seringueiros de Basiléia- Acre. Tese de Doutorado. PUC/SP, 1996.

TEMER, Michel Miguel Elias. **Território Federal nas constituições brasileiras**. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC/SP, 1974.

THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro, 1981.

_____. **A Formação da Classe trabalhadora na Inglaterra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v.1, 1987.

TOTA, Antônio Pedro. **O Imperialismo Sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.